



Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM SOCIOBIODIVERSIDADE E TECNOLOGIAS
SUSTENTÁVEIS

JOANNA CAVALCANTE PINHEIRO FARIAS

CADÊ O PRETO QUE ESTAVA AQUI?
PRESENÇA E ALOCAÇÃO DE ESCRAVIZADOS EM VILA DE ACARAPE
E BATURITÉ (1870-1884)

Redenção-CE

2018

JOANNA CAVALCANTE PINHEIRO FARIAS

CADÊ O PRETO QUE ESTAVA AQUI?
PRESENÇA E ALOCAÇÃO DE ESCRAVIZADOS EM VILA DE ACARAPE
E BATURITÉ (1870-1884)

Dissertação de mestrado apresentada como requisito para qualificação no Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, da Universidade Da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.
Área de concentração: Sociobiodiversidade e Sustentabilidade.

ORIENTADOR: Dr. Luís Tomás Domingos

Redenção-CE

2018

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Farias, Joanna Cavalcante Pinheiro.

F238c

Cadê o preto que estava aqui? presença e alocação de
escravizados em Vila de Acarape e Baturité 1870-1884 / Joanna
Cavalcante Pinheiro Farias. - Redenção, 2018.
100f: il.

Dissertação - Curso de Sociobiodiversidade E Tecnologias
Sustentáveis, Mestrado Acadêmico Em Sociobiodiversidade E
Tecnologias Sustentáveis, Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Luís Tomás Domingos.

1. Escravidão - Ceará. 2. Escravidão - Baturité. 3.
Escravidos. 4. Trabalho cativo. 5. Escravidão - Vila de
Acarape. I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 326.098131

JOANNA CAVALCANTE PINHEIRO FARIAS

CADÊ O PRETO QUE ESTAVA AQUI?:

PRESENÇA E ALOCAÇÃO DE ESCRAVIZADOS EM VILA DE ACARAPE E BATURITÉ (1870-1884)

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis.

Aprovada em: 28/08/2018

BANCA EXAMINADORA



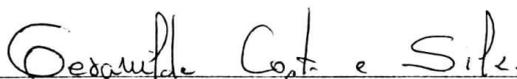
LUIS TOMAS DOMINGOS

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
(UNILAB - Presidente) - Orientador



ELCIMAR SIMÃO MARTINS

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
(UNILAB - Examinador Interno)



GERANILDE COSTA E SILVA

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira
(UNILAB - Examinador Externo ao Programa)



ISABELLE BRAZ PEIXOTO DA SILVA

Universidade Federal do Ceará
(UFC - Examinador Externo à Instituição)

Dedico este trabalho àqueles cuja histórias
não poderão ser mais contadas.

AGRADECIMENTOS

Conseguir realizar um estudo de grande porte como este não seria possível sem o apoio e auxílio de tanta gente. Serei eternamente grata a todos que contribuíram direta ou indiretamente durante todo esse processo.

Primeiramente agradeço a Deus por mais esta conquista, por não me deixar faltar força, fé e perseverança nos momentos difíceis. Agradeço a Ele e a todas as forças do universo que colaboraram para que tudo acontecesse no seu devido tempo.

Agradeço a CAPES pela concessão de bolsa desde o início da pesquisa e tornou possível esta pesquisa e todos os encontros que proporcionaram novas expectativas e leituras para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao coordenador do Mestrado em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, professor Doutor Juan Alcócer e aos demais que fazem parte da coordenação do Mestrado, que se mantiveram sempre dispostos a mim e demais colegas.

Ao meu orientador, professor Doutor Luís Tomás Domingos pela paciência e dedicação durante o período da pesquisa.

Tanta gente permitiu o andamento da pesquisa que peço desculpas se deixarei faltar o nome de alguém. Quero agradecer aos funcionários das seguintes instituições: Biblioteca Municipal de Redenção, Museu Municipal de Redenção, Arquivo Público do Ceará e Arquidiocese de Fortaleza, em especial ao Lira Júnior, da secretária da Cúria, por toda a preocupação e disponibilidade para o acesso ao arquivo.

Não posso deixar de agradecer a dona Evenisse Silveira e Valdeir da Silveira, que se dispuseram a buscar documentos que viessem auxiliar nesta pesquisa. À minha colega do curso de licenciatura em história, Syrlyane Queiroz, que me ensinou a fazer uso da hemeroteca digital para o acesso aos jornais que serão utilizados neste estudo. Aos professores Edson Holanda e Américo Souza, que se disponibilizaram a conversar sobre a temática logo na construção do projeto. Este último, ainda, foi o responsável pelo início da minha paixão pela a historiografia, que em muito contribuiu para este trabalho. À minha primeira orientadora da graduação, professora Izabel Cristina, que me fez ter paixão pelo mundo da pesquisa científica.

Meu agradecimento especial aos professores Doutores Rafael Scheffer e Fernanda Pinheiro que tiveram a todo momento dispostos a me ajudar na melhoria do projeto, além de fornecerem opções de fontes e metodologia para continuidade na pesquisa. Serei eternamente

grata por toda ajuda dada a mim. Agradeço igualmente aos professores Elcimar Martins, Eurípedes Funes e Geranilde Costa por toda a contribuição dada ao trabalho no momento da qualificação.

À toda a minha família, a quem dedico este trabalho, pois se hoje estou aqui e sou quem sou, devo tudo a vocês. Dedico ainda à minha amada bisavó, que se foi durante esse processo e eu tive a abençoada oportunidade de viver, conhecer e amar essa mulher durante 24 anos da minha vida.

À minha mãe que sempre me apoiou na queda a levantar-me e tentar novamente. Pelo lanche na cama enquanto eu esquecia de comer na hora da escrita do trabalho. Pela ajuda na pesquisa, mesmo na correria do dia-a-dia. Obrigada por todo o amor incondicional.

Ao meu companheiro de vida, Kayke, que foi a pessoa que mais me incentivou a tentar a seleção, quando eu já tinha me desestimulado a pesquisar logo após outros processos seletivos. Pela ajuda na escolha da temática, na metodologia, nos acervos, na correção de texto, enfim, por tudo! Obrigada por todo o amor, dedicação, paciência, conversas e estímulo que me fez ter coragem a continuar mesmo após cada fora que fui levando durante essa caminhada.

Aos amigos que me acompanharam durante esse processo e me deram alguns minutos de seu tempo para que eu pudesse compartilhar meus anseios, medos e dificuldades vividas. Em especial ao Alesson, Jordana e Larissa, que foram meus parceiros desde a minha primeira formação e início da segunda e suas amizades foram uns dos melhores presentes que a Unilab poderia me proporcionar. Ao melhor grupo de amigos da internet que eu poderia ter, destacando Tauane, Helena, Francisco, Clodoveu, Sarah, Frederico, Vanessa e João, que leram minhas inúmeras mensagens de lamentação e glórias. À Priscila, Elanny, Isabel, Rosalva, Diêgo, Bruna, Mikeyas e Érick, que passaram pelo mesmo processo da pós-graduação e criei/fortaleci laços e troquei experiências dessa etapa tão fervorosa da vida acadêmica.

“O espetáculo era indigno da civilização do século. Aqueles homens sadios, fortes, se submetiam de corpo e alma à vontade de outros homens que se intitulavam seus senhores e a quem obedeciam com uma passividade de corpo inanimado, porque as leis garantiam-lhes o direito de propriedade”.

Rodolfo Teófilo – A fome (2011).

RESUMO

Há muito tempo predomina um mito de que a escravidão no Ceará teria sido pouco significativa, discurso vinculado ao inferior número de negros na região, além da falta de uma rota de comercialização de escravizados africanos para os portos cearenses. Na busca de desmistificar tal afirmativa, muitos pesquisadores se decaíram sobre a temática, fazendo com que o número de publicações a este respeito crescesse nos últimos anos. Em busca de conhecer um pouco mais sobre os grupos de escravizados inserido nestes espaços, o presente trabalho tem como objetivo investigar a presença de cativos negros nas duas cidades e identificar as principais alocações destes nestes ambientes. Para uma melhor contextualização, esta pesquisa determinou o recorte temporário de 1870 até o ano de 1884, que correspondem ao início de uma década de transformações locais e um ano após a emancipação da escravatura na região, que ocorre em datas distintas no ano de 1883. Para a obtenção de resultados, foi-se utilizado como metodologia a investigação em fontes primárias, como livros de batismo, livros de compra e venda de escravizados e inventários, além de um levantamento bibliográfico acerca da temática e jornais da época. De acordo com os resultados, percebeu-se que a escravaria na região era relativamente baixa, se comparada com outros locais da Província, e que este grupo se encontrava, principalmente, mas não somente, com pessoas influentes da região, alocados em serviços domésticos ou agrícolas, quando identificados. Os estudos apontaram que, apesar da baixa quantidade de cativos na Província, a realidade era a mesma das demais regiões do Império. Em vila de Acarape, pioneira na abolição, e Baturité, economicamente importante para o Ceará devido à alta produção de café entre os anos de 1860 e 1870, não era diferente.

Palavras-chaves: Escravizados. Trabalho. Vila de Acarape. Baturité.

ABSTRACT

There has long been a myth that slavery in Ceará would have been insignificant, a discourse linked to the lower number of blacks in the region, and the lack of a commercialization route for African slaves to the ports of Ceará. In the quest to demystify this statement, many researchers have fallen on the subject, causing the number of publications in this regard to grow in recent years. In order to know more about the enslaved groups inserted in these spaces, the present work has as objective to investigate the presence of black captives in the two cities and to identify the main allocations of these in these environments. For a better contextualization, this research determined the temporary cut of 1870 until the year 1884, which correspond to the beginning of a decade of local transformations and a year after the emancipation of slavery in the region, which occurs at different dates in the year 1883. To obtain results, it was used as a methodology the investigation in primary sources, such as baptism books, books of purchase and sale of slaves and inventories, as well as a bibliographical survey about thematic and newspapers of the time. According to the results, it was observed that slaves in the region were relatively low compared to other places in the Province, and that this group was mainly, but not exclusively, with influential people from the region, allocated to domestic services or when identified. The studies pointed out that, despite the low number of captives in the Province, the reality was the same as in the other regions of the Empire. In Acarape village, pioneer in the abolition, and Baturité, economically important for Ceará due to the high production of coffee between the years of 1860 and 1870, was not different.

Keywords: Enslaved. Job. Village of Acarape. Baturité.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	A população escravizada de vila de Acarape em 1872 classificada por cor, estado civil e problemas de saúde.....	38
Tabela 2	Quantidade de nascidos como cativos e em não-condição dentre os anos de 1870 e 1873 em vila de Acarape	43
Tabela 3	Quantidade de cativos por moradores de vila de Acarape entre 1877 e 1881	44
Tabela 4	A população escravizada classificada por cor e estado civil de Baturité em 1872..	49
Tabela 5	Quantidade de nascidos cativos em Baturité entre 1871 e 1882 identificados por cor.	51
Tabela 6	Quantidade de nascidos cativos em condição de natural e legítimo Baturité entre 1871 e 1882.....	54
Tabela 7	Demandas abolicionistas no Ceará entre 1868 e 1881	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Classificação de mulheres pretas e pardas por faixa etária em vila de Acarape em 1872	40
Gráfico 2	Classificação de homens pretos e pardos por faixa etária em vila de Acarape em 1872.	41
Gráfico 3	Distribuição populacional de Monte Mor, O Novo da América em 1808	48
Gráfico 4	Classificação de mulheres pretas e pardas por faixa etária em Baturité. em 1872	51
Gráfico 5	Classificação de homens pretos e pardos por faixa etária em Baturité em 1872 ..	52
Gráfico 6	Províncias as quais os escravizados de vila de Acarape eram provenientes	59
Gráfico 7	Distribuição das profissões dentre os homens em vila de Acarape escravizados em 1872.	60
Gráfico 8	Distribuição das profissões dentre as mulheres escravizadas em vila de Acarape 1872	61
Gráfico 9	Porcentagem de homens escravizados declarados sem ofício por faixa etária entre 1877 e 1881 em vila de Acarape.....	62
Gráfico 10	Número de mulheres escravizadas compradas entre 1877 e 1881 em vila de Acarape por idade.....	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Nomes e estado dos pais de filhos legítimos e respectivos proprietários de Baturité entre 1872 e 1882.....	55
Quadro 2	Escravizados descritos no inventário post-mortem do capitão Antônio Ribeiro de Lima em vila de Acarape em 1880.....	63
Quadro 3	Escravizados descritos no inventário post-mortem de Rosa da Conceição em vila de Acarape em 1879.....	64
Quadro 4	Alocações de cativos em Baturité em 1872.....	65
Quadro 5	Escravizados descritos no inventário post-mortem de Marçal Gomes da Silveira em 1877 em Baturité.....	68
Quadro 6	Escravizados descritos no inventário de Antonio Alves de Carvalho em 1872 em Baturité.....	68
Quadro 7	Escravizados descritos no inventário de Maria de Castro Sampaio em 1877 em Baturité.....	69
Quadro 8	Escravizados libertos em Baturité pelo fundo de emancipação em audiência do dia 4 de outubro de 1882 em Baturité.....	83
Quadro 9	Classificação dos escravizados em 1882 em Baturité.....	84

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	Limites municipais e distritais no Maciço de Baturité/Ce de 2016.....	17
Imagem 2	Tipos climáticos no Ceará.....	19
Imagem 3	Entrada do Museu Senzala Negro Liberto localizado em Redenção - CE.....	28
Imagem 4	Museu Estação Ferroviária de Baturité - CE.....	29
Imagem 5	Busto da Princesa Isabel localizado em Redenção – CE.....	29
Imagem 6	Monumento Obelisco localizado em Redenção – CE.....	30
Imagem 7	Monumento Negra Nua localizado em Redenção – CE.....	31

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	As memórias em monumentos e museus	27
2	MÃO DE OBRA ESCRAVIZADA NA PROVÍNCIA DO CEARÁ: A PRESENÇA EM VILA DE ACARAPE E BATURITÉ	34
2.1	Vila de Acarape	367
2.2	Baturité	48
3	ALOCAÇÃO DA MÃO DE OBRA ESCRAVIZADA NA REGIÃO SERRANA	57
3.1	O trabalho escravizado em vila de Acarape	58
3.2	Baturité e alocação de escravizados	65
3.3	Os proprietários de mão de obra escravizada em vila de Acarape e Baturité	69
4	CADÊ O PRETO QUE ESTAVA AQUI?	72
4.1	Movimentos abolicionistas na Província do Ceará nos anos anteriores à 1883.....	72
4.2	Os últimos anos de escravidão em vila de Acarape e Baturité.....	77
4.3	O processo abolicionista em vila de Acarape e Baturité.....	84
4.4	O processo pós-abolição para os ex-escravizados.....	87
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	94

1 INTRODUÇÃO

As cidades de Redenção e Baturité, localizadas no interior do Ceará, respectivamente a 65km e 98km da capital Fortaleza, são historicamente importantes para a história do Estado. Cada uma por suas razões, a primeira foi a pioneira no ato abolicionista no Brasil, em 1º de janeiro de 1883 quando ainda era vila de Acarape, e a segunda foi uma das principais regiões produtoras de café da, até então, Província, ganhando destaque quanto a alta produtividade durante a década de 1860, o que levou na criação de uma via férrea que a interligasse à Fortaleza.

Passados anos, as duas cidades buscaram criar espaços para rememorar tais feitos, construindo monumentos e museus que chamam atenção de turistas brasileiros e estrangeiros. Dentre eles ressaltam-se os monumentos Negra Nua e Obelisco, situados em Redenção, assim como o Museu Senzala Negro Liberto, enquanto em Baturité se encontra o museu da Estação Ferroviária e Maria Fumaça.

Esta autora, nascida e criada em Redenção, por anos viu tais espaços da cidade natal como portadores de verdades absolutas. Este sentimento perdurou por muito tempo, até que me foi possível a entrada no curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – instituição fundada em Redenção pelo pioneirismo na abolição da escravidão no Brasil – e a partir de disciplinas de Antropologia passei a desconhecer os locais que para mim, até então, eram tão comuns. Enquanto que, em Baturité, a inquietação surgiu quando passei a frequentar mais a cidade e perceber que entre tantos espaços de memória não há no centro da região um em que se preocupe em reafirmar a presença de mão de obra negra local no período da escravidão.

Partindo desse ponto, percebe-se que as duas cidades buscam criar espaços “de uma memória viva e presente no cotidiano das pessoas (...), que pretende manter como referência existencial daquelas pessoas” (MELLO JÚNIOR 2016, p. 18), mas que, infelizmente, acabam sendo apenas locais de representação de atos históricos e não de suas respectivas sociedades.

Pensando em retratar estas sociedades durante o período da escravidão, com foco na mão de obra escravizada nas duas regiões dentre os anos de 1870 e 1884, este trabalho, desde a construção de seu projeto, buscou não em apresentar uma versão única e finalizada sobre a presença de cativos negros na região do atual Maciço de Baturité, mas os resultados de um estudo realizado durante a pesquisa de pós-graduação para a titulação de mestre desenvolvida no período de agosto de 2016 a julho de 2018. Assim como afirma Certeau (2011), todas e

Essa região possui inúmeras potencialidades, dentre elas o clima ameno e o relevo serrano, uma boa oferta de recursos hidrográficos, uma diversidade flora e fauna, que cria um grande contraste entre a serra e o sertão, se comparado com municípios vizinhos. A paisagem natural junta-se com a rotina das cidades e com toda sua ampla tradição histórica.

Para isso, foi-se definido o recorte cronológico e espacial de 1870-1884 em vila de Acarape e Baturité. Este período fora escolhido para perceber essas sociedades, primeiramente, na década de 1870 em seu todo – que sofrera nos seus últimos anos um período de seca que permitiu uma mudança significativa para escravizados e proprietários de mão de obra negra na província cearense –, em seguida, nos três últimos anos de escravidão para essas comunidades – que estabeleceram a abolição de seus cativos em janeiro e março de 1883, respectivamente – e, por fim, um ano após a abolição, para assim fazer uma reflexão sobre a presença destes, agora, livres nestas sociedades.

No contexto desta pesquisa, Redenção tinha como denominação Acarape (título que será utilizado a partir de agora), categorizada como vila em 28 de dezembro de 1868 pela Lei nº 1.255, quando fora desmembrada de Baturité, permanecendo assim até 1889, que, então, passa a ser cidade com o atual nome devido o pioneirismo na libertação de seus escravizados em 1º de janeiro de 1883. Em 1888, José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti publicou a *Chorographia do Ceará*¹ do ano de 1887, o qual apresenta os povoados de Acarape, que àquela altura eram: *Agua-Verde, Calla-bocca, Cannafistula, Serrinha de Catharina e Vasantes*.

Enquanto isso, Baturité já estava em condição de cidade desde 1858, pela Lei nº 844 de 9 de agosto (STUDART, 2010). Naquele momento, ocupava quase todo o espaço territorial que corresponde ao que hoje é o Maciço de Baturité², e tinha, de acordo com Cavalcanti (1888), as seguintes localidades: *Pendencia, Conceição, Mulungú, Coité, Pernambucozinho, Arraial de Sant'Anna – Pindoba, Canôa, Itans e Putiú*.

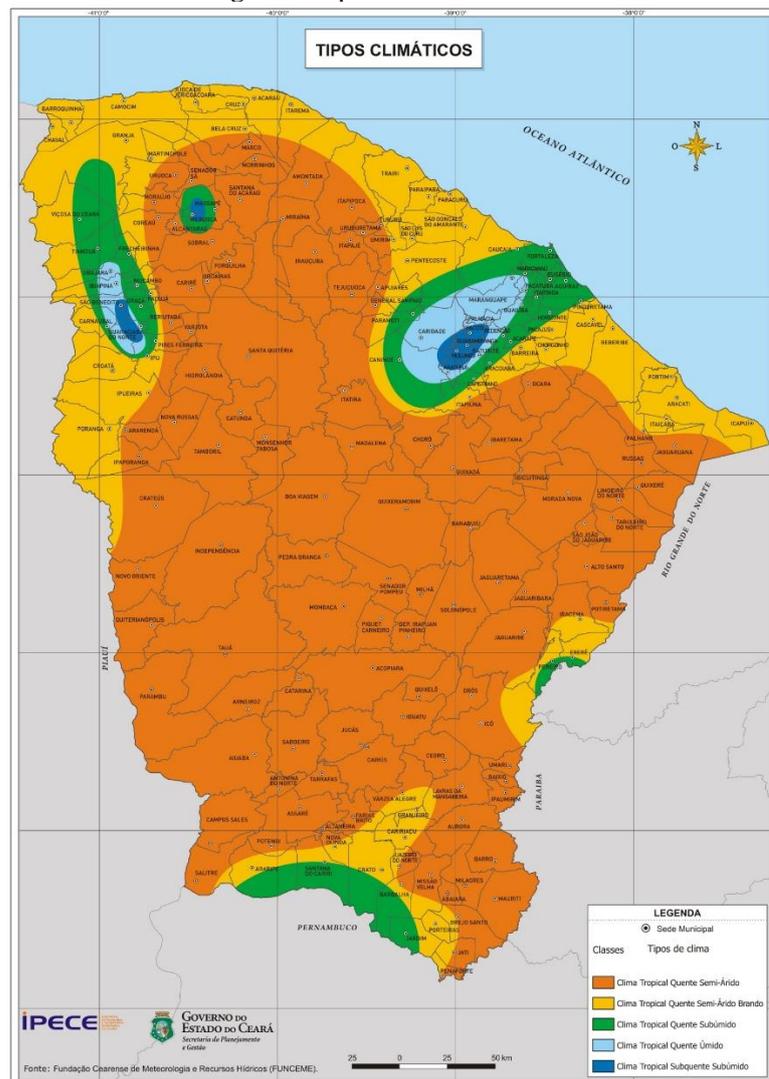
Assim como outras regiões, estas tinham sua economia quase toda voltada para atividades agrícolas. A vila de Acarape, que a princípio era habitada por grupos indígenas de Jenipapos, Kanyndé, Potyguara e Choro, acabou chamando atenção de produtores devido os seus aspectos naturais que favoreciam a produção da cana-de-açúcar por conta de sua localização, que se situa em uma área de depressão e de serras, diferente de grande parte do sertão central (RIBEIRO, 2012). Apesar da incomum prática na Província do Ceará, o cultivo

¹ Disponível em: < <http://bmol.lencoispaulista.sp.gov.br/xmlui/handle/1/72>>.

² No link a seguir é possível ver essa divisão política e territorial do Ceará entre os anos de 1823 e 2000. Na segunda imagem, que corresponde ao ano de 1872, já é possível ver vila de Acarape aparecendo próximo a Baturité. Disponível em: http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/pdf/1.1.2_Evolucao_Territorial_Ceara_1823_2000.pdf

canavieiro fora, desde década de 1620, um importante componente na consolidação do açúcar e escravidão no nordeste brasileiro (MILLER, 1997). O sucesso do plantio da cana-de-açúcar nesta região tinha bons resultados devido o seu solo ser de aspecto argiloso e úmido, o que leva a uma retenção de água, além de possuir partes da região distribuídas em climas Tropical Quente Semiárido Brando, Clima Tropical Quente Subúmido, Clima Tropical Quente Úmido e Clima Tropical Subquente Subúmido, como pode ser visto na imagem abaixo:

Imagem 2: Tipos climáticos no Ceará.



Fonte: IPCE, 2016.

Por outro lado, os produtores em Baturité dedicavam-se à produção do café, que fora introduzido em seu território em 1824. De acordo com Alcântara (2009), ainda na primeira metade do século XIX, a cidade serrana se torna uma das regiões mais importantes neste quesito, representando boa parte da safra que fora exportada pelo Ceará. Ainda conforme a autora, foram produzidas cerca de 8.322 toneladas entre os anos de 1860 e 1865.

Neste espaço, assim como em vila de Acarape, estão inseridos escravizados, mesmo que ainda tenha predominado a mão de obra livre – que se tratava, principalmente, de pessoas que trabalhavam de forma sazonal, subindo a serra nos períodos de seca no sertão e voltando para suas casas quando se iniciava a temporada de chuvas (ALCÂNTARA, 2009). Isso ocorria pela sua proximidade com regiões de sertão, como, por exemplo, as cidades de Quixadá e Quixeramobim, regiões de Clima Tropical Quente Semiárido, como pode ser visto na imagem 2.

Considerando essa prevalência de trabalhadores livres em um dos setores econômicos de maior renda para Baturité, o café, totalizando 17,23% desse grupo nessa atividade, e relacionando a quantidade de negros cativos na região, que em 1872 correspondia a 744, um total de 3% da população (SILVA, 2011), um dos questionamentos deste trabalho foi entender como se daria, então, a alocação de trabalho desses escravizados.

Algumas produções acadêmicas vêm sendo feitas nos últimos anos acerca da comunidade quilombola da serra do Evaristo, da estação ferroviária baturiteense e da produção cafeeira³. Nestes trabalhos, ainda são encontradas citações quanto a presença escravizada local, mas de forma breve. Quanto a estudos que deem foco histórico a mão de obra negra em Baturité, não foram de acesso até então. Com um elevado número de cativos como outras regiões da Província, sendo, em números exatos, 744 escravizados para um total de 31.913 no Ceará, além de estar entre as primeiras comunidades no ato da abolicionista, que se deu em 25 de março de 1883, considera-se necessário falar sobre.

Com isso, este trabalho se propõe como objetivo geral perceber a presença e alocação de escravizados em vila de Acarape e Baturité entre os anos de 1870 e 1884, com os objetivos específicos: afirmar a presença de mão de obra cativa nestes espaços; identificar a estrutura de posse local; caracterizar o trabalho de escravizados em vila de Acarape e Baturité; e, por fim, refletir sobre o destino de libertos após a abolição.

Durante o caminho até aqui, foram encontradas diversas dificuldades no que diz respeito aos resultados da pesquisa. A bibliografia acerca desta temática, apesar do evidente crescimento nos últimos anos, não fora suficiente para atender os anseios deste trabalho. Por vezes, foram encontradas informações que se divergiam, autores com importantes dados sem

³ Ver: ALCÂNTARA, Selma Maria Peixoto. **Sol e sombra: o café do Maciço de Baturité numa perspectiva ecológica e socioeconômica**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.

apresentação de fontes para dar credibilidade ao trabalho, além de um problema maior: a ausência de documentos de fonte primária⁴.

Esse tipo de fonte, utilizado na metodologia por historiadores, como afirmam Toledo e Gimenez (2009, p. 48), “não constitui apenas a recuperação da informação armazenada, mas a reivindicação do sentido do passado por meio do conhecimento compartilhado”. Neste estudo, a presença desse material é de suma importância, uma vez que se optou por este instrumento para a coleta de dados, para, em seguida, se fazer a compreensão dos fatos.

De acordo com o cronograma da pesquisa, que estabeleceu o período de investigação em fontes primárias entre setembro de 2016 a setembro de 2017, foi-se estabelecido a busca de registros documentais em três etapas: primeiramente, fora investigado espaços com altos potenciais de registros de interesse desse estudo. Portanto, foi feito um mapeamento, no qual foram apontados os locais que poderiam conter esse material, como os museus da Liberdade e Negro Liberto em Redenção, além da biblioteca municipal e os cartórios municipais, na paróquia e na câmara de vereadores, enquanto que em Baturité buscou-se por essas fontes no arquivo público da Cidade, biblioteca municipal, na paróquia e no museu da Estação Ferroviária. Nestes espaços, apenas o primeiro museu citado proporcionou dados, uma vez que continha apenas um livro de compra e venda de cativos da vila de Acarape, que corresponde ao período de 1877 a 1881.

Após perceber a escassez de informações históricas nas duas cidades e analisar os dados obtidos, a pesquisa seguiu para acervos que abrangem uma coleção maior de documentos, como o Arquivo Público do Ceará e a Arquidiocese de Fortaleza, ambos na capital cearense. Nestes espaços, o estudo se declinou em inventários, testamentos e em livros de batismos, respectivamente, correspondentes à época e espaços do interesse deste trabalho. Uma nova análise foi feita nesta etapa, sendo, a partir dela, definida a escolha metodológica de aplicação, tendo como suporte a todo momento bibliografias de autores que se propuseram a escrever sobre a escravidão e a sociedade cearense.

Após as duas fases de levantamento de dados das fontes primárias, a pesquisa partiu para a pesquisa em fontes secundárias⁵, no qual foi feito o levantamento de documentos disponíveis on-line que retratassem essas sociedades no período estabelecido, de forma que buscou compreender e obter informações que os dados anteriores não permitiram. Para isso,

⁴ Fonte primária ou fonte original é toda e qualquer documentação que tenha relação direta com a proposta de pesquisa, como, por exemplo, relatórios de presidentes da Província (TOLETO e GIMENEZ, 2009).

⁵ Tratam-se de documentos que apresentam informações originalmente apresentadas em outro local.

foram determinadas as leituras dos jornais O Cearense e Libertador, acessados no site da hemeroteca digital⁶ do Arquivo Nacional.

Ainda se tratando de caminhos para a execução deste trabalho, foi-se definido o uso do termo *escravizado*. Considerando o conceito dado por Silva (1890) do vocábulo, que define àquele “reduzido á condição de escravo. § fig. Subjugado, supitado [sic], dominado” (p. 815), foi-se optado por seu uso em respeito para estes homens e mulheres que foram inseridos a essa condição contra suas vontades. Harkot-de-La-Taille e Santos (2012), ao perceberem o significativo aumento do uso do verbete *escravizado* em relação a *escravo*, os analisaram semioticamente, considerando o contexto histórico-social referente ao período escravocrata, e concluíram que, “diferentemente do ‘escravo’, privado de liberdade, em estado de servidão, o ‘escravizado’ entra em cena como quem ‘sofreu escravização’ e, portanto, foi forçado a essa situação” (p. 9).

Para contribuição deste trabalho, alguns autores da historiografia cearense foram de fundamental importância para obtenção de mais dados. Destacam-se entre eles Silva (2011), Sobrinho (2011), Funes (2007) e Nascimento (1994).

Partindo da atual conjuntura historiográfica sobre a escravidão no Ceará, salientamos, ainda, a escolha de uma abordagem interdisciplinar, destacando estudos para além do campo da História, perpassando, assim, pela Sociologia e Antropologia, que permitem a compreensão de grupos, conflitos, relações interativas e de poder, e a configuração de trabalho dos agentes sociais em questão. Estas ciências atuam, aqui, em diálogo, uma vez que “falar de interdisciplinaridade é falar de interação de disciplinas” (JAPIASSU, 1976. p. 61).

Esta abordagem é condizente ao que propõe o programa deste Mestrado, que oferece uma formação de caráter interdisciplinar. Na linha de pesquisa a qual este trabalho está inserido, Sociobiodiversidade e Sustentabilidade, se propõe estudos que visam analisar e compreender as configurações sócio-históricas voltadas para a apropriação e o uso de recursos naturais. Uma vez que o trabalho de escravizados na região era direcionado, dentre outros serviços, para atividades agrícolas, esta pesquisa mostra-se adequada para atender as demandas do programa.

Os resultados referentes a alocação do trabalho da mão de obra escravizada nos locais de interesse desta pesquisa exigem um amparo de estudos relacionados à produção econômica nos referidos espaços e tempo, uma vez que em vila de Acarape e Baturité possuíam estabelecimentos de produção de açúcar, algodão, café, dentre outros.

⁶ Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Visualizado em 15 de novembro de 2017.

Considerando o alto índice de produção destes locais, especialmente tratando-se do café, quando Fortaleza se torna o ponto de comercialização com as demais Províncias, por volta de 1860 iniciaram-se, também, investimentos em infraestruturas rodoferroviárias. De acordo com Lemenhe (1991),

Desde o início do desenvolvimento da agricultura de exportação nas serras de Baturité (...), as decisões quanto à abertura de estradas estiveram orientadas para aquelas áreas. Conquanto as vias abertas não passassem de caminhos estreitos, nem sempre transitáveis, desde 1856, a administração provincial destinava recursos para ligar Fortaleza a Baturité. Anos mais tarde (1870) despendia-se só com a compra e instalação de uma ponte metálica na referida estrada, quantia equivalente (19:294\$358) (...) (p. 120).

O início da construção da estrada de ferro que ligaria Fortaleza a Baturité se dá, então, a partir de 1872, tendo como objetivo principal na expansão ferroviária um meio de levar a produção para a capital da Província. Quando, em 1877, a seca se alastra pelo Ceará, ela se torna o meio de sobrevivência de inúmeros sertanejos:

A primeira seção construída da via férrea de Baturité partiu da praça d'Amelia, em Fortaleza, e estendeu-se até Pacatuba, a 33 km da capital. (...) após a conclusão da primeira seção da ferrovia (até Pacatuba), a Companhia Cearense da Via-Férrea de Baturité (...) passou por grandes dificuldades de obtenção de recursos e, dessa forma, após o ano de 1876, os trabalhos de construção da ferrovia ficaram paralisados, sendo retomados apenas dois anos depois. O reinício da construção da ferrovia de Baturité, em julho de 1878, teve como estímulo mais imediato a forte seca que assolou o Ceará, entre 1877 e 1879. Nesse momento de crise social e econômica, a retomada da construção da ferrovia passou a ser um dos principais meios de emprego de um contingente imenso de retirantes da seca que chegava a Fortaleza, fugindo do sertão devastado, à procura de socorros materiais que garantissem a sobrevivência (CÂNDIDO, 2002, p. 84-85).

O período de estiagem resultou em altos números de migrantes em Fortaleza e demais cidades portuárias. Aracati, por exemplo, de acordo com Barboza (2013), recebeu mais de 60 mil retirantes. Muitos ainda foram os que se deslocaram para as outras Províncias: em 1878 foram por volta 55 mil pessoas, sendo, que embarcaram pela Capital, 26 mil retirantes tomando rumo para o Norte e para o Sul do Império.

A mão de obra negra também sofreu com os anos de seca. Considerando que boa parte de escravizados estava sob posse de senhores donos de terra, que, com a estiagem encontravam-se sem produtividade, e outros demais que estavam com pequenos agricultores, muitas vezes, alocados no trabalho agropastoril, a estiagem de 1877 acaba por decair a venda de cativos na Província, fazendo com que o número de exportação destes para outras regiões do Império cresça:

As condições sociais fizeram dos escravos o bem móvel mais valorizado. Muitos proprietários acreditaram que, ao venderem os cativos para as fazendas do Sudeste,

os lucros os ajudariam a quitar as dívidas. Achavam que investir em infraestrutura lhes possibilitava bancar a produção de sobrevida, em momentos críticos. Essa situação foi pouco comum, pois, na realidade, a miséria da maioria da população os levou em vários momentos, como forma de sobrevivência, à troca de cativos por uma saca de farinha. A realidade fez a festa dos negociantes de escravos. Foi o período em que mais cativos foram exportados. Em números exatos: 6.559 (SOBRINHO, 2011, p. 117).

E é neste cenário que os traumas dos horrores produzidos no tráfico atlântico voltam para estes homens e mulheres, que se veem separados de suas famílias, sofrendo os maus-tratos do comércio e, até mesmo, o sequestro de pessoas livres para reescravização (Ibidem p. 103).

Passado o período de seca, que se deu até 1879, a exportação de mão de obra negra para outras províncias prossegue firme. Até que em 27 de janeiro de 1881, em uma tentativa de embarque de escravizados para as regiões do sul do Império, os jangadeiros responsáveis pelo transporte entre o cais e o navio, liderados por Francisco José do Nascimento, impossibilitaram a execução do ato, fazendo com que, assim, o movimento abolicionista considere o porto da Província do Ceará fechado para o tráfico interprovincial (XAVIER, 2009).

O feito de Dragão do Mar⁷ poderia ser visto sem grande surpresa. Segundo Morel (1949), sua convivência com escravizados e traficantes de cativos e o testemunho dos horrores sofridos por estes negros durante suas viagens às Províncias de Maranhão e Pernambuco exerceram notável influência às motivações abolicionistas do jangadeiro:

Neste ambiente é que Nascimento, já sabendo ler e escrever, sente que o drama daquele amontoado de infelizes, é parte de sua vida. Ele é livre, mas é um mulato e, como mulato bem escuro melhor do que ninguém sabe das decepções que passa, do infortúnio de sua gente, humildes pescadores do Ceará, pretos e caboclos escravizados a um patrão branco, desumano e perverso (p. 41).

Para além disso, àquela altura, apesar dos últimos anos sofridos com a seca, a província cearense já se mostrava disposta a render à abolição de seus escravizados, sendo Fortaleza sede de diversas sociedades abolicionistas. Dentre elas, se destacaram Perseverança e Porvir e a Sociedade Cearense Libertadora, que tinham como objetivo incentivar a emancipação escravocrata por meio de campanhas abolicionistas, “promovendo encontros, atuando na imprensa, apelando para o público, formando uma opinião pública (...). Seus encontros e reuniões frequentemente eram realizados em teatros, salões, lugares alegres e exuberantes, reunindo grande número de pessoas⁸”.

⁷ Apelido o qual Francisco José do Nascimento era conhecido.

⁸ Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/caderno-3/os-ideais-abolicionistas-na-provincia-do-ceara-1.218646>>. Acessado em: 13 de dezembro de 2017.

Com todos os feitos pró-emancipação, a província cearense acaba recebendo, em outubro de 1882, a visita de José do Patrocínio, uma das principais figuras do movimento abolicionista. Um pouco menos de dois meses depois, precisamente em 8 de dezembro de 1882, é formada em Acarape a Sociedade Redentora Acarapense, que segue para Fortaleza no 28º dia daquele mesmo mês para acertar o programa de libertação de seus escravizados com os libertadores, pois

Acarape havia sido escolhido pela SCL⁹ para ser o primeiro município do Ceará a extinguir a escravidão porque possuía, então, a menor população escrava. Quando a escolha foi feita, viviam ali 116 cativos pertencentes a 75 senhores. A libertação daqueles escravos deu-se aos esforços da SCL e da Sociedade Libertadora Acarapense que compraram alforria de 43 escravos, sendo os demais libertos gratuitamente. Pôde-se marcar assim o 1º de janeiro de 1883 para comemoração do acontecimento. Na manhã daquele dia, partiu de Fortaleza para a vila de Acarape uma composição especial da Via- Férrea de Baturité levando uma luzidia comitiva composta por representantes da SCL, autoridades e convidados especiais, destacando-se dentre esses o jornalista José do Patrocínio e o general Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa (SILVA, 2011. p. 224-225).

Partindo da afirmação de Silva (2011), percebe-se que a presença da escravaria em vila de Acarape era muito pequena, que correspondia a 1,5 por proprietário.

A ação feita em Acarape acabou repercutindo de maneira positiva em toda a Província. Logo, o movimento antiescravista foi se reproduzindo em outros locais, como, por exemplo, Pacatuba em 02 de fevereiro, Canoa (atual Aracoiaba) em 04 de março, Baturité em 25 de março, Aquiraz em 23 de maio, Fortaleza em 24 de maio, Pentecoste em 08 de dezembro, dentre outras.

Com isso, não se demorou muito que o Ceará declarasse o fim da escravidão. Em 21 de agosto daquele ano, o Dr. Sátiro de Oliveira Dias toma posse como presidente da Província e aprova e sanciona, em 19 de outubro de 1883, a Lei que ficou de nº 2034, apresentado pelos deputados abolicionistas que garantia o “aumento de impostos sobre escravos e a exclusão de exceções que beneficiavam os possuidores de cativos” (SILVA, 2011. p. 241).

Assim sendo, em 25 de março de 1884 o Ceará decreta o fim da escravidão. E neste momento, segundo Funes (2015), o ex escravizado se vê na condição de excluído da sociedade, pois, mesmo estando livre, lhe é negado o direito à cidadania. Quando em 1887 é fundado o Instituto do Ceará, foi determinado, dentre as prioridades, a iniciativa de colaboração para a construção do conhecimento quanto às origens do Ceará, seus povos, fronteiras, suas peculiaridades e sua trajetória no decorrer do tempo. De acordo com Oliveira (2001), a abolição permitia um recomeço às sociedades, dessa vez sem o principal declínio social que fora a

⁹ Sociedade Libertadora Cearense.

escravidão. A partir de então, começaram a surgir publicações sobre a história local e seus aspectos, contendo, dentre as mais diversas temáticas, a escravidão e abolição.

Atualmente, é perceptível a continuidade de pesquisas aos referidos temas. Na última década, especialmente, a recente historiografia cearense se permitiu revisitar as fontes e reconstruir, a partir de novas abordagens e perspectivas, outras reflexões sobre a presença de mão de obra escravizada no Ceará. Dessa forma, este trabalho se propõe a seguir pelo mesmo caminho e oferecer uma nova perspectiva sobre o processo escravocrata em Acarape e Baturité, das quais, uma foi, possivelmente, pelo baixo índice de cativos local, a pioneira no ato abolicionista, enquanto a segunda formalizou algo que vinha fazendo desde o início da década de 1870, como será visto posteriormente.

Os resultados obtidos foram distribuídos em três capítulos, intitulados: A mão de obra escravizada na província do Ceará: a presença em Acarape e Baturité; Alocação de escravizados na região serrana; e, Cadê o preto que estava aqui? O processo abolicionista e pós-abolicionista em Acarape e em Baturité.

No primeiro capítulo é apresentado os dados que afirmam a existência de escravizados em vila de Acarape e Baturité e a interpretação destes, de modo que fora caracterizada esta população e possíveis interações.

No segundo capítulo foram identificados os principais ofícios em que os cativos e cativas eram alocados ao chegar na região, de modo que fora feito, ainda, o levantamento e análise dos valores de venda, quando encontrados, e o reconhecimento dos principais proprietários dessa mão de obra.

O terceiro e último capítulo apresentou o desenvolvimento do processo abolicionista no Ceará e nas áreas de interesse deste trabalho, além de uma reflexão sobre a invisibilidade que existe até hoje quanto ao destino destes grupos de, então, ex escravizados.

1.1 As memórias em monumentos e museus

A proposta da temática deste estudo surgiu, a princípio, da inquietação da autora pela falta de registros documentais em uma cidade conhecida pelo ato do pioneirismo no Brasil, vila de Acarape, em 1º de janeiro de 1883. No vigésimo terceiro dia daquele mês, era encaminhado ao presidente da Província do Ceará daquele período, Domingos Antônio Raiol, um ofício comunicando a libertação de “todos os escravos do município á esforços particulares¹⁰”.

Como um meio de manter essa memória viva para os redencionistas, são encontrados pela cidade monumentos e museus que buscam resgatar, de forma material, um pouco do que foi a presença negra na região. São eles: o monumento Negra Nua, o monumento A redentora, o monumento Obelisco, a escultura de um escravizado e os museus Memorial da Liberdade e Negro Liberto.

Enquanto os museus propõem-se em exposição de materiais que foram outrora utilizados pelos agentes em questão, os monumentos, todos inaugurados do século seguinte em diante, não tiveram, em sua elaboração, um cuidado quanto à representação destas figuras e possíveis ligação com os espaços. A Negra Nua e o busto da Princesa Isabel são exemplos claros, uma vez que os traços da mulher negra e a falta de vestimenta não são característicos à figura feminina da época; assim como a filha de D. Pedro II não tivera alguma relação direta aos acontecimentos de 1883 em vila de Acarape.

No entanto, entende-se que o monumento, como define Le Goff (2003) no sentido das origens filosóficas, é tudo que visa memorar o passado e eternizar feitos. De acordo com o historiador, desde a antiguidade romana esta estrutura simbólica tem se especializado em dois sentidos:

- 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico etc.;
- 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte (p. 526).

E é nesse primeiro contexto apresentado pelo autor, que os monumentos citados no parágrafo anterior foram criados, como forma comemorativa do ato abolicionista ou de homenagem, uma vez que não se tratam de representações dessas sociedades.

Os museus, por sua vez, atenderam a sua proposta, de modo que contêm a exposição de objetos e documentos. Nestes espaços de preservação são encontrados diversos materiais

¹⁰ Disponível em: <<http://museumemorialdaliberdade.blogspot.com.br/2011/04/correspondencia-ao-presidente-da.html>>. Visualizado em 15 de novembro de 2017.

que foram utilizados por proprietários e escravizados, além de livros de compra e venda de mão de obra negra.

Em visita ao museu Negro Liberto, o visitante é guiado a conhecer um pouco de como se deu a vida de cativos, além de serem apresentados às formas de relações destes com seu senhor. Os documentos que se encontram expostos facilitam na compreensão do que é repassado, além de servirem como meios de proporcionar a veracidade ao que está sendo dito. No entanto, ressalta-se que, assim como outros museus de propriedade privada, o Negro Liberto fornece uma história única, o que nos leva a conhecer apenas um lado destes fatos, levando aos indivíduos à desconfiança a fidedignidade dos relatos.

Imagem 3: Entrada do Museu Senzala Negro Liberto localizado em Redenção – CE.



Fonte: TripAdvisor, 2014.

Por outro lado, a cidade de Baturité preserva um espaço para uma breve apresentação de sua estação ferroviária no Museu Estação Ferroviária de Baturité, que não dá foco a mão de obra escravizada. Além disso, existem, ainda, um museu em homenagem ao comendador Ananias Arruda e o Memorial Desembargador João de Deus Barros Bringel, este último dando enfoque a história da justiça cearense. Talvez a única opção para se aproximar da histórica presença de cativos na região é o deslocamento para a comunidade quilombola situada na serra do Evaristo, onde encontram-se descendentes de negros fugidos e a manifestação cultural local, a Dança de São Gonçalo, que, apesar de ser originalmente portuguesa, se constituiu na comunidade e virou tradição¹¹ religiosa local.

¹¹ Ver História da serra do Evaristo. Disponível em: <<http://arturricardo-historiador.blogspot.com/2015/04/historia-da-serra-do-evaristo.html>>

Imagem 4: Museu Estação Ferroviária de Baturité – CE.



Fonte: Diário do Nordeste, 2018.

Como redencionista, nascida e criada em Redenção, desde muito nova eu via estes espaços com outros olhos, com uma certa admiração por ver, ali, uma verdade sobre a histórica local. Quando mais nova, ao passar pela praça da Matriz onde se localiza o busto da Princesa Isabel, eu me admirava com o monumento. Eu acreditava que ela tinha alguma relação direta com a abolição que tinha ocorrido aqui, afinal, eu pensava, ela não teria por quê ser homenageada quando não havia feito qualquer tipo de contribuição.

Imagem 5: Busto da Princesa Isabel localizado em Redenção – CE



Fonte: Museu Memorial da Liberdade, 2010.

O mesmo sentia em relação ao monumento Obelisco, que, em algum passeio escolar, eu tinha tido o conhecimento de que ali, onde se localizava aquele obelisco, havia um pelourinho no mesmo formato onde ficavam presos os cativos que em Redenção tinham habitado. Eu não via muito sentido em ver aquele espaço ser tão bem cuidado quando ali só tinha marcas de maus tratos a um ser humano.

Imagem 6: Monumento Obelisco localizado em Redenção – CE.



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

Em relação aos escravizados, eu, quando mais nova, sempre o associei a uma pessoa negra. Não alguém pardo ou mestiço, mas homens e mulheres pretos. Em minha mente, as pessoas negras da cidade não tinham qualquer relação com os outros que na cidade outrora viviam, afinal, pelo que se sabia, todos tinham se matado no alto de uma montanha após fugir de seus senhores de engenho, que, inclusive, no meu pensar, eram todos donos de muitas terras e muitos cativos, como eu via no Museu Senzala Negro Liberto. Para mim, na época, todas as casas de donos de escravizados eram proprietários de engenho e tinham, necessariamente, uma senzala para castigar quando o cativo dali se libertava.

Em relação a Baturité, eu pensei por muito tempo que lá não havia tido escravidão, afinal, não via qualquer representação no seu centro que remetesse a presença de cativos em outro momento. Quando tomei conhecimento da serra do Evaristo, logo quando a Unilab foi

instalada em Redenção, para mim foi uma surpresa descobrir que havia na região um espaço que trouxesse algumas lembranças sobre negros escravizados e indígenas.

Acredito que meu imaginário em associar cativos apenas a pessoas pretas muito se deve aos espaços construídos em Redenção como forma de se falar sobre essa sociedade. As imagens pintadas em museus e a própria figura da Negra Nua, logo na entrada da cidade, me fazia pensar que aquela era a realidade da cidade no período escravocrata. Reflito, ainda, que estes pensamentos não são exclusivamente frutos de uma imaginação fértil, mas que é algo que ocorre por uma memória criada sobre a história da Cidade.

Antes de darmos início a pesquisa deste trabalho, assim como muitos redencionistas, eu acreditava que o processo de abolição de Acarape havia sido uma conquista resultado de uma série de lutas abolicionistas, partindo de uma memória romantizada, tal qual sobre a que existe em relação à Negra Nua. Cresci ouvindo algumas histórias sobre de quem seria aquela mulher, o que significava aquela posição que ela foi pintada, as motivações que a levaram a aparecer nua. Todas elas levavam exaltavam o feito de um senhor proprietário de escravizados perante a sua cativa.

Imagem 7: Monumento Negra Nua localizado em Redenção – CE.



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

No entanto, a obra pintada pelo artista plástico cearense Eduardo Pampola, não representou mais que uma forma de comemorar o centenário da emancipação política de

Acarape, em 1868, e Baturité. No final das contas, o monumento Negra Nua, localizado na entrada da cidade de Redenção, nada mais é que uma figura de uma mulher negra cativa, que com suas mãos erguidas, apresenta uma ideia de clemência e, ao mesmo tempo, a interpretação de agradecimento ao seu senhor. Além disso, destaca-se a nudez da mulher, representando uma imagem voltada para a sexualidade, conseqüentemente, vinculando a escravizada aos prazeres sexuais do corpo.

Quando, em 1888, foi feito um ato em comemoração ao centenário da abolição no Ceará, um artigo no jornal Diário do Nordeste afirmava que

Dos 25 engenhos que constituíam a próspera de Redenção há algumas décadas atrás, só restam 10. O padrão arquitetônico da cidade está totalmente descaracterizado e apenas algumas praças e monumentos lembram o feito pioneiro da abolição dos escravos. (...) No Sítio Livramento, onde funcionou as instalações da fábrica Douradinha, na entrada da cidade, ainda resiste ao tempo uma casa grande, com um sótão que no século passado serviu como senzala aos negros escravos. O antigo aposento tem quase dois metros de altura e atualmente, só os morcegos disputam o lúgubre espaço (FEITOSA, 1988).

Com isso, percebe-se que o comportamento dos redencionistas em ter uma versão romantizada da história da cidade, é o resultado do apagamento que as autoridades locais promoveram até o século seguinte da abolição da escravatura em Acarape, por meio de fins de engenhos criação de espaços que leve a comunidade a ver a região não com as marcas dos sofrimentos de cativos sob posse de senhores, mas, sim, como um local em que foi feito um ato heroico. Desse modo, estes monumentos são elaborados com o intuito de separar “uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor” (POLLAK, 1989, p. 8).

A diferença entre a realidade e a memória imposta por autoridades em Redenção foi traduzida na fala de Maria José da Silva, redencionista, lavadeira e negra – uma das que se encontrava na margem dos 5% dessa população da Cidade no total cem anos após o fim da escravidão no Ceará –, que, no ato de comemoração da abolição que ocorreu na antiga vila de Acarape em 1988, se diz ainda ser vista como escrava pelos outros:

(...) seus pais foram negros mas a maioria de seus familiares atuais são brancos. Já bastante idosa, não soube dizer a idade. No entanto, observou, ‘eu estou livre, mas as pessoas não me consideram. O povo me trata mal, me maltrata porque eu sou pobre, preta e não sei ler’. Dona Maria é viúva e mãe de 10 filhos. Conforme declarou, até sua própria família lhe discrimina por ser negra (FEITOSA, 1988).

Esse tipo de reação da população quanto a Maria e, certamente, a outros negros naquela condição, foi o resultado do processo abolicionista que teve, como prioridade livrar os cativos da escravidão, mas não se pensou como seria sua condição de liberdade perante a sociedade. Como afirmam Funes e Gonçalves, “o negro ficou livre do açoite, do tronco e da

senzala, mas ficou preso à miséria na periferia dos grandes centros urbanos e do campo; preso à discriminação social” (1988, p. 3).

É partindo dessa discussão sobre as memórias que monumentos e museus da região do Maciço de Baturité tentam repassar aos seus moradores que, a partir de agora, os capítulos apresentam dados que levam a uma nova perspectiva das sociedades redencionista e baturiteense, uma vez que os dados trazem novas informações sobre as histórias dessa população.

2 MÃO DE OBRA ESCRAVIZADA NA PROVÍNCIA DO CEARÁ: A PRESENÇA EM VILA DE ACARAPE E BATURITÉ

Pode-se dizer que a presença de escravizados no Brasil durante as três primeiras décadas foi de fundamental importância para o desenvolvimento do setor de produção. Distribuídos nas mais diversas regiões e setores do Império, o processo escravocrata usufruiu de mão de obra africana e indígena no seu processo de produção de atividades econômicas. Quando a escravização desta última foi proibida¹² por Marquês de Pombal, em 1757, não se extinguiu completamente o comércio e o trabalho forçado, entretanto, com a acentuação do envio de africanos para outros continentes, o mercado pareceu se dissipar.

Chegando em terras brasileiras, estes, em sua grande maioria, eram encaminhados para espaços de atividades econômicas lucrativas, como, por exemplo, nas capitânicas produtoras de açúcar no Nordeste.

Aproximando-se o fim do período colonial, o trabalho escravizado já fazia parte das práticas da sociedade brasileira. Estes cativos, àquela altura, já não eram propriedades, apenas, de grandes fazendeiros, mas também se encontravam sob posse de pequenos agricultores que necessitavam de um ou mais servos (CONRAD, 1975). E, condicionados à escravidão, não eram vistos mais do que simples produtos provenientes de compra e venda de seus senhores, uma vez que, naquela conjuntura

(...) pode o senhor alugar os escravos, emprestá-los, vendê-los, dá-los, transmiti-lo por herança ou legado, constituí-los em penhor ou hipoteca, desmembrar da sua propriedade o usufruto, exercer enfim, todos os direitos legítimos de verdadeiro dono ou proprietário. Como propriedade, está ainda o escravo a ser sequestrado, embargado, ou arrestado, penhorado, depositado, arrematado, adjudicado, correndo sobre ele todos os termos sem atenção mais do que à propriedade no mesmo constituída (JUNIOR, 1988, p. 67).

Ou seja, por mais que alguns dos cativos não vivessem em senzalas, mas se encontravam presentes nas casas de seus proprietários, eles ainda eram vistos como objetos, de modo que quando oportuno, seus senhores separavam as famílias sem preocupar-se nas relações que ali seriam desfeitas.

Quando, em 1850, é decretado o fim do tráfico ultramarino, esperou-se, também, a dissolução da escravidão. Aliás, alguns anos antes, mais precisamente em 1831, o desembarque de mercadoria negra no Brasil tinha sido proclamado como ato ilegal pela lei de 7 de novembro

¹² Disponível em: <http://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm>.

daquele ano, que declarava como livres todos os escravizados vindos de fora do Império, impondo, ainda, penas aos seus importadores. Mas, na prática, isso não significou muita coisa.

Um exemplo disso foi o evento que ocorreu nas proximidades de Fortaleza, em 1835, o qual, de acordo com Vieira (2014), as autoridades locais tomaram conhecimento de duas embarcações com cativos e fizeram a apreensão dos dois navios, da tripulação e dos africanos que estavam sendo transportados, na busca de tornar efetiva a Lei de 1831. Apesar de barrarem o desembarque ilegal da maioria dos estrangeiros,

O destino dado aos africanos livres ilustra bem a situação econômica do Ceará e os interesses particulares por um novo contingente de trabalhadores numa província marcada pela “falta de braços”, principalmente para as obras públicas. Foi a partir deste momento que houve a divisão: um pequeno grupo dos africanos livres ficou sob a supervisão direta do Estado, enquanto a maioria teve seus serviços arrematados a particulares (VIEIRA, 2014, p. 9).

O caso apresentado acima é apenas uma demonstração de que a Lei de 7 de novembro de 1831 não fora tão efetiva. Outra demonstração são os dados apresentados por Flausino (2006), que, de acordo com a autora, na segunda metade da década de 1840 os fazendeiros brasileiros buscaram traficar mão de obra escravizada o quanto podiam, chegando aos 60.000 africanos levados em 1848.

Com a promulgação da Lei de 1850, as práticas escravistas, que pareciam estar chegando ao seu fim, se modularam e passaram a fortalecer o comércio interprovincial. Inclusive, a prática escravocrata no Ceará foi proveniente desse tipo de comércio, uma vez que os cativos que aqui viviam eram provenientes de outras regiões do Nordeste, como Pernambuco, Maranhão e mesmo dos que vieram do continente africano pelos portos de São Luís e do Recife (SOBRINHO, 2011). Além de receber mão de obra escravizada, a Província também foi responsável por encaminhar cativos para o Sudeste quando, dado o fim do período da seca de 1875, os produtores de café e algodão, que passaram a ser valorizados no mercado, buscaram investir na manutenção de atividades, vendo como maneira mais rápida de lucrar a venda de escravizados (SILVA, 2011).

Talvez a constante prática de exportar essa mão de obra tenha sido a razão pela qual o Ceará, se comparado com outras regiões do Império, tivesse um número tão inferior de cativos. De acordo com Brasil¹³ (1863), em 1860 a Província tinha 35.441 escravizados para um total de 468.318 livres. Aragão (1985) pressupõe ainda que, o baixo índice dessa população, se deve, principalmente, pela própria estrutura econômica local, que estava pautada em

¹³ Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=vmouAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>.

atividades agropecuárias ou serviços domésticos, fazendo com que, assim, estes grupos não dessem retornos lucrativos.

Apesar da baixa porcentagem dessa mão de obra no Ceará, não se pode afirmar que a presença daqueles que ali tiveram fora insignificante, tampouco estabelecer que na Província, a população local fora mais cortês por estes estarem em menor quantidade, como defende Funes (2015):

Uma realidade semelhante à de outras províncias, onde a escravidão teve relativa importância, do ponto de vista quantitativo. Isso não minimiza o sentido e o significado da presença escrava na sociedade cearense e muito menos deve ser entendido como fator determinante de um modelo específico de escravidão marcada pela cordialidade e fraternidade dos senhores em relação aos seus cativos. O fato de ser, ou ter, escravo já é por si uma prática aviltante ao direito e à cidadania (p. 108).

Assim como nas demais regiões do Império, estes cativos se encontravam nos mais diversos campos de trabalho, desde o urbano ao rural, sendo introduzidos no setor produtivo, “estando presente na pecuária, na agricultura, em serviços especializados, nos serviços domésticos, ou ainda como escravo de aluguel e de ganho” (Ibidem, p. 110)

A realidade na vila de Acarape e na cidade de Baturité, mesmo com áreas que propiciavam o desenvolvimento da agricultura, não era diferente. Neste capítulo, será abordado, a partir de agora, a presença da mão de obra escravizada nestas duas regiões.

2.1 Vila de Acarape

Situada ao noroeste da capital Fortaleza, na serra de Acarape e banhada pelo rio Pacoti, não se sabe ao certo quando se iniciou o processo de povoamento na vila de Acarape. Considerando que esta fazia parte do território que correspondia à Baturité – que se tem referências quanto a ocupação a partir de 1746. Com o processo de concessão de terras ainda no século XVII e, assim, de interiorização e apropriação de regiões ocupadas por indígenas (SOUZA, 2005), pode-se pressupor que os primeiros grupos a habitar a região estavam ali, pelo menos, desde o início dos anos 1700.

A sua localização, em uma área de serras com solo argiloso e úmido, logo apresentou aspectos naturais favoráveis à cultura canavieira, que se permitiu promover o desenvolvimento urbano ligado à produção da cana-de-açúcar e seus derivados (RIBEIRO, 2012). Não fora encontrado algum registro do índice populacional da vila de Acarape em meados de 1840, pois esta estava condicionada ainda à Baturité, porém pode-se presumir que já se encontravam ali um grande número de residentes, uma vez que se tornou distrito policial

pelo ato provincial de 18 de março de 1842 (IBGE), vindo a se elevar à categoria de vila um pouco mais de quatro décadas depois, pela lei provincial 1.255 em 28 de dezembro de 1868, desmembrando-se de Baturité. Três anos depois, o jornal O Cearense publicou uma correspondência que demonstrava a oposição da população baturiteense ao ato de desmembramento, como nota-se no trecho abaixo:

O fato desta povoação ter sido elevada à categoria de vila originou graves males. (...) apenas se podem contar cerca de doze casas que merecem tal nome, e o mais não passam de “genuínos cortiços”. Sem pessoal para ocupar os cargos públicos, acresce que não há entre por mais “inteligente” que não se julgue habilitado para exercer o cargo de camarista, jurado, substituto do juiz municipal, delegado, secretário e procurador da câmara, tabelião e coletores. Já existem inúmeros candidatos e cada qual o mais “habilitado”! (...) Se consumir que o distrito desta povoação passe a município separado, presentemente, teremos males sobre males; a intriga será uma babel e a justiça local não será menos. É populoso o distrito, não há dúvidas, mas falha quase em tudo o pessoal habilitado para ocupar os cargos públicos, acrescentando que a pobreza é franciscana, é por demais. Não é em tais circunstâncias que se deve elevar à categoria de vila uma pobríssima povoação e distrito. Grande benefício resultaria a este lugar se o poder competente derogasse a lei que criou a vila (...)” (O CEARENSE, ed. 90, 1871, p. 2).

Mesmo após três anos do desmembramento, percebe-se que a população ainda desqualifica a vila, como é visto na correspondência apresentada acima. Nela é ressaltada as condições de extrema pobreza em Acarape, destaca-se, ainda, a ausência de uma unidade política que até então não se tinha, inabilitando as pessoas da comunidade para ocupar seus cargos.

Apesar das críticas, àquela altura, naquela localidade, já se encontravam famílias de poder que tinham em seus lares e espaços de produção agrícola homens e mulheres condicionados à escravidão. De acordo com os dados mais antigos que foi de acesso para esta pesquisa, o Recenseamento da Província do Ceará de 1872¹⁴ aponta que vila de Acarape tinha em torno de 11.865 habitantes, sendo destes 140 cativos, sendo 70 homens e 70 mulheres, somando os escravizados aproximadamente a um valor de 1,2% da população livre local. Na tabela abaixo é possível identificar uma maior explanação desse grupo:

¹⁴Disponível em: <<https://archive.org/stream/recenseamento1872ce/ProvinciaDoCeara#page/n0/mode/2up>>.

Tabela 1: A população escravizada de vila de Acarape em 1872 classificada por cor, estado civil e problemas de saúde.

	Pardos	Pretos	Solteiro	Casado	Viúvo	Problemas¹⁵	Total
Homens	30	40	68	1	1	6	70
Mulheres	28	42	69	-	1	6	70
Total	58	82	137	1	2	12	140

Fonte: Recenseamento da Província do Ceará de 1872.

Diferente da população livre, em que a predomina a cor parda, correspondendo a 64,3% do total¹⁶, no grupo de escravizados se sobressai a cor preta, somando, aproximadamente, 59% em comparação aos pardos.

Para além destes dados, neste grupo é identificado, ainda, que todos estes homens e mulheres são brasileiros, analfabetos e católicos. A questão da religiosidade, destaca-se, era, naquela conjuntura, algo comum nas sociedades de uma forma geral, uma vez que todos aqueles “ritos e práticas de culto que não fossem católicas sofreram proibições e perseguições até meados do século XX. Os procedimentos religiosos que não se enquadravam dentro do cristianismo romano (religião do dominador), eram combatidos de forma severa” (ARAGÃO, 2013, p. 3), o que levava, portanto, subordinados a se tornarem, obrigatoriamente, católicos. O que, de acordo com Sobrinho (2011) não era tão útil aos interesses dos senhores:

A Igreja católica acreditava que ao converter os nativos e os negros, à fé cristã, os estava impedindo de continuar com suas identidades. Logo engano. Ao torna-los católicos, estes interpretavam os ensinamentos conforme sua cultura, impingindo assim, muitas vezes, sua marca, para manter a preservação de sua identidade, como forma de resistência à escravidão (...) (p. 92-93).

Considerando o atual cenário da região e suas diversas manifestações religiosas, percebe-se, portanto, que havia a resistência descrita pelo autor, mesmo que silenciosa, ao catolicismo, levando muitos dessa totalidade reformularem suas práticas.

Ainda discorrendo a respeito da tabela 1, um fator que chama atenção é o fato de se encontrar apenas um escravizado na condição de casado, enquanto sua grande maioria encontrava-se solteiro. Este dado, no entanto, não quer dizer que neste espaço não existia uma constituição familiar. De acordo com os dados levantados, há uma presença de crianças durante o período recortado para este estudo, como será visto posteriormente, o que representa uma composição de famílias.

¹⁵ A categoria “Problemas” refere-se a problemas de saúde, os quais resultam: 2 cegos, 1 surdo-mudo, 2 aleijados e 1 alienado (homens); 2 cegas, 1 surda-muda, 3 aleijadas (mulheres)

¹⁶ As demais categorias da população livre são: Brancos (30,7%), Pretos (3,2) e Caboclo (1,8%).

Em relação a população livre, o número de casados também era inferior à quantidade de solteiros e viúvos. Não tão significativo comparado ao valor do cativo, mas correspondente a 31,4% em relação aos solteiros e viúvos. Em números exatos, de homens e mulheres livres se encontra um total de 3.678 casados, enquanto os solteiros, em sua maioria, equivalem a 7.727 e os viúvos, em sua minoria, 320 pessoas. Esses dados podem revelar que talvez a própria prática da instituição católica não fosse tão praticada no local, o que justificaria que valor de apenas um escravizado casado em vila de Acarape.

Outro fato que se revela é que, diferentemente de outras regiões da Província em 1872, a qual a maioria de mão de obra era descrita como parda, um total de 57,2% pardos para 42,8% pretos, nota-se, pelos dados do Recenseamento da Província do Ceará de 1872, que a totalidade de cativos pretos em vila de Acarape equivalia a aproximadamente 59%.

Pelos dados apresentados por Silva (2011), percebe-se que nem sempre os escravizados de cor parda prevaleceram como maioria. O autor aponta que a capitania do Ceará, em 1813, tinha uma equivalência de 10.872 pretos para 6.336 pardos, respectivamente 63,2% e 36,8%. Em comparação com os dados de 1872 – mesmo sendo considerando a constante relação de compra e venda no decorrer das décadas –, pode-se afirmar que o crescimento desse grupo de miscigenados era relativo às possíveis relações interativas entre brancos e pretos ou indígenas (sejam estes livres ou cativos).

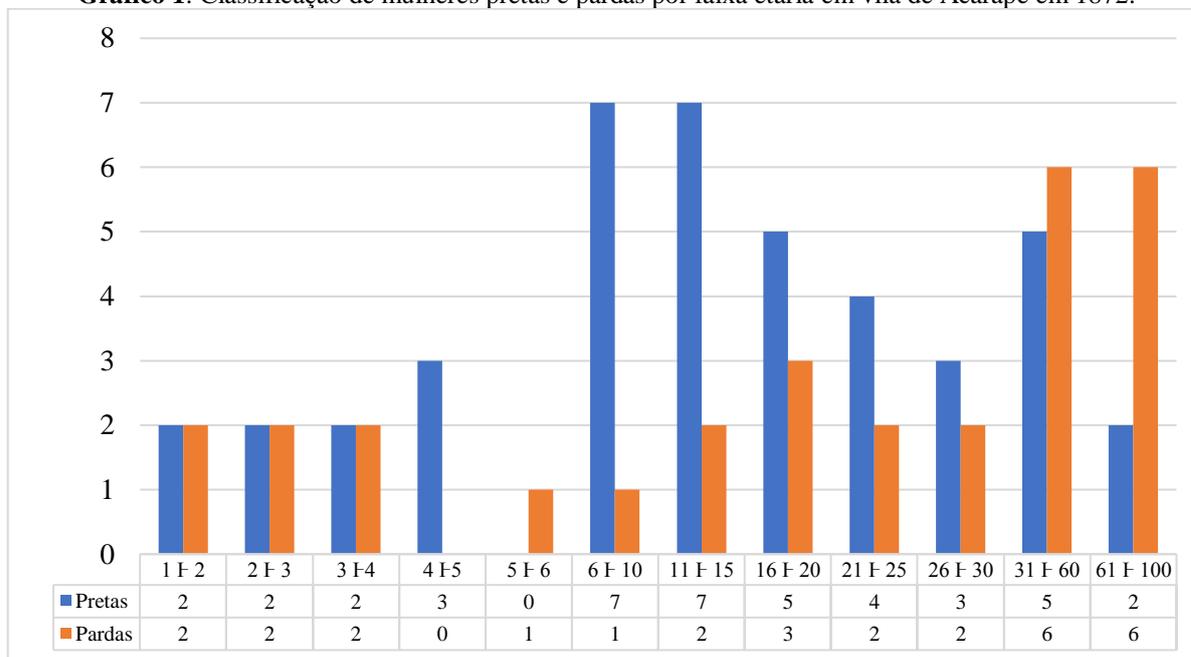
Esta classificação de “pardo”, segundo Mattos (2000), além de determinante de cor, poderia estar atrelada a um estado social:

‘Pardo’ foi inicialmente utilizado para designar a cor mais clara de alguns escravos, especialmente sinalizando para a ascendência europeia de alguns deles, mas ampliou sua significação quando se teve que dar conta de uma crescente população para a qual não era mais cabível a classificação de ‘preto’ ou de ‘crioulo’, na medida em que estes tendiam a congelar socialmente a condição de escravo ou ex-escravo. A emergência de uma população livre de ascendência africana (...) consolidou a categoria ‘pardo livre’ como condição linguística para expressar a nova realidade, sem que recaísse sobre ela o estigma da escravidão, mas também sem que se perdesse a memória dela e das restrições civis que implicava (p. 17).

Levando em conta as relações de cor e o respectivo *status* desses sujeitos na sociedade, o gráfico abaixo apresenta a classificação de pardos e negros de acordo com o sexo e idade. Esses dados permitem perceber se essa categorização encontra-se uniforme, ou seja, independentemente de ser homem, mulher, jovem ou idoso; ou se poderia existir alguma espécie de hierarquização dentro deste grupo definido por sua cor e, conseqüente, por sua faixa etária e gênero, pois, de acordo com Lima (2008), que analisou dados referentes a escravizados em duas fazendas da vila de Castro no século XIX, no Paraná, as reformulações no processo escravocrata brasileiro prejudicou na diferenciação entre cativos pardos e negros, além de que

“(…) lugares possivelmente diferentes de homens e mulheres, assim como de jovens e de velhos nas relações escravistas também tinham impactos na questão (p. 71).

Gráfico 1: Classificação de mulheres pretas e pardas por faixa etária em vila de Acarape em 1872.



Fonte: Recenseamento da Província do Ceará de 1872.

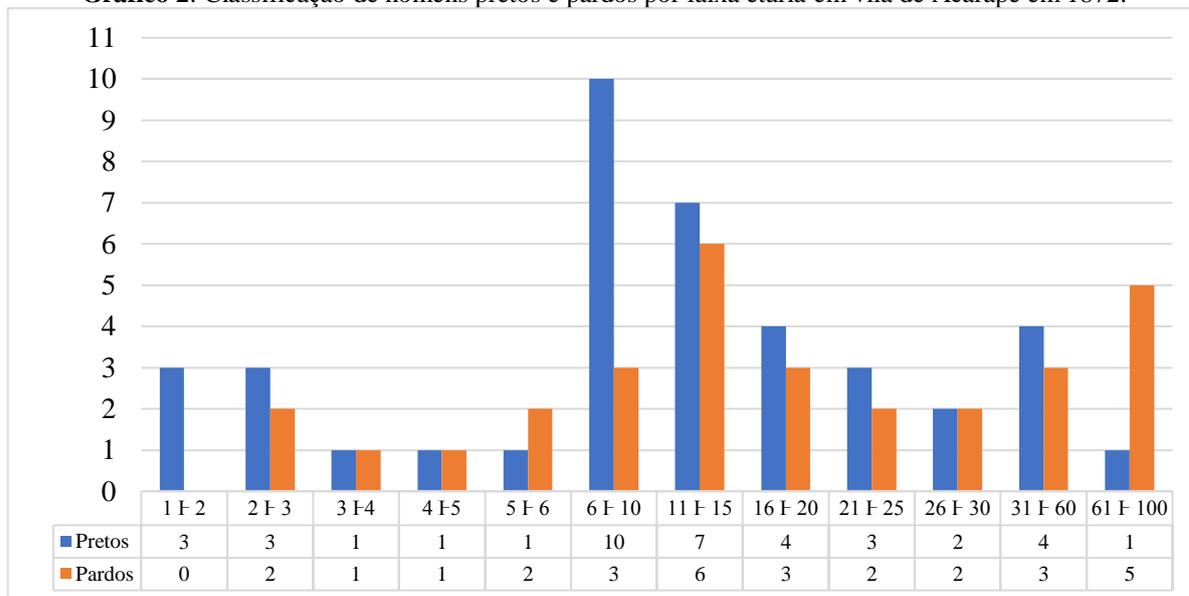
A partir dos dados apresentados no gráfico acima, nota-se que o maior índice de mulheres pretas são as que tem entre 6 e 20 anos. E as mulheres pardas se tornam maioria a partir dos 31 anos. Uma possível motivação para essa prevalência de cativas pretas na faixa etária supracitada, pode ser o fator da “sexualidade precoce”, apresentado, aqui, de duas formas: a primeira possibilidade seria o desejo do senhor pela sua escravizada, a qual continha fortes características de seus descendentes africanos e desenvolvia, assim, atributos que o fizesse tencionar exercer domínio sobre a mesma; e, a segunda probabilidade diz respeito à questão reprodutora, que, sendo a mãe de cor preta, os filhos gerados, independente da figura masculina, teriam características que remetessem ao preto. Esta segunda hipótese deriva da dominação sexual sofrida por mulheres negras ainda no período colonial, apresentada por Baseggio e Silva (2015):

A colonização realizada por homens, quase sem mulheres brancas, fez com que as negras, junto com as índias e as mulatas fossem as responsáveis por multiplicarem a mão de obra colonial. Ao relacionar-se com senhores de engenhos e grandes proprietários, ou até mesmo com os filhos jovens destes, as mulheres escravizadas geravam filhos bastardos que serviriam como força produtora da monocultura colonial brasileira (p. 23).

Esta violência, entretanto, não pode ser afirmada a partir destes dados, uma vez que não foram encontrados registros – e, provavelmente, não existem, uma vez que os negros

naquela contextualização não tinham espaço para denúncias – que possam reforçar estas hipóteses. Para se fazer um comparativo, abaixo estão classificados, como anteriormente, os homens escravizados a partir da cor e idade:

Gráfico 2: Classificação de homens pretos e pardos por faixa etária em vila de Acarape em 1872.



Fonte: Recenseamento da Província do Ceará de 1872.

No gráfico 2, portanto, percebe-se uma mínima diferença de quantidade de escravizados na correlação entre cor e faixa etária, sendo vista uma nítida diferença entre cativos do grupo de 6 a 10 anos. O fato de o número de homens pretos entre a mesma faixa etária das mulheres também ser superior, sugere, neste caso, ou uma relação à força de trabalho, ou, ainda, um mercado de escravizados nas proximidades de vila de Acarape e Baturité, uma vez que nestes locais, especificamente, não foram encontrados dados que indicam a presença de um comerciante de mão de obra, como será apresentado no capítulo seguinte.

Pelos dois gráficos apresentados anteriormente, nota-se uma elevada quantidade de crianças cativas quanto ao número de adultos no grupo dos homens, totalizando 15,50%¹⁷, com o mesmo valor em relação em porcentagem no grupo de mulheres. Isso reforça que haviam famílias em Acarape, por mais que os dados do Recenseamento da Província do Ceará de 1872 acuse apenas um homem na condição de casado.

Buscando compreender a condição de filhos de cativas, se estes se encontravam como naturais ou legítimos, foi feito um levantamento no livro de batismos da vila de Acarape. Um único livro foi encontrado que continham informações para o interesse desta pesquisa. Ele, que corresponde aos nascidos entre 1870 e 1873, possui dados de filhos de escravizadas, assim como de mães livres. Em ambos os casos se encontram registros que apontam a ausência de um

¹⁷ Levando em conta as idades entre 1 e 15 anos.

pai, sendo de mulheres cativas a sua grande maioria. Em todas estas ocorrências, os filhos são descritos como “natural”¹⁸, que pode ser decorrência da falta do conhecimento da paternidade ou ausência do contrato matrimonial entre os pais.

A leitura desses dados também permite pressupor que, nestes casos, não se encontram filhos frutos de um casamento forçado – prática estabelecida pelos donos para seus cativos com a finalidade exclusiva de reprodução de mão de obra escravizada –, o que pode ser respondido pela baixa escravaria da região. Sendo este o caso, como foi levantado anteriormente, poderia haver em Acarape alguns grupos de famílias que não eram necessariamente marido e mulher, mas, sim, irmãos ou pais e filhos ou qualquer outro laço de sangue que viesse a evitar esse tipo de negociação por parte do proprietário.

Apesar dessa ausência nos dados de vila de Acarape, é importante ressaltar que os casamentos forçados com fins reprodutores eram acordos feitos entre proprietários de cativos, como aponta Slenes (1999):

Uma preocupação tão grande com o ato simbolizando a criação do “lar” escravo não se coaduna com um desinteresse no processo de seleção de cônjuges que o antecede. Ao contrário, sugere uma participação ativa nesse processo. (...) A hipótese mais provável, portanto, é a de que o interesse dos donos no casamento escravo se tenha traduzido numa política de encorajar os cativos a procurarem uniões formais, deixando a escolha aos casais, mas reservando ao senhor o direito ‘paternalista’ de sugerir, persuadir, pressionar e, finalmente, aprovar ou vetar os nomes escolhidos (p. 102).

As crianças nascidas destas relações eram, portanto, vistas como acréscimos no número de cativos, e até mesmo mercadorias, uma vez que elas, até os quinze anos não podem ser separadas dos pais, como constitui o decreto¹⁹ nº 1.695 de 15 de setembro de 1869, no qual o artigo 2º afirma: “Em todas as vendas de escravos, ou sejam particulares ou judiciais, é proibido, sob pena de nulidade, separar o marido da mulher, o filho do pai ou mãe, salvo sendo os filhos maiores de 15 anos”.

No ano seguinte é assinada, em 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre, que declarava como livres todos os nascidos filhos de progenitores escravizadas a partir daquela data. Em seu inciso primeiro aponta²⁰:

¹⁸ No livro de batismo acessado para esta pesquisa, as crianças continham no ato de descrição “legítima” ou “natural”. A primeira, quando se apresentava, continha o nome do pai junto ao da mãe, quando “natural”, tinha apenas o primeiro nome da mãe, no caso de escravizadas.

¹⁹ BRASIL. Constituição (1869). Decreto nº 1.695, de 15 de agosto de 1869. Prohibe As Vendas de Escravos Debaixo de Pregão e em Exposição Publica.. Brasil, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1695-15-setembro-1869-552474-publicacaooriginal-69771-pl.html>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

²⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm>. Acesso em: 15 de dezembro de 2017.

Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indenização pecuniária acima fixada será paga em títulos de renda com o juro anual de 6%, os quais se considerarão extintos no fim de 30 anos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquele em que o menor chegará a idade de oito anos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbítrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor [sic].

Nestes casos, portanto, o senhor deveria condicioná-lo como nascido como livre, por mais que este ainda fosse permanecer com a mãe e em sua propriedade até aos oito anos. Entretanto, como em outros casos, esta também não fora de obediência por parte da população local, como pode ser visto na tabela abaixo, que apresenta o levantamento de dados no livro de batismos da vila de Acarape, o qual ainda há registros de nascidos ainda na condição de escravizados:

Tabela 2: Quantidade de nascidos como cativos e em não-condição ²¹dentre os anos de 1870 e 1873 em vila de Acarape.

Ano	Nascido em condição de cativo	Nascido em não-condição de cativo
1870	2	1
1871 (antes da LVL)	3	-
1871 (posterior a LVL)	2	-
1873	1	-

Fonte: Livro de Batismo de vila de Acarape dos anos 1870 a 1873 encontrado na Arquidiocese de Fortaleza.

Como visto na tabela anterior, mesmo depois da criação da Lei do Ventre Livre, em vila de Acarape ainda se tem o registro de três crianças nascidas em condição cativa. Apesar da escassa quantidade de registros de batismo apresentada neste volume, não se deve deixar de cogitar os eventuais episódios em que não se deu o ato católico e possíveis outros tantos nascidos após a determinação da Lei que também foram condicionados a condições ilegais de escravidão.

O descumprimento desta Lei nesta sociedade chama atenção quando os dados da pesquisa apontam como habitantes dessa vila membros da corporação militar, dos quais, se espera, que sejam homens que buscam fazer os cumprimentos das leis. De acordo com os inventários *post-mortem* a qual esta pesquisa teve acesso, há o registro de dois militares, um tenente coronel e outro capitão, dentre os anos de 1877 e 1881. Deve-se ressaltar, ainda, o fato

²¹ Fora escolhido o termo “não-condição” por na descrição de batismo estes não constarem como “livres”.

deste ter sido um distrito policial, o que leva a acreditar na possibilidade de alguns outros na região.

O estudo sob os inventários *post-mortem* que foram utilizados neste trabalho oferece proveitosas informações famílias, propriedades, dentre outros, como enfatiza Filho (2014):

O trabalho com inventários *post-mortem* nos permite novas perspectivas de pesquisa acerca das formações de famílias, formas de ocupação (...). Aspectos da vida social das famílias, riquezas, propriedades e posse de cativos podem ser inferidos por meio do trabalho com esta documentação. Os inventários e testamentos são documentos de ordem jurídico-civil, produzidos pela sociedade de seu tempo (p. 3).

Nesta pesquisa, entretanto, se aproveitou dos inventários disponíveis para entender sobre a quantia de cativos por proprietários e, ainda, fazer um levantamento de nomes de senhores de escravizados. Do material levantado que se encontrava disponível correspondente ao período e espaços estabelecidos neste trabalho – o qual não se tem uma totalidade exata –, apenas quatro destes continham escravizados dentre as posses de pessoas de vila de Acarape, equivalente aos anos de 1877 e 1881, não se encontrando dados entre 1870 e 1876. Neles são encontrados dois que, como citados anteriormente, tratavam-se de oficiais, como se pode conferir na tabela abaixo:

Tabela 3: Quantidade de cativos por moradores de vila de Acarape entre 1877 e 1881.

Falecidos	Ano	Qde. de cativos
<i>Ten. Cel. Fco. Ferreira da Silva</i>	1877	2
<i>Rosa da Conceição</i>	1879	3
<i>Cap. Antº. Ribeiro de Lima</i>	1880	9
<i>Maria Josefa da Conceição</i>	1881	1

Fonte: Inventários *post-mortem* APEC.

Atentando-se aos dados apresentados na tabela, pode-se presumir que, apesar da maior quantidade de escravizados destes dados estarem sob posse de um militar, os demais civis de Acarape também possuíam condições para a compra de mais de um cativo como é o caso de Rosa da Conceição. Apesar de seu inventário apresentar um número bem inferior de escravizados ao do capitão Antonio Ribeiro de Lima, um total de três, considera-se esta quantidade significativa, uma vez que, segundo os dados levantados sobre a totalidade dessa mão de obra a partir de 1872 não chegara a ser superior aos 140 homens e mulheres.

O fato de Rosa ter três cativos em posse e todos serem crianças – variando entre sete e nove anos – em um ano de seca, chama a atenção para reforçar que esta região não sofreu com a estiagem que se alastrou de 1877 a 1879 no Ceará. Uma das maiores secas pela qual

passou o território cearense, a triagem é vista por alguns estudiosos como um acontecimento que acelerou o declínio da escravidão. Silva é um destes, dando três razões para tal:

Primeiramente, estagnou em três anos a economia agropecuarista dominante, reduzindo a 1/3 seu potencial anterior. Em segundo lugar, ativou de forma assustadora a saída dos cativos restantes. Em terceiro lugar, dizimou, devido às pestes que ocorreram naquele período, a população da Província inclusive a escrava. Por último, influiu para modificar a estrutura socioeconômica e, um pouco, a mentalidade conservadora existente, principalmente nas classes média e popular que sofreram com mais intensidade as consequências da estiagem (2011, p. 107).

De fato, a triagem da seca levou com que muitos senhores de fazenda vissem suas produções agrícolas e pastoris paradas, uma vez que faltava chuva para manter a produção ativa. Os gados, com a falta de água, aos poucos iam desfalecendo até não aguentarem mais. O cultivo não tinha como ocorrer com a terra batida. Isso fez com que muitos proprietários de terra se vissem abandonando suas propriedades e partindo para a Capital, levando seus cativos para enviá-los para o sul e, assim, conseguir lucros para manter-se até a estiagem passar.

No trecho abaixo, retirado do romance *A fome*, de 1890, escrita por Rodolfo Teófilo – uma das testemunhas da seca de 1877 a 1879 –, o autor mistura sua narrativa com um testemunho sobre os três sofridos anos do Ceará:

Os prejuízos que sofria a fortuna particular com a seca eram enormes. O Ceará tinha empregado suas economias em gados, economias de mais de trinta anos, e que subiam a algumas dezenas de mil contos. Além dessa riqueza, representada pela indústria pastoril, havia no milhão de habitantes da província uma população escrava de cerca de trinta mil almas.

Esgotados todos os recursos com o aniquilamento de quatro quintos dos rebanhos, tornava-se cada vez mais precária a sorte do criador, que, para escapar da miséria, tinha apenas terras sem valor e o escravo, considerado quase como uma pessoa da família.

A propriedade escrava fico sendo a única fonte de receita.

A maioria dos negociantes da Fortaleza entregavam-se ao comércio de cativos, que faziam embarcar para o Sul do império, como faziam outrora com o algodão, café e açúcar para o estrangeiro.

Raro era o dia em que não entravam levas de escravos, trazidos dos sertões por seus senhores ou pelos mascates italianos. À entrada da cidade, nas diversas estradas, os corretores açambarcavam a *mercadoria* com a gana da gorjeta, cujo valor dependia do número das *peças* levadas ao escritório do traficante [Destaque do autor] (TEÓFILO, 2011, p. 97).

E é nesses momentos que o cativo se percebe na condição de objeto diante à antiga família que outrora fora sua proprietária. Quando se encontram famílias de escravizados nessa conjuntura, são levadas a se separarem em um novo processo de tráfico, e é então que surge o sentimento de revolta passa a dominar esses homens e mulheres:

Trabalhei toda a minha mocidade para os meus antigos senhores, fui amiga sincera e dedicada de minha senhora, dei de mamar a todos os seus filhos, poupando-lhe trabalhos e desgostos; e que tive em paga de tudo isso? A ingratidão. Minha senhora dizia muitas vezes que me amava, mas se assim era, a sua amizade deixou-se dominar pelo interesse. Ensinou-me a ler e mostrou-me o caminho do bem, dando-me bons livros e a edificar-me nos exemplos da virtude; e de que me serviu tudo isso? Para

avaliar melhor a ingratidão dela e me fazer mais desgraçada. Quantas vezes me prometeu liberdade! Ela, que foi minha companheira de infância, que recebeu de mim as provas mais reais de dedicação, vendeu-me, como se eu fosse simplesmente uma besta! (TEÓFILO, 2011, p. 127).

E é a partir desses conflitos emocionais que os cativos, prontos para serem separados de suas famílias e enviados para regiões diferentes do Império, se viam prontos para criarem ocasiões de fuga ou rebelar-se com seus senhores.

Nos jornais da época da escravidão em vigor, muitas são as notícias publicadas acerca de fuga de escravizados. Muitas vezes sozinhos, também são noticiados casos que cativos fogem em grupos e, mesmo, em família, como este caso que ocorreu em Baturité em 1880:

Fugiram desta cidade em dias do mês passado um casal de escravos casados, de nome Raymundo e Margarida, com dois filhos ingênuos Sebastião e Pedro, tendo o mais velho de 7 para 8 anos. Os escravos têm 45 anos mais ou menos, ambos pretos, têm o cabelo carapinho, palradores. O escravo tem um sinal de grande talho em um dos pés quase regatado, do qual coxeia, e a escrava costuma embriagar-se. Foram do termo de Quixeramobim, e presume-se que fugiram para o lado de Maranguape. Quem os apreender e entrar na capital ao Sr. João Sampaio; no Quixadá ao Sr. Alfredo Olimpio de Oliveira, e nesta cidade ao dono Lourenço Sampaio, será generosamente gratificado (O CEARENSE, ed. 62, 1880, p.4).

No ato de fuga do cativo, o proprietário devia informar na publicação o máximo de detalhes possíveis. Em casos em que não se tinha um retrato falado, o senhor dono dos escravizados deveria preocupar-se em descrever todos os detalhes físicos que viessem a chamar a atenção nas ruas.

Esse sofrimento de reconfiguração também tomava conta de muitas das famílias livres do Ceará durante a triagem da seca. Enquanto alguns se espalhavam por regiões mais próximas, como Baturité, Pacatuba, Lavras, Quixadá, dentre outras, outras se viam obrigadas a deixarem suas terras para seguirem para outras Províncias sem terem a certeza de que tudo ficaria bem:

Chegou a hora da separação. Quatrocentos retirantes de todas as idades marchavam em préstito para o porto da cidade. Era triste aquela procissão, como o desfilar de enterro. Todos magros, macilentos e esfarrapados, davam ao cortejo a cor sombria da tristeza. Forçados a abandonar sua terra natal, caminhavam desalentados. Pela cadência do passo lento e grave podia-se avaliar do desgosto que lhes ia na alma! Chegaram ao porto do embarque. Quatro grandes lanchas, próximas da praia pela vazante da maré, se balançavam nas ondas da arrebentação, esticando as correntes das amarras, cujas âncoras mordiam as areias do porto. Eram batéis que deviam transportar a bordo do vapor Pernambuco os infelizes condenados a abandonar a pátria. O navio, ancorado perto da costa, movia-se, preso à amarra de proa, de bombordo a estibordo (TEÓFILO, 2011, p. 197).

Essa migração no período da seca em questão, de acordo com Silva (2011), levou no ano de 1878 a partida de 54.927 indivíduos para outras regiões do Império. Devido as suas

mazelas, conforme o autor, morreram nesse mesmo ano 118.927 pessoas, sendo 57.780 só na Capital, quando uma peste de varíola hemorrágica se alastrou pela cidade.

Apesar de não ser afetada com a falta de recursos naturais entre os anos de 1877 e 1879, devido sua localização, vila de Acarape também sofreu com as consequências sociais da estiagem. No primeiro ano de seca, o jornal *O cearense*, de 08 de abril de 1877, publicou que “Bandos de famílias emigram para a capital, Baturité e outros lugares menos sofreadores” (*O CEARENSE*, ed. 30 1877. p. 1). Considerando a proximidade com a Comarca, supõe-se que muitos destes migrantes acabaram por se instalar em vila de Acarape e seus distritos, o que pode ter causado o espalhamento da epidemia de febre que se deu na região na mesma época, em 12 de abril, noticiada pelo mesmo jornal:

(...) com o aparecimento das poucas chuvas que houveram em março, desenvolveu-se uma febre que tem acometido grande parte da população, quatro pessoas foram vítimas dela: até ontem o número de doentes era superior a quarenta. A pobreza corre a pedir socorros aos mais favorecidos da fortuna e estes já se acham esgotados porque não é bastante o alimento, é necessário que a este acompanhe o medicamento (*O CEARENSE*, ed. 31, 1871. p. 3).

O pedido logo fora atendido. Em 29 de abril do mesmo ano, fora encaminhado ao presidente da Província uma correspondência²² que confirmava a presença de um farmacêutico na região para poder aplicar as medicações, como se pode ver em um trecho abaixo:

Acaba de chegar a esta vila o farmacêutico Carlos Luiz de Magalhães, portador do ofício nº 205 de 25 do expirante, em que V. Ex.^a nos comunica vir ele incumbido de manipular e aplicar remédio os indigentes acometidos das febres aqui reinantes. Hoje mesmo *acertou* ele as funções de sua profissão, lamentando porém a falta de outros medicamentos indispensáveis ao tratamento do mal epidêmico deste município (...).
O mal até o presente tem declinado, e o dia em que parece arrefecer é a véspera de seu recrudescimento: temos tido muitos casos novos e já não é pequeno o número de acometidos.
A medida tomada por V. Ex.^a foi portanto mais que muito acertada; o que necessitamos agora é da remessa de novos medicamentos com a reforma d’alguns dos extintos.

Quanto aos “indigentes” citados no documento, não há informações sobre a quem se tratava tal adjetivo, entretanto, pressupõe que a população escravizada não estava inserida em tal grupo. Inclusive, no decorrer desta pesquisa em nenhum momento fora encontrado o índice de enfermidade e mortalidade desta população.

Em Baturité, diferentemente, vamos ter um maior número de cativos na região e um maior número de nascidos entre os anos de 1870, como poderá ser visto no tópico seguinte.

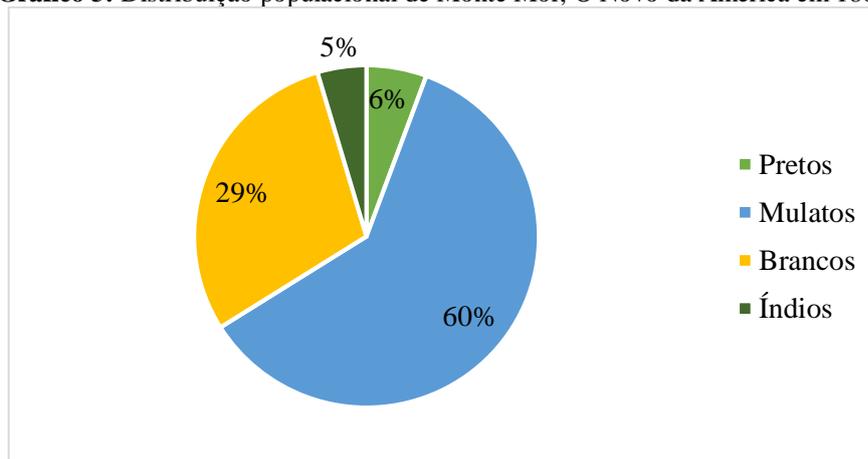
²² Correspondência encaminhada ao Presidente da Província para informar a presença do farmacêutico e a relação de medicações a serem encaminhadas para aplicação na população local. Fonte: Arquivo Público do Ceará. Fundo: Secretaria de Saúde Pública (1877).

2.2 Baturité

Localizada no maciço que carrega o mesmo nome, o município de Baturité teve sua criação em meados do século XVIII, mais precisamente em 14 de abril de 1764, quando denominada vila de Montemor Novo da América. Ali habitavam grupos indígenas que permaneceram até, pelo menos, o início do século seguinte. Elevada à categoria de Comarca com o nome de Baturité em 9 de janeiro de 1841, pela lei 226 daquele ano, torna-se cidade em 1858 (STUDART, 2010).

Assim como em vila de Acarape, não se sabe ao certo quando se deu início a instituição escravista de negros em Baturité, porém, de acordo com os dados de 1808, a, até então, vila de Monte Mor o Novo da América, tinha um elevado número de pretos e mulatos em sua população total. Em números exatos, na totalidade de 2.745 habitantes naquela área, 155 eram pretos, 1.659 se tratavam de mulatos, e o restante eram brancos e índios (SILVA, 2011), como pode ser visto no gráfico 3.

Gráfico 3: Distribuição populacional de Monte Mor, O Novo da América em 1808.



Fonte: Adaptado de Menezes, 1871.

Nesses dados, não se encontra uma categorização para a população de mulatos, dessa forma, não somos capazes de afirmar quantos destes são livres ou escravizados, sendo apenas uma questão de cor, porém desconfia-se que muitos destes pertenciam a primeira categoria, considerando a migração para a região a partir da seca que havia tido há quase quarenta anos antes, a seca dos três sete (1777), que levou muitos sertanejos a migrarem para a região serrana.

Os mulatos, que com o tempo passaram a ser declarados como pardo nas estatísticas da população, àquela altura não se tratavam, especificamente, de filhos de brancos com negros,

mas de qualquer indivíduo que tivesse uma tonalidade de pele que não fosse considerada branca ou preta ou não contivesse traços indígenas.

Quanto aqueles classificados como pretos nos ensaios sobre a população da Província, apesar da ausência de categorização como livres ou cativos, o levantamento bibliográfico feito até aqui permite reconhecer que dos que adentraram na Província vieram, em sua maioria, na condição de escravizados, portanto, mesmo que em pequena quantidade, pode-se reconhecer que muitos destes 155 sofreram com as práticas de trabalho forçado.

No ensaio estatístico da população da Província do Ceará elaborado em 1863 por Thomas Pompeu, o autor, que apresenta dados de 1860, já distribui os habitantes entre “livres” e “escravos”. Baturité, àquela altura, possuía 305 cativos para um total de 25.364 habitantes, ou seja pouco mais de 1,2% daquela sociedade. Se resgatarmos os dados de 1808 e considerarmos a grosso modo pelo menos 100 dos pretos citados anteriormente como escravizados, vê-se que este grupo duplicou em sessenta anos. Se, de fato, o número de escravizados sobe lentamente entre 1808 e 1860, nos próximos doze anos esse índice mais uma vez duplica, desta vez em menos tempo, enquanto a população livre pareceu engatinhar, equivalendo a um total, segundo o Recenseamento Geral da Província do Ceará de 1872, um total de 27.132 pessoas, sendo destes 744 cativos, sendo, no total 2,7% desta cidade.

Na tabela abaixo encontra-se a explanação deste grupo por cor e estado civil:

Tabela 4: A população escravizada classificada por cor e estado civil de Baturité em 1872.

	Pardos	Pretos	Solteiro	Casado	Viúvo	Total
Homens	224	123	337	9	1	347
Mulheres	287	110	385	11	1	397
Total	511	233	722	20	2	744

Fonte: Recenseamento da Província do Ceará de 1872.

Diferentemente de vila de Acarape, em Baturité a população escravizada era, em sua grande maioria, parda, chegando a ser quase 69% do total. Nos dados da população livre, as pessoas reconhecidas como pardas chegava a 61,8%, enquanto os pretos eram a minoria, equivalente a 1,7% dos indivíduos. Os brancos e caboclos desse grupo de livres chegavam, respectivamente a 33,8% e 2,7%.

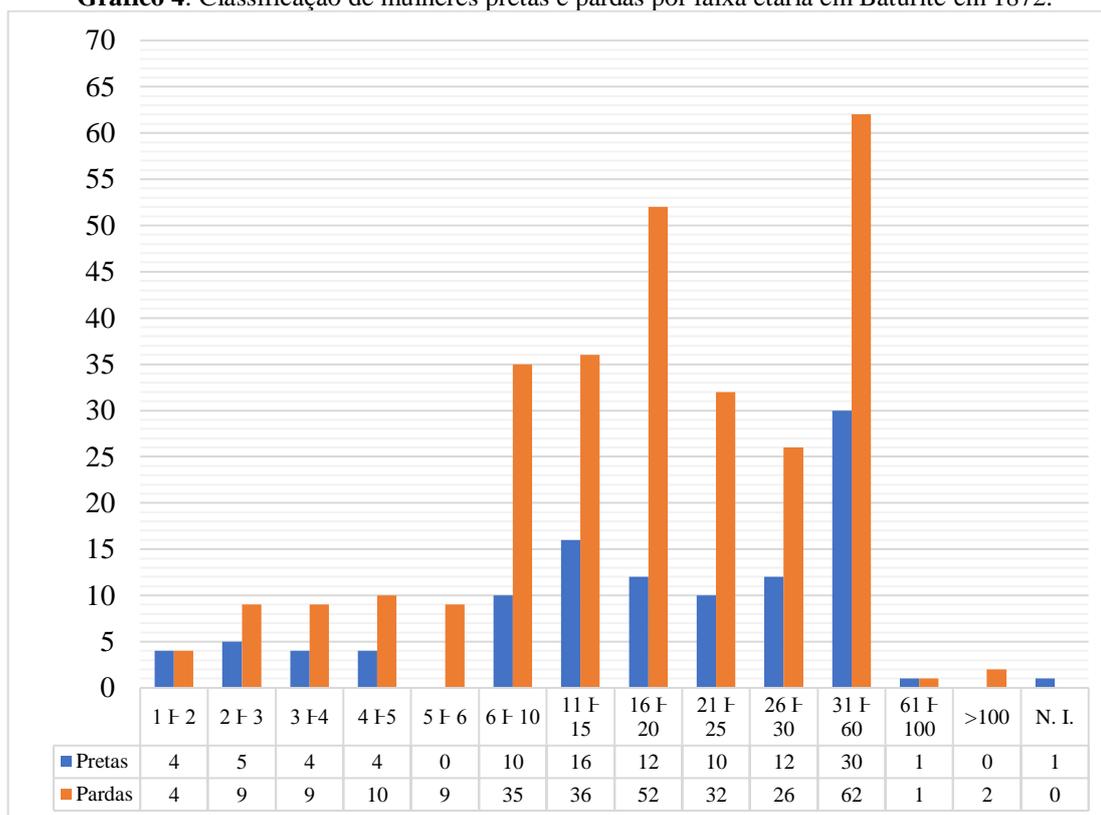
Deste total, chama atenção, ainda, a superioridade do número de mulheres se comparado à quantidade de homens, estando em um total de 50 pessoas a mais. Assim como na região anterior, prevalece neste grupo, em maioria, os solteiros.

Ainda são ressaltados nestes dados o fato de todos serem registrados como católicos, como na região anterior, além de, dos 744, dois destes serem estrangeiros, sendo um

homem e uma mulher registrados como advindos continente africano olhar se tem idade – não sendo informado seu país de origem – e tendo apenas um homem neste grupo com domínio de leitura e escrita, ou seja, o único que não é analfabeto.

De uma forma geral, na população livre de Baturité, o grau de instrução das pessoas livres era baixíssimo, sendo apenas 2.679 aqueles que sabiam ler e escrever, enquanto 23.709 eram analfabetos. Considerando este índice, o fato de um escravizado ter acesso ao princípio da educação é algo de relevância, pois, de acordo com Moraes (2007) ter um cativo alfabetizado era um perigo, uma vez que “saber ler e, principalmente, saber escrever poderia propiciar aos cativos uma liberdade perigosa aos olhos de seus proprietários” (p. 497).

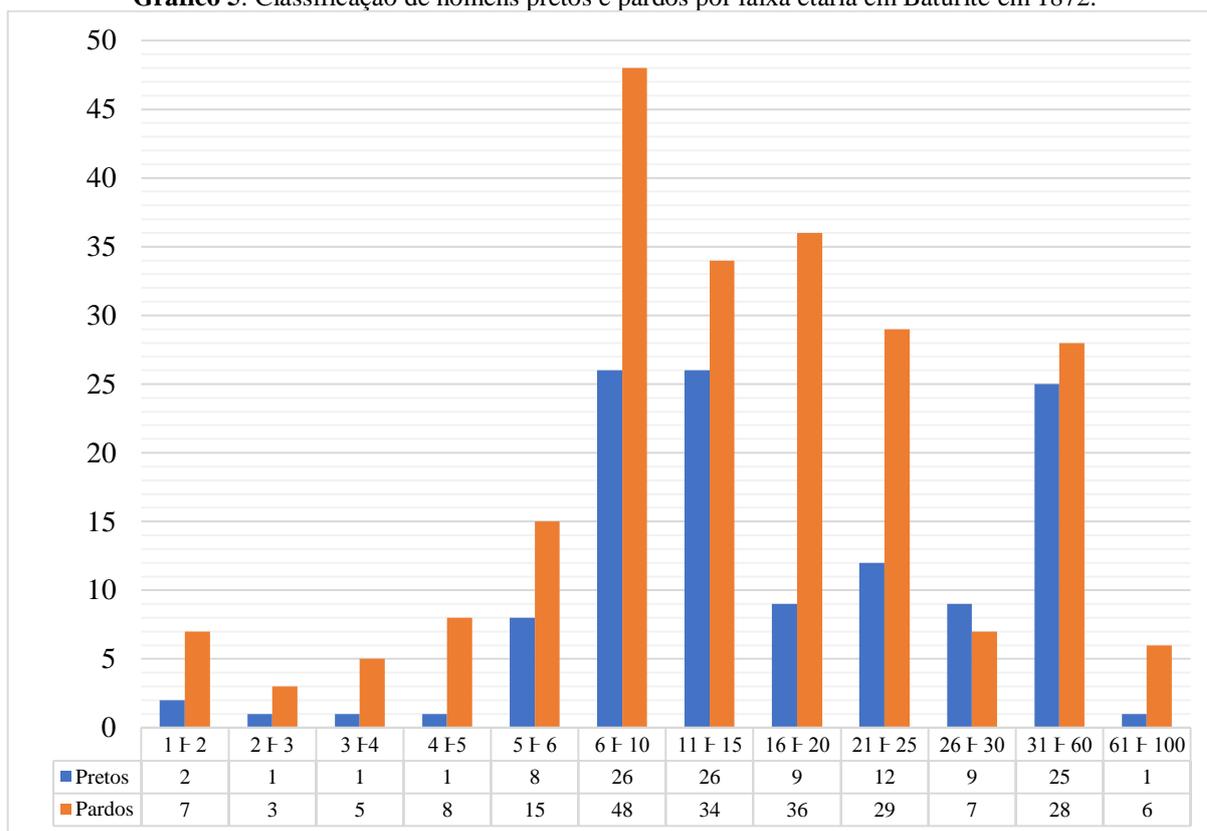
Assim como a metodologia de análise de dados no subtítulo anterior, está apresentado abaixo os gráficos de relação dos escravizados presentes em Baturité pelo sexo e faixa etária, para definir se na Comarca cearense havia a existência de preferências nestas categorias.

Gráfico 4: Classificação de mulheres pretas e pardas por faixa etária em Baturité em 1872.

Fonte: Recenseamento da Província do Ceará de 1872.

Diferentemente da vila de Acarape, em Baturité percebe-se uma considerável presença de cativas pardas para negras, chegando, em muitos dos casos, a ser o dobro dessa quantidade. Se, no primeiro caso, a notável diferença se dava a partir dos 6 aos 20 anos, aqui se percebe que ocorre a partir dos 2 anos e segue até os 60. Levando em conta que Baturité possui dados concretos da existência dessa mão de obra desde 1860 e outros supostos em 1808, pode-se pressupor do alto índice de pardas é que estas, entre 30 e 60 anos, já fossem frutos da miscigenação ocorrida na chegada dos primeiros pretos nesta região, que resultou em alta taxa de nascidas do sexo feminino.

No gráfico anterior, pode-se destacar, ainda, a presença de duas mulheres pardas cativas acima de 100 anos em Baturité. Estas, que provavelmente foram estabelecidas na região algumas décadas antes, ainda condicionadas à escravidão, sugerem a falta de desejo emancipatório por parte de senhores, além de insinuar possíveis estabilidades de locais de trabalho, que passa a acompanhar gerações. Quanto aos homens, não fora identificado algum cativo acima de 100 anos, mas sendo um elevado número destes entre 61 anos e 100 anos, como pode-se observar no gráfico abaixo:

Gráfico 5: Classificação de homens pretos e pardos por faixa etária em Baturité em 1872.

Fonte: Recenseamento da Província do Ceará de 1872.

Assim como aconteceu anteriormente, no conjunto de homens também se apresentou notável diferença na quantidade de pardos e negros, especialmente no que se trata daqueles entre 16 e 20 anos, como pode-se ver no gráfico acima. Admite-se como hipótese, a mesma levantada anteriormente, em que se pressupõe que o alto índice de pardos em um determinado grupo etário esteja referido às relações entre brancos(as) e pretos(as), ou pretos(as) e pardos(as). Pela falta de identificação da naturalidade de cada um desses cativos, não se pode confirmar esta suposição.

Na proposta de perceber estas possíveis interações e afirmar este pressuposto, foi-se realizada a análise dos nascidos entre os anos de 1871 e 1881, identificados em um único livro de batismos de Baturité – que continham informações exclusivamente de filhos de cativas, diferente do espaço apresentado no tópico anterior –, que revelou a esta pesquisa: a continuidade no nascimento de pardos; nascimento de crianças legítimas (diferentemente da vila de Acarape, que não apresentou algum caso), apesar de a condição de “natural” predominar; casais com numerosas reproduções; e nascidos de mães escravizadas e pais livres. Ressalva-se, ainda, que o registro consta, em cada descrição, que todos os batizados são livres pela Lei do Ventre Livre de 1871, diferente da região anterior, como pode se ver no exemplo da descrição abaixo:

Luiz, pardo, filho natural de Romana, escrava de Jesuitha Ruffino Ferreira Lima, nasceu aos trinta de setembro, e foi batizada solenemente, livre pela lei número dois mil e quarenta de mil oitocentos e setenta e um, á oito de outubro do dito ano. Foram padrinhos: Antonio Luiz de Carvalho, casado, e Francisca Rosa, solteira moradora nesta freguesia²³.

Não há algo certo sobre como se dava o apadrinhamento de filhos de escravizadas na região, se havia uma escolha por parte da mãe ou se tratava apenas de uma decisão do senhor – o que é mais provável. De uma forma geral, de acordo com Botelho (1997, p. 110), havia uma preferência por pessoas livres, uma vez que esta escolha “trazia a vantagem de se ter um padrinho ou compadre livre nas imediações para servir de intermediários em conflitos com o senhor”.

Em Baturité, especificamente, os padrinhos, em sua grande maioria, eram livres, apesar de ainda se encontrarem casos nos quais: o padrinho é livre e a madrinha escrava; padrinho livre e madrinha por devoção a uma santa; e, ainda, um único registro de casal de padrinhos escravos, no ano de 1874 descrito abaixo:

Felizarda, preta, filha natural de Benedicta, escrava de Raimundo (*ilegível*) de Mello, nasceu á vinte e seis de junho de mil oitocentos e setenta e quatro, e livre pela lei número dois mil e quarenta de vinte e oito de setembro de mil oitocentos de setenta e um, tendo declarado o próprio senhor da escrava com as testemunhas, que também assinaram a declaração, Francisco da Costa Maciel, Manoel Ferreira Nobre e José Ferreira Nobre ser filha da mesma e nascida no supramencionado dia, foi batizada solenemente, nesta Matriz, á nove de agosto do referido ano, e foram padrinhos David e sua mulher Maria, escravos todos do dito senhor, morador nesta freguesia²⁴.

Assim como no caso do batizado de Felizarda, os outros três batismos em que há uma cativa como madrinha. Tratam-se de crianças que são registradas como “naturais”, com ausência do nome do pai, e são todas, ainda, pardas.

O número de nascidos pardos, como é possível perceber na tabela abaixo, seguiu crescente em Baturité, enquanto os ingênuos²⁵ pretos deixam de ter registros a partir do ano de 1876:

Tabela 5: Quantidade de nascidos cativos em Baturité entre 1871 e 1882 identificados por cor.

Ano	Pardos	Pretos	Cor não identificada	Total
1871	10	-	-	10
1872	24	2	-	26
1873	30	-	1	31
1874	12	1	1	14
1875	14	1	1	16

²³ Fonte: Arquidiocese de Fortaleza. Livro de batismo dos filhos de escravas de Baturité de 1871 a 1880.

²⁴ Fonte: Arquidiocese de Fortaleza. Livro de batismo dos filhos de escravas de Baturité de 1871 a 1880.

²⁵ Nome dado aos filhos de cativas com condições de livres.

1876	19	-	-	19
1877	16	-	-	16
1878	8	-	-	8
1879	7	-	-	7
1880	8	-	-	8
1881	13	-	-	13
1882	2	-	-	2
Total	163	4	3	170

Fonte: Arquidiocese de Fortaleza. Livro de batismo dos filhos de escravas de Baturité de 1871 a 1880.

Dos 170 filhos de escravizadas que foram batizados entre os anos de 1871 e 1880, como visto na tabela acima, nota-se um contínuo nascimento de crianças pardas, que em onze anos, totalizaram um total de 163 batismos, enquanto apenas 4 foram registrados como crianças de cor preta.

Além disso, com estes dados também foi possível verificar que, em quase todos os anos, nasceu pelo menos um filho legítimo, por mais que tenha prevalecido uma grande maioria de crianças nascidas em condição de natural, totalizando 88.82% desses casos. Exceto em um caso dentre os batizados como legítimos, todos os outros constam os nomes da mãe e do pai. O total dessa distribuição pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 6: Quantidade de nascidos cativos em condição de natural e legítimo Baturité entre 1871 e 1882.

Ano	Natural	Legítimo	Total
1871	10	-	10
1872	21	5	26
1873	28	3	31
1874	11	3	14
1875	15	1	16
1876	17	2	19
1877	14	2	16
1878	8	-	8
1879	6	1	7
1880	8	-	8
1881	12	1	13
1882	1	1	2
Total	151	19	170

Fonte: Arquidiocese de Fortaleza. Livro de batismo dos filhos de escravas de Baturité de 1871 a 1880.

Quanto aos filhos legítimos, sendo estes descendentes de mãe escravizada, não teriam, obrigatoriamente, um pai em condição de cativo, podendo se tratar de famílias mistas. Com os dados abaixo, é possível constatar a existência de filhos de mães escravizadas e pais livres. No quadro 1 se encontram os nomes dos pais dos filhos legítimos, o estado em que se encontram

(escravizados ou livres) e os seus proprietários. Nos casos em que os nomes se encontravam de forma ilegível, foi colocado apenas a primeira letra legível.

Quadro 1: Nomes e estado dos pais de filhos legítimos e respectivos proprietários de Baturité entre 1872 e 1882.

Ano	Pais
1872	Simplicio e <i>H.</i> , escravos de João Rodrigues Martins
	Romão e Angelica, escravos de A. T. Ferreira da Rocha
	André e Jesuína, escravos de André Epifanio Ferreira Sousa
	João, escravo de José Raimundo de Mendes, e Tereza, escrava de Francisco Pereira Portela
	Joanna, escrava de João Alves B.
1873	Francisco Rodrigues da C. e de Maria, escrava de Pedro José de C. Barros
	Joaquim de T. e Augusta, escrava de Francisco Manoel Fernandes Moura
	Antonio Joaquim e Luisa, escrava de Antonio Furtado de Mendonça
1874	Simplicio e <i>H.</i> , escravos de João Rodrigues Martins
	Francisco Antonio e Josefa, escrava de <i>ilegível</i> ²⁶
	João e Aurora, escravos de Francisco Pereira Portela
1875	Francisco de Brito, <i>livre</i> , e Maria, escrava de Pedro José de Castelo Branco
1876	Antonio Joaquim e Luisa, escrava de Antonio Furtado de Mendonça
	Simplicio e <i>H.</i> , escravos de João Rodrigues Martins
1877	Paulino B. da Silva e Luisa, escrava de José <i>ilegível</i> Pereira de Goes
	Antonio Joaquim e de Luiza, escrava de Antonio Furtado de Mendonça
1879	Simplicio e <i>H.</i> , escravos de João Rodrigues Martins
1881	José e Joanna, escravos de T. José Pereira
1882	Antonio e Manuela, escravos de Raimundo Manuel de Araujo

Fonte: Arquidiocese de Fortaleza. Livro de batismo dos filhos de escravas de Baturité de 1871 a 1880.

O quadro acima revela dois casais que tiveram mais de um filho no decorrer da década de setenta, sendo até, como o caso de Antonio Joaquim e a escravizada Luiza nos anos de 1873, 1876 e 1877, em um curto período de tempo. O outro casal, Simplicio e *H.*, escravos de João Rodrigues Martins, durante os onze anos batizaram quatro filhos. Levando em consideração que *H.* e Simplicio eram cativos e pertenciam ao mesmo dono, assim como outros apresentados acima, pode-se supor que estas crianças se mantiveram no mesmo espaço de trabalho forçado de seus pais, algo comum mesmo com a Lei do Ventre Livre em vigor:

Após setembro de 1871, as crianças que nasceram de ventres escravos ganharam a condição de livres, mas, apesar dessa condição, continuaram a viver dentro das escravarias junto com seus familiares cativos. Tendo o proprietário de suas mães o direito de escolher entre os serviços dessas crianças, que seriam prestados a partir dos 8 anos de idade, ou uma indenização pela criação dos mesmos, a grande maioria dos senhores escolheu a primeira opção (TEIXEIRA, 2009. p. 59).

Ainda a partir destes dados pode-se ver que nesta sociedade o casamento entre cativas e livres se tornou uma prática considerada comum. Dentre os 19 nascidos batizados legítimos – ou seja, filho de pais casados –, 6 foram frutos de uma relação entre uma escravizada

²⁶ Neste caso em específico, não foi possível compreender nem mesmo a inicial do nome do proprietário.

e homens livres. Apesar de não se encontrar nesta fonte a situação de mãe livre e o pai como cativo em Baturité, não se pode descartar a existência desse, uma vez que em vila de Acarape, no livro de compra e venda do termo de Acarape de 1877 a 1881, se revelam dois casos nesta condição.

A ideia de casamento entre pessoas livres e cativas, ou seja, em diferentes posições sociais, tinha a aprovação da igreja católica, conforme a constituição do Arcebispado da Bahia de 1853²⁷:

Conforme o direito divino, e humano os escravos, e escravas podem casar com outras pessoas cativas, ou livres, e seus senhores lhe não podem impedir o matrimônio, nem o uso dele, em tempo e lugar conveniente, nem por este respeito ao podem tratar pior, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro por ser cativo, ou por ter outro justo impedimento o não possa seguir, e fazendo ao contrário peçam mortalmente, e tomam sobre suas consciências as culpas de seus escravos (p.125).

Com a aprovação por parte da igreja, os senhores se viam mais condicionados em aprovar essas uniões. A constituição dessas famílias mistas, aprovadas pelo Arcebispado, pode ter sido uma das contribuições para que o número dos cativos pretos passasse a ser menor no decorrer dos últimos anos da constituição escravista. Um livro de registros matrimoniais poderia contribuir ainda mais para este estudo de forma a fornecer mais dados sobre os indivíduos e, assim, perceber as mestiçagens se construindo nestes espaços no decorrer do tempo.

²⁷ Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291>>.

3 ALOCAÇÃO DA MÃO DE OBRA ESCRAVIZADA NA REGIÃO SERRANA

A baixa presença de cativos no Ceará em comparação com outras regiões do Império levou com que por muito tempo se acreditasse que o trabalho desse grupo fosse dado de forma diferente, sem os mesmos tratamentos habituais que se tinha em outros espaços do Brasil. Em locais mais afastados dos principais portos, o trabalho, que era dividido com a mão de obra livre, a quantidade de cativos era ainda menor, mas não significa que seu ofício fosse mais insignificante, como poderá ser visto a partir de agora.

De acordo com os dados da população da província cearense por paróquias, levantado no Recenseamento Geral da Província do Ceará de 1872, dentre todas as vilas e cidades daquela época, se comparado o número de indivíduos cativos pelos livres, a vila de Acarape é a segunda com menor índice de escravizados, sendo estes correspondentes apenas a 1% da totalidade, ficando atrás, apenas, da vila da Serra de São Pedro, atual Caririauçu, contendo apenas 80 escravizados, que levava para o índice de 0,5%. Baturité, no entanto, se encaixava como a maioria das regiões, com uma taxa.

Diferentemente de outras regiões do Império, a mão de obra cativa na Província do Ceará não estava, em sua maioria, sob posse de grandes proprietários rurais, que mantinham em suas fazendas a casa grande e a senzala. Pelo contrário, em muitos dos casos os escravizados não tinham um espaço próprio, de forma que viviam junto ao seu senhor em sua residência.

Ao andar pela região do maciço de Baturité, percebe-se que, apesar de poucas, algumas casas mantêm seus espaços originais, sofrendo apenas com algumas alterações provenientes do tempo e de seus novos moradores. Em casas pequenas, onde escravizados se encontravam vivendo no mesmo local que seus senhores, não é possível identificar em quais desses cômodos poderiam se instalar os cativos, entretanto, em outras propriedades, em que percebe-se uma arquitetura comum à época, que consiste em grandes casas que mantêm um espaço mais afastado, geralmente para o uso deste como um engenho.

A partir do levantamento de dados sobre vila de Acarape e Baturité, nota-se que a região correspondente atualmente ao Maciço de Baturité era quase que completamente desenvolvida por meio de atividades agrícolas. No ano de 1875, O cearense publicava, no mês de agosto, o destaque na venda de produtos feitos localmente:

(...) Os gêneros aqui vendem-se atualmente pelos seguintes preços: café em 1º mão 7:000 por arroba, rapaduras grandes, 1º sorte, a 8,000 o cento, feijão 8 e 9,000 por alqueire, arroz 5 e 6,000, farinha 4\$. Há muita abundância deste último gênero. O milho vende-se a 5:000 o alqueire; e vai talvez faltar, porque o grande inverno não permitiu boa colheita. A carne verde retalha-se a 240 a 280 e 320 por quilo, a de sol a

400 e 500 rs.; e isto porque a câmara não se importa com o pobre povo, pois os gados vendem-se nas feiras por preços diminutíssimos, quase dados. Toucinho a 480 rs. a libra, velas de carnaúba a 8, 9, 10:000 o milheiro, sal a 8:000 o alqueire, algodão muito barato não tem por ora preço e poucas as entradas (O CEARENSE, ed. 66, 1875, p. 3).

Considerando a boa safra nestes aspectos, presume-se, em um primeiro momento, que muitos destes cativos encontravam-se em pequenos ou médios grupos nas propriedades de senhores fazendeiros e donos de engenho. As funções administradas por estes, no entanto, não precisavam estar, necessariamente, voltadas à agricultura, por mais que estes se estabelecessem, principalmente, nas atividades de “agropecuária de subsistência, constituída basicamente pela cultura do feijão, milho e mandioca, além do criatório de pequeno porte” (MARTINS, 2012, p. 59).

Tomando como base os dados apresentados por Conrad (1888), que mostram que 53% da mão de obra escravizada em 1872 na Província do Ceará era constituída de criados e jornaleiros, sendo lavradores apenas 4%, este capítulo se decaiu sobre os dados do Recenseamento da Província do Ceará de 1872, como, também, em dois livros de compra e venda de cativos e inventários *post-mortem* para perceber quais eram as principais atividades de cativos em vila de Acarape e Baturité.

Pelos dados levantados, foi-se notado que a atual região do Maciço não possuía um local específico para a de venda de cativos. De acordo com a investigação, os registros apontam compras e vendas feitas na Capital e algumas transações ocorridas entre vila de Acarape e Baturité que, devido à falta de uma constante repetição de nome de um vendedor, revela a ausência de um negociante local.

As informações reveladas quanto a compra e venda de escravizados, apresentadas nos subcapítulos a seguir, estão contidas nos seguintes livros de escrituras de compra e venda de cativos: do Termo Acarape de 15 de julho de 1875²⁸ e no livro 357 do 1º Cartório de Fortaleza – Feijó²⁹.

3.1 O trabalho escravizado em vila de Acarape

A província do Ceará fora, no decorrer da sua história, uma das principais exportadoras de mão de obra escravizada do Império. De acordo com Sobrinho (2011), no

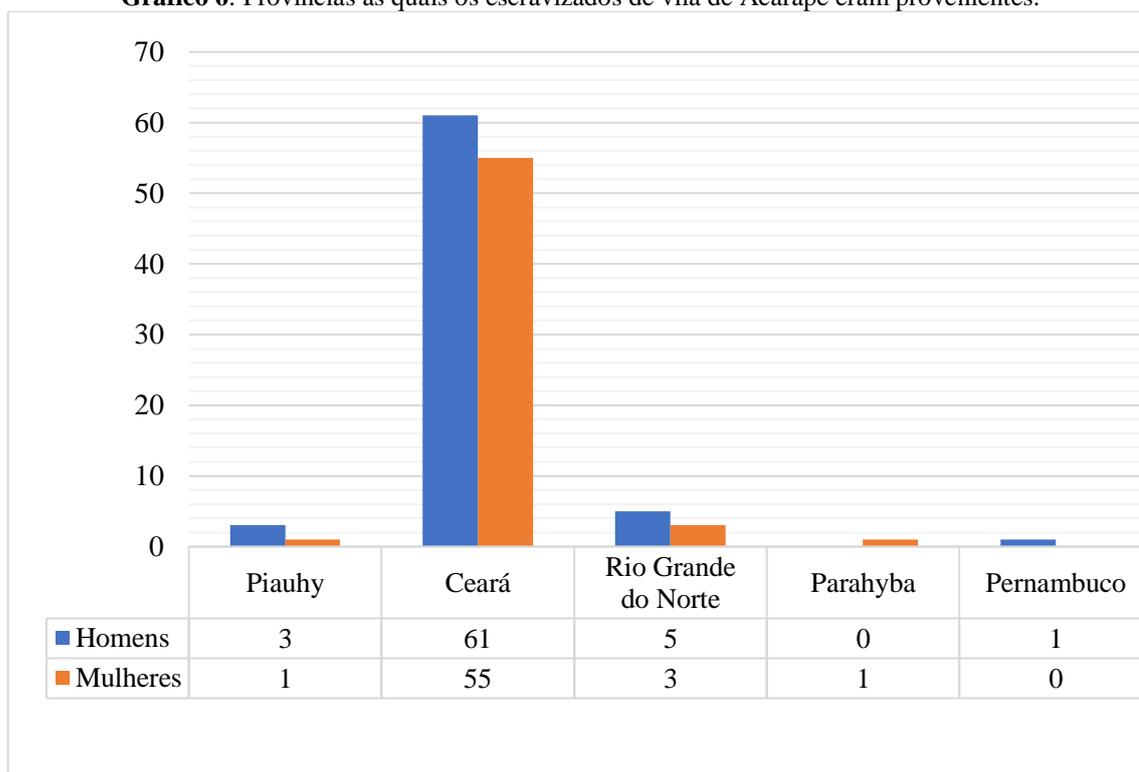
²⁸ Fonte: Museu Memorial da Liberdade.

²⁹ Fonte: Arquivo Público do Ceará.

Nordeste, o Ceará ocupava o centro do comércio interprovincial, encaminhando cativos tanto para o norte quanto para o sul. O constante envio de mão de obra para outras regiões foi resultado dos intensos períodos de estiagem, que resultava em prejuízo aos proprietários de escravizados, e estes viam, como forma de renda, a venda de seus trabalhadores para outros locais, algo que pode ser visto nos atuais trabalhos desenvolvidos pela historiografia cearense.

Mas, assim como um local que envia cativos para demais regiões no Império, a Província do Ceará recebeu mão de obra escravizada das demais regiões. Vila de Acarape não foi diferente. Apesar da maioria de seus cativos serem naturais do Ceará, encontram-se alguns dados de escravizados advindos de outras províncias, como se pode ver no gráfico abaixo:

Gráfico 6: Províncias as quais os escravizados de vila de Acarape eram provenientes.



Fonte: Recenseamento da Província do Ceará de 1872.

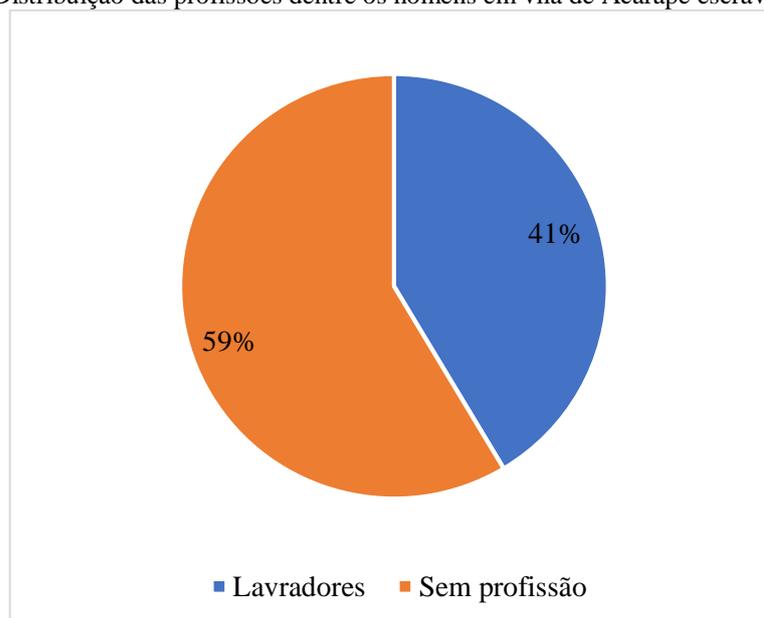
Como se pode perceber nos dados acima, a maioria dos cativos presentes em vila de Acarape em 1872 eram naturais do Ceará, totalizando 89,2% dos escravizados desse ano. Não se pode afirmar que os oriundos de, por exemplo, Rio Grande do Norte, chegaram todos de uma só vez e pelo mesmo meio, porém, estima-se que naquela circunstância já haviam rotas de fácil acesso entre as duas províncias, uma vez que, aproximadamente³⁰, 105 pessoas livres

³⁰ Apropria-se do termo *aproximadamente* devido às condições da cópia disponibilizada para acesso do recenseamento, que causa a dúvida de alguns números por conta de sua qualidade.

da vila provinham de lá, assim outros chegaram na vila advindos do Piauí, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Bahia, em menor quantidade

Chegados em vila de Acarape, assim como demais regiões do Império, os escravizados eram condicionados segundo as necessidades do senhorio, que poderia exigir desde serviços domésticos, manuais, como por exemplo, operários em tecidos, ou agrícolas. No gráfico abaixo, de acordo com o Recenseamento Geral do Brasil de 1872, homens e mulheres estavam distribuídos da seguinte forma:

Gráfico 7: Distribuição das profissões dentre os homens em vila de Acarape escravizados em 1872.



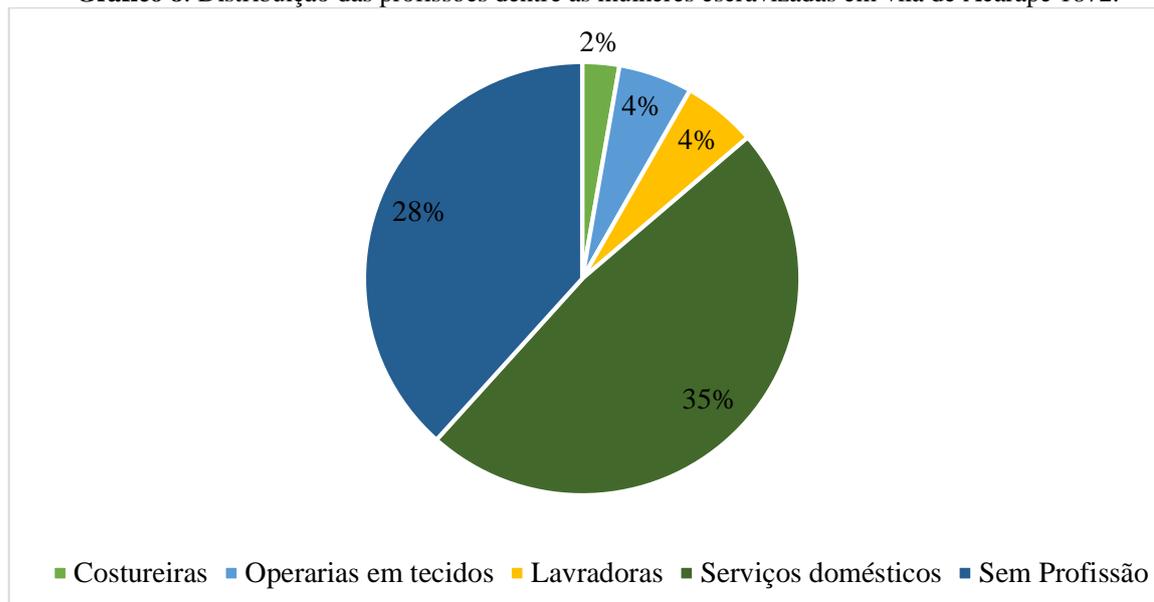
Fonte: Recenseamento da Província do Ceará de 1872.

Como se espera de uma sociedade economicamente desenvolvida por meio de atividades agrícolas, a figura masculina se encontra, em sua maioria, no ofício de lavrador, enquanto os demais estão registrados como “sem profissão”, o que não quer dizer que estes não tenham aptidão para serviços, mas que poderiam vir a atuar em diversas modalidades de trabalho. O elevado número de cativos sem profissão não significava que estes não tinham aptidões, mas que, ou poderiam atuar em diversas modalidades ou ainda não tinham ocupação definida³¹. Estes dados correspondem, exatamente a 48 dos 70 homens cativos presentes em vila de Acarape.

Diferentemente dos homens, as mulheres cativas estavam mais distribuídas³² dentre as profissões em vila de Acarape, conforme visto no gráfico 8:

³¹ Deve-se ressaltar os dados do primeiro capítulo, no Gráfico 1, em que é apontada a faixa etária desse grupo, o qual muitos ainda não alcançaram a idade de servos.

³² Ressalta-se que foi apresentado os dados de acordo com o Recenseamento da Província do Ceará de 1872. Chama atenção que a soma dos valores das profissionais em Acarape corresponde a um total de 73 mulheres

Gráfico 8: Distribuição das profissões dentre as mulheres escravizadas em vila de Acarape 1872.

Fonte: Recenseamento da Província do Ceará de 1872.

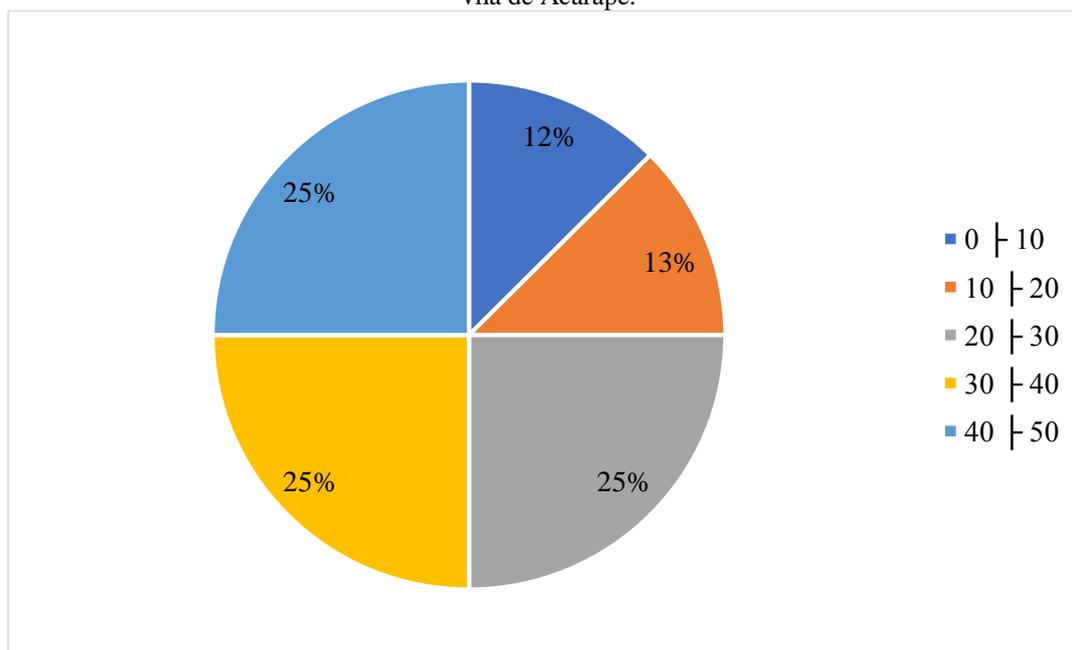
Enquanto isso, as mulheres cativas se encontravam, em sua maioria, alocadas em serviços domésticos no ano de 1872. Em números exatos, 35. Neste serviço, as mulheres tinham as mais determinadas funções, como cuidar das crianças ou cuidar da limpeza da casa. As lavradoras, diferentemente do caso dos homens, estavam em menor quantidade em vila de Acarape, mesmo essa tendo uma economia voltada para atividades agrícolas.

Os dados apresentados entre os anos de 1877 e 1881 no livro de escrituras de compra e venda de escravizados de Acarape, demonstram que os cativos que adentraram ou saíram dessa sociedade não diferem significativamente dos serviços daqueles de 1872.

Dos que foram comprados por moradores da vila – por vezes de pessoas do mesmo local, outrora por indivíduos de outras localidades –, encontram-se, em sua maioria, como mão de obra sem ofício, além de mulheres nas ocupações de rendeira, engomadeira e cozinheira, como pode ser visto abaixo:

inseridas em atividades, enquanto que o valor total dessas cativas acusa apenas 70 escravizadas em vila de Acarape. Esse tipo de erro nas somas da população era algo comum nesses ensaios estatísticos durante os primeiros anos.

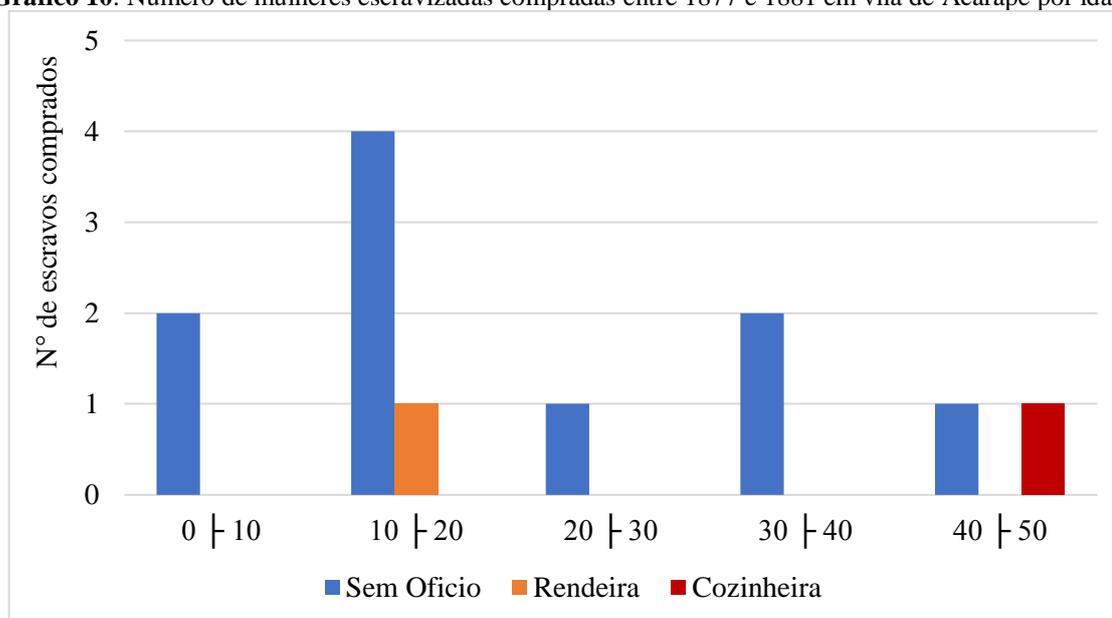
Gráfico 9: Porcentagem de homens escravizados declarados *sem ofício* por faixa etária entre 1877 e 1881 em vila de Acarape.



Fonte: Livro de compra e vendas do termo de Acarape de 1877 a 1881

De acordo com o gráfico acima, que aponta o total, em porcentagem, de homens escravizados sem ofício, percebe-se que estes se encontram quase que iguais a se comparar pelas idades, uma vez que até os 20 anos, somado até os 10 anos e entre 10 e 20 anos o valor é 25%, assim como é nas demais categorias definidas acima.

Gráfico 10: Número de mulheres escravizadas compradas entre 1877 e 1881 em vila de Acarape por idade.



Fonte: Livro de compra e vendas do termo de Acarape de 1877 a 1881.

Tomando estes dados como base, evidencia-se que não existe uma preferência quanto ao ofício de cativos do sexo masculino, uma vez que nenhum destes apresentou aptidão

a um determinado serviço, ou seja, nenhum destes possui um ofício determinado nas certidões de compra e venda. Quanto ao grupo de mulheres, também não foram notadas diferenças em relação a idade e ofício, como esperava-se. As duas escravizadas que aparecem no gráfico, uma como rendeira e a outra como cozinheira, são de idades diferentes, sendo a primeira tão jovem.

Nos dados encontrados no livro de compra e venda de cativos de Acarape já citado anteriormente, se encontram registrados três casos em que os filhos livres de escravizadas foram registrados nas compras de suas mães. Em comparação com as demais vendas, o preço destas, no ato da compra, não se diferenciam muito dos demais, ou seja, levar a criança consigo na compra de uma escravizada não influenciava ao comprador pagar mais no ato da venda.

Aliás, tratando-se de preços, a avaliação de cativos naquela sociedade, percebe-se que não se seguia uma ordem classificatória, ou seja, o valor não era dado pela sua idade ou função, mas estabelecido pelo seu vendedor. No caso dos inventários *post-mortem*, estes passavam por uma avaliação, já que o seu dono tinha falecido, levando em conta o valor total de sua herança.

Mesmo considerando que o total da herança influenciava nos preços dos cativos, este trabalho buscou fazer um comparativo em relação ao preço de escravizados por senhor, para identificar se poderia haver uma diferença no valor a depender da faixa etária e/ou cor.

No inventário do capitão Antônio Ribeiro de Lima, falecido em 1880, foram identificados 9 cativos, descritos no quadro abaixo e tomados como base para se fazer o comparativo de dados:

Quadro 2: Escravizados descritos no inventário *post-mortem* do capitão Antônio Ribeiro de Lima em vila de Acarape em 1880.

<i>escravinho</i> Bonifácio, 11 anos, pardo, solteiro matriculado na coletoria de Baturité, nº 525. Avaliado em 420.000 réis;
<i>escravinha</i> Izabel, 13 anos, parda, solteira, matriculada na coletoria de Baturité, nº 528. Avaliada em 400.000;
<i>escrava</i> Luzia, mulata, 18 anos, solteira, matriculada na coletoria de Baturité, nº 530. Avaliada em 500.000 réis;
<i>escravo</i> Roldão, 38 anos, solteiro, matriculado na coletoria de Baturité, nº 520. Avaliado em 200.000 réis;
<i>escravo</i> Joaquim, pardo, 47 anos, solteiro, matriculado na coletoria de Baturité, nº 519. Avaliado por seu estado de velhice em 200.000 réis;
<i>escrava</i> Angélica, 42 anos, parda, solteira, matriculada na coletoria de Baturité, nº 527. Avaliada em XXX réis;
<i>escravinho</i> Venâncio, 10 anos, pardo, filho da escrava Angélica, matriculada na coletoria de Baturité, nº 526. Avaliado em 400.000 réis;
<i>escrava</i> Maria, parda-mulata, 42 anos, solteira, matriculada na coletoria de Baturité, nº 529. Avaliada em 150.000 réis;
<i>escravinha</i> Francisca, parda, 11 anos, filha da escrava Maria, matriculada na coletoria de Baturité, nº 531. Avaliada em 300.000 réis;

Fonte: Inventário *post-mortem* do capitão Antônio Ribeiro de Lima, Arquivo Público do Ceará.

Nos dados do capitão Antônio pode-se perceber quatro indivíduos com idades aproximadas e avaliados com preços distintos, como os casos de Venâncio, Francisca, Bonifácio e Izabel. Francisca e Bonifácio, apesar da mesma idade e cor, possuem uma diferença de valor de 120.000 réis, que pode estar relacionado ao sexo, uma vez que Venâncio, um ano mais novo que Francisca é avaliado em 400.000 réis e possui a mesma valia que Izabel, dois anos mais velha que Bonifácio. Nota-se, ainda, o baixo valor dado aos três mais velhos, Roldão, Maria e Joaquim, sendo a mulher, mais uma vez, com o valor mais baixo, apesar de Joaquim ser cinco anos mais velho que esta.

Além disso, percebe-se que haviam constituído, pelo menos, duas famílias dentre os cativos do capitão Antonio, sendo Francisca, filha de Maria e Venâncio, filho de Angélica. Não se pode afirmar que, de fato, os demais pertenciam à(s) mesma(s) família(s), mas, considerando as idades, pode-se levantar essa hipótese. O registro de batismo ou de matrícula poderia responder a esta questão.

Outro exemplo de variação na avaliação de valores é visto nos cativos da falecida em 1879, Rosa da Conceição:

Quadro 3: Escravizados descritos no inventário *post-mortem* de Rosa da Conceição em vila de Acarape em 1879.

<i>escravinha</i> Thereza ³³ , 7 anos, matriculada na coletoria de São Bernardo, nº 1452. Avaliada em 300.000 réis;
<i>escravinho</i> José, crioulo, 8 anos, matriculada na coletoria de São Bernardo, nº 14XX ³⁴ , avaliado em 400.000 réis;
<i>escravo</i> Vicente, pardo, 9 anos, matriculado na coletoria de Baturité, nº 137. Avaliado em 300.000 réis;

Fonte: Inventário *post-mortem* de Rosa da Conceição, Arquivo Público do Ceará.

Assim como anteriormente, no caso de Rosa também se encontram crianças, o que leva a acreditar em uma composição familiar neste espaço, por mais que não esteja identificada a figura materna ou paterna de cada uma delas. Em relação a seus valores comparados entre si, o fator que parece ter sido determinante para José, um ano mais novo que Vicente e um ano mais velho que Thereza, ser avaliado em 100.000 réis a mais foi o fato deste ser crioulo, enquanto os demais eram pardos. Neste caso, vale destacar, o sexo não interferiu para Thereza ter um valor inferior ao de Vicente.

³³ No caso de Thereza não consta a cor.

³⁴ Número não identificado.

A apresentação destes dados neste subcapítulo teve como finalidade indicar a média de avaliação de escravizados por idade, cor e sexo que, como se pode ver, são identificações que interferem no cálculo do valor.

Partindo dos dados levantados neste tópico, pode-se afirmar que, decerto, a mão de obra mais valorizada em vila de Acarape é a de sexo masculino – em qualquer idade – e de faixa etária entre 13 e 35 anos, em média, com valor, em sua maioria, a partir de 500.000 réis.

3.2 Baturité e alocação de escravizados

A década de 1870 fora para os habitantes da cidade de Baturité uma época de ouro ao que se trata de desenvolvimento local e econômico, isso porque, se deu início em 1872 a construção da estrada de ferro que ligaria a Comarca à Capital, permitindo um maior fluxo no comércio e renda naquela área, que era voltada, quase que exclusivamente, para a cultura cafeeira. No desenvolvimento dessa atividade na região, apesar da atuação ter sido em grande parte de pessoas livres, também se encontravam nestes espaços escravizados, mesmo que em baixo índice (SILVA, 2011).

Mas, não estando em grande número nas lavouras de café, onde estaria, portanto, alocados esses escravizados? Fora utilizado, mais uma vez, para responder o questionamento o Recenseamento da Província do Ceará de 1872, que vem proporcionando os dados a este estudo. Como em algumas profissões se instalaram apenas um³⁵, dois ou três cativos, a tabela abaixo os caracterizou como “trabalhos manuais ou mecânicos”, para dar ênfase às alocações com maior presença dessa mão de obra:

Quadro 4: Alocações de cativos em Baturité em 1872.

Serviços	Homens	Mulheres
Costureiras	-	15
Lavradores	176	5
Criados e jornaleiros	61	5
Serviços domésticos	53	104
Trabalhos manuais ou mecânicos	4	3
Sem profissão	53	205

Fonte: Recenseamento da Província do Ceará de 1872.

³⁵ Um escravizado do sexo masculino atuando como operário em canteiros, mineiros, calafates e coveiros; Um outro único escravizado homem trabalhando com metais; Trabalho com dois escravizados: couros e pelos (presença totalmente masculina); Atividades com três escravizados: trabalho com tecidos (todas mulheres).

Como revelam os dados, existia, ainda que baixo – comparado com a população livre (exatos 4.676) –, um número considerável de cativos nas lavouras. Comparando a quantidade de pessoas livres e escravizadas nessa atividade, talvez surja uma impressão de que a mão de obra negra fosse baixa, já que não era alocada em grandes grupos para um determinado serviço, como o cultivo, uma vez que estes poderiam estar divididos como propriedades de muitos senhores e, assim, distribuídos em escalas menores.

Neste espaço, destaca-se ainda que, enquanto no grupo de escravizados os homens dominam este setor, no que diz respeito aos trabalhadores livres existia uma “presença significativa da força de trabalho feminina na colheita do café, desde o início da atividade cafeeira no Maciço de Baturité” (ALCÂNTARA, 2009, p. 98). As cativas, no entanto, que em maior número não possuem ofícios, se encontravam em significativa quantidade em atividades domésticas.

Se em 1872, como apresentado no capítulo anterior, a população cativa em Baturité correspondia ao número de 744, no ano de 1874, esse valor aumenta para 937, como informa o *Jornal O Cearense*³⁶. Este periódico, desde o início dos anos 1870, publica correspondências que enaltecem o cultivo do café da região, como já fora visto no capítulo anterior.

Uma das motivações ao aumento deste grupo nesta área pode estar relacionada ao bem sucedido cultivo agrícola, este que continua a crescer ao longo das décadas. Em 1876, um ano antes do início da triagem de seca que se alastrou até 1879, por exemplo, o jornal *O Cearense* faz uma publicação em janeiro que informa: “A safra do café este ano na serra de Baturité é espantosa. A carga é tamanha que os cafeeiros não a podem comportar. Os agricultores acham-se animadíssimos (...)” (*O CEARENSE*, ed. 05, 1876, p. 3).

Não se pode descartar, ainda, que as primeiras instalações da linha férrea que ligaria Fortaleza à Baturité que se deram início no ano anterior estivesse relacionado ao aumento de cativos na região, uma vez que estes poderiam ter sido alocados em serviços como: manutenção canteiros, calçadas, edificações, dentre outros.

Apesar de não ter sido de acesso para esta pesquisa um livro especificamente daquela área, como o de vila de Acarape, o qual possui escrituras de compra e venda de alguns habitantes locais, foram encontrados exatos quatro dados de residentes da cidade comprando mão de obra escravizada em vila de Acarape e Baturité. Porém, nenhum dos dados apresenta alguma novidade em relação a alocação destes cativos, assim como os inventários que

³⁶ Edição 26 de 1874.

correspondiam aos anos de 1870 a 1877, pois muitos destes não tinham sua profissão identificada.

E, assim como em vila de Acarape, também se foi feito o levantamento da avaliação de preço dos cativos de Baturité encontrados a partir de inventários, inventários *post-mortem*, partilhas amigáveis e testamentos. No total, foram encontrados 17 documentos com 53 registros de escravizados dentre os anos de 1870 e 1877, sendo apenas um destes descrito como liberto – provavelmente devido a Lei do Ventre Livre, pois este tinha apenas dois meses no ano de 1872.

Os dados obtidos de Baturité, quando comparados com os de vila de Acarape, demonstram avaliações de preços superiores, chegando muitos escravizados ao valor de 1 conto de réis, que fora visto na localidade anterior no livro de escritura de compra e venda.

Em Baturité, os maiores valores de cativos encontrados, considerado como um todo, foi dos que pertenciam ao falecido Marçal Gomes da Silveira, no ano de 1877. Como já dito anteriormente, ressalta-se que o alto valor dos cativos que são encontrados em inventários considera um conjunto de fatores, incluindo o valor do patrimônio como um todo, como apontado por Reis Júnior (2005):

É interessante observar o peso do valor dos escravos no patrimônio da inventariada. (...) O preço de compra e venda dos escravos dependia de alguns fatores: valor de uso, vida útil, idade, oferta e demanda, gênero e estado de saúde. Entre os diferentes proprietários, constata-se a importância do plantel de escravos no que diz respeito ao conjunto de seus bens (REIS JÚNIOR, 2005, p. 132).

No quadro abaixo se encontram os cativos deixados por Marçal Gomes da Silveira após seu falecimento em 1877:

Quadro 5: Escravizados descritos no inventário *post-mortem* de Marçal Gomes da Silveira em 1877 em Baturité.

<i>Escravo</i> Antonio, 20 anos, cabra. ³⁷ Avaliado em 1 conto e 200.000 réis;
<i>escravo</i> Manoel, 21 anos, mulato. Avaliado em 1 conto e 200.000;
<i>escravo</i> Inacio, 25 anos, cabra. Avaliado em 800.000 réis;
<i>escravinho</i> Sebastião, 9 anos, mulato. Avaliado em 500.000 réis;
<i>escrava</i> Justina, 45 anos. Avaliada por seu estado de velhice em 200.000 réis;
<i>escrava</i> Maria 11 anos, mulata. Avaliada em 900.000 réis;
<i>escrava</i> Francisca 10 anos, cabra. Avaliada em 850.000 réis;
<i>escrava</i> Balbina, 11 anos, mulata. Avaliada em 600.000 réis;

Fonte: Inventário *post-mortem* de Marçal Gomes da Silveira, Arquivo Público do Ceará.

Marçal, de acordo com uma publicação de O Cearense, era juiz municipal da região, o que reforça o poder de seu sobrenome neste espaço, que estaria sempre a se tratar de alguém

³⁷ Escravizados considerados de raça mista.

notável. Os Gomes da Silveira foram responsáveis pelo levantamento de alguns prédios³⁸ na cidade de Baturité. Este sobrenome pertenceu, ainda, ao coronel Honorato, de vila de Acarape, e membro do primeiro grupo a compor a câmara de vereadores na localidade. Este, no entanto, não consta dados que o apresente como senhor de cativos, diferentemente de Marçal, que possuía uma quantia considerável de escravizados sob posse.

Como se pode ver no quadro acima, o menor valor dado a um escravizado em posse de Marçal é o valor de 200.000 réis à cativa Justina, de 45 anos, que fora avaliada neste valor, como descrito no inventário, pelo seu estado de velhice, enquanto os outros valem, no mínimo, 500.000 réis, chegando dois destes à 1 conto e 200.000 réis.

Entretanto, a realidade dos elevados valores dados aos escravizados de Marçal não foi exclusiva, como pode se ver no quadro abaixo com os dados do inventário de Antonio Alves de Carvalho no ano de 1872, os quais todos os cativos não possuem ofícios:

Quadro 6: Escravizados descritos no inventário de Antonio Alves de Carvalho em 1872 em Baturité.

<i>escrava</i> Luisa, 26 anos, solteira. Avaliada 600.000 réis;
<i>escravo</i> José, 25 anos. Avaliado em 1 conto de réis;
<i>escravo</i> Marçal, 20 anos. Avaliado em 1 conto de réis;
<i>escrava</i> Raimunda, 18 anos. Avaliada em 600.000 réis;
<i>escravo</i> Vicencio, 14 anos. Avaliado em 400.000 réis;
<i>escrava</i> Maria, 7 meses. Avaliada em 50.000 réis;
<i>escravo</i> Abel, 2 meses. Liberto.

Fonte: Inventário de Antonio Alves de Carvalho, Arquivo Público do Ceará.

Como ressaltado a partir dos inventários de vila de Acarape, nota-se que também há, neste caso, um valor elevado para os escravizados homens, os quais passam a valer 1 conto de réis ou, como no caso dos cativos de Marçal, acima disso. Considerando os dados apresentados pelo Recenseamento Geral do Brasil em 1872, que aponta que estas estão, em grande maioria, alocadas em serviços domésticos, nota-se uma valorização da figura masculina, que, em Baturité, estará presente, principalmente, nas produções agrícolas, desempenhando o papel de lavradores.

Para além destes casos, os demais proprietários de escravizados em Baturité possuem médias aproximadas de valor de cativos por idade e sexo, como é o exemplo do inventário de Maria de Castro Sampaio, do ano de 1877:

Quadro 7: Escravizados descritos no inventário de Maria de Castro Sampaio em 1877 em Baturité.

<i>escrava</i> Romana, 50 anos. Avaliada 100.000 réis;
<i>escrava</i> Augustinha, mulata, 30 anos. Avaliada em 400.000 de réis;

³⁸ Visto em: < <http://familiasdebaturite.blogspot.com.br/2009/04/familia-gomes-da-silveira.html>>.

<i>escrava</i> Francisca, preta, 25 anos. Avaliado em 700.000 réis;
<i>escravinho ilegível</i> , preto, 10 anos, filho de Romana. Avaliado em 500.000 réis;
<i>escravinho</i> Martinho, mulato, 10 anos, filho de Augustinha. Avaliado em 500.000 réis;
<i>escravinho</i> Francisco, mulato, filho de Augustinha. Avaliado em 200.000 réis;

Fonte: Inventário de Maria de Castro Sampaio, Arquivo Público do Ceará.

Assim como visto em Acarape, aqui se encontra mais de uma família presente em um inventário. Talvez todos os seis cativos pertencessem ao mesmo núcleo familiar, considerando as idades entre eles. Nestes casos, sem a figura paterna presente.

Os casos apresentados acima a respeito de inventários de habitantes de Baturité mostram senhores com posse de seis ou mais cativos, como é o caso de Marçal Gomes da Silveira, que chega a um total de oito escravizados. Nos documentos que foram de acesso a esta pesquisa, estes são os que possuem registro de maior quantidade neste local, o que não quer dizer que, de fato, eram as figuras com maior mão de obra escravizada em posse.

3.3 Os proprietários de mão de obra escravizada em vila de Acarape e Baturité

Como dito anteriormente, com os dados acessados não foi possível identificar um mercado local de venda e/ou troca de escravizados, tampouco um comerciante que fosse responsável por trazer cativos para o interior e vendê-los em pontos estratégicos. Entretanto, fora possível detectar os principais proprietários de vila de Acarape, Baturité e seus respectivos distritos e localidades por meio da repetição de nomes encontrados nos livros de batismos, escrituras de compra e venda e nos inventários.

Para tanto, fora listado em um banco de dados os nomes de todos os senhores de escravizados coletados nas fontes acessadas para este estudo já apresentadas anteriormente e apontadas as principais repetições. Além de serem observados o primeiro nome, também foram indicados aqueles indivíduos com os mesmos sobrenomes, pois isso permite sugerir as principais famílias proprietárias de escravizados, notadas em maior escala na cidade de Baturité.

Sobre estes proprietários, também buscou-se saber se entre eles haveria a figura de coronéis, que corresponderia a pessoas com posses de terras e participantes do poder público que possuem autoridade na região. Como caracteriza Carone (1971), o prestígio na comunidade com estas figuras é tão grande, que todos o veem os coronéis como patriarcas que defendem e protegem os que estão sob sua dependência:

A dependência familiar ajunta-se a dependência dos agregados: escravos, ex-escravos, trabalhadores de oito assalariados, todos necessitam do trabalho, alimentação e

proteção do senhor. E a forma de autoridade é tão larga que se estende também para os domínios próximos do pequeno comércio e dos profissionais liberais que circulam na zona, pois, a pressão pessoal ou política permite o domínio sobre [sic] todos (p. 88).

Em troca deste acolhimento, trabalho e segurança, estes senhores contavam com os votos dessa população e apoio destes à todas as suas vontades.

Em vila de Acarape, há, pelo menos, o registro de três coronéis: o já citado Honorato Gomes da Silveira, Francisco Ferreira da Silva e Simião Telles Jurumenha. Não foram encontrados registros de posse de escravizados por parte deste primeiro, enquanto Silva (que tinha registrado em seu inventário *post-mortem* dois cativos) e Jurumenha, sim. Também não foi possível ter a certeza se estes se tratavam, de fato, de militares ou se eram assim chamados pelo respeito e por suas propriedades de terra, uma vez que seus registros ora estavam identificados os *cel.*³⁹, ora não.

De qualquer modo, Jurumenha fora um dos maiores proprietários de escravizados de vila de Acarape. Nos dados acessados para este trabalho, seu nome se repete como comprador de cativos no já citado livro de escrituras de compra e venda, além de que, de fora o responsável em libertar, em 1881, nove cativos, sendo sete destes dadas alforrias gratuitas e sem condições, como será visto no próximo capítulo.

Outro senhor de posses identificado nas escrituras como um comprador assíduo foi Antonio da Silva Mattos, que teve registrado, pelo menos, quatro obtenções entre os anos de 1878 e 1880 que, destaca-se, referia-se a um período de seca. Como até o momento não se há mais informações sobre Antonio, não se pode categorizar as atividades as quais seus cativos foram submetidos, mas pressupõe-se que, a estiagem tendo dado efeitos a esta região, estes não foram alocados em espaços de trabalho agrícola e nem em atividades específicas, pois, de acordo com os dados, todos são escravizados sem ofícios.

Outros nomes desse grupo se repetem, pelo menos, duas vezes. São eles: Angelica Maria do Nascimento, Francisco Manoel da Trindade, Joaquim Ferreira Nobre e José Antonio Ferreira Gondim, todos de vila de Acarape.

Na cidade de Baturité, o número de proprietários de cativos levantados neste estudo foi mais extenso. Uma vez que não foram obtidos dados sobre relações de compra e venda da região, como ocorreu em vila de Acarape, foi considerado, primeiramente, aqueles que mais se repetiram como proprietários de mães escravizadas encontrados no livro de batismo de Baturité.

³⁹ *Cel.* corresponde ao termo coronel.

Foram os senhores que mais batizaram filhos de escravizadas, em ordem alfabética: Antonio Alves de Lima Costa, Antonio Ruffino Ferreira Lima, Francisco Ferreira de Mendonça, Francisco Pereira Portela, João Correia Lima, José de Freitas da Costa, José Pacífico da Costa, Luis Ribeiro da Cunha e Ruffino Ferreira da Silva. Ressalta-se que o número de batismos, nestes casos, não é correspondente ao número de escravizados destes proprietários, pois tratam-se, principalmente, de dados que envolve apenas mulheres.

Tomando como base os inventários, os senhores proprietários de mão de obra cativa que possuíam um registro igual ou acima de quatro escravizados registrados foram: Luís Antônio Martins (1871), com quatro; Maria Angela Pereira (1871), com quatro; Antônio Alves de Carvalho (1872), com sete; Luís Favura (1872), com quatro; Marçal Gomes da Silveira (1877), com oito; e Maria de Castro Sampaio (1877), com seis.

Foi notado, ainda, que muitos sobrenomes se repetiram nos dados de senhores, o que indica uma aproximação entre famílias nas regiões, o que não se tratava, necessariamente, de pais e filhos, mas, possivelmente, de irmãos, tios, primos, dentre outros. São os de sobrenome: Ferreira, Mendonça, Carvalho, Lima, Sampaio, Correia, Beserra, Pereira, Nogueira e Negreiros. Estas famílias em exposição, ressalta-se, não alega que todos os seus componentes estariam em posse de mão de obra escravizada, mas apenas que, naquele contexto, eram os principais sobrenomes de senhores de cativos da região.

Esta mesma metodologia poderia ser aplicada para ter conhecimento das linhagens de famílias escravizadas da região, em busca de saber a origem de sobrenomes, entretanto, nos dados referentes aos cativos, não foram encontrados mais que o primeiro nome, como os casos dos batismos exemplificado já anteriormente.

4 CADÊ O PRETO QUE ESTAVA AQUI?

Dentre as várias questões que permeiam a historiografia cearense, talvez a mais repetida em relação ao que levou o Ceará a ser pioneiro na abolição da escravatura. Ora, o questionamento não lhe falta o sentido, uma vez que a Província tinha passado há menos de cinco anos por um triênio de intensa estiagem, que levou a exportação de inúmeros cativos para demais regiões do Império. Mas seria, portanto, um ato de compaixão a reunião de homens da sociedade em prol dessa mão de obra? Ou seja, era apenas uma questão de solidariedade sem interesses maquiados?

Pelos dados apresentados no capítulo 2, notou-se que a mão de obra cativa na Província do Ceará como um todo foi se modificando. Viu-se que era um grupo em que predominava pessoas de cor preta e logo depois passa a ser, em sua elevada maioria, parda, resposta de um processo de miscigenação entre pessoas brancas e pretas. Em Baturité, esse dado se mostrou ainda mais claro, quando se apresentou no livro de batismos local que a partir de 1876 não se consta no registro de batismo crianças que tenham nascido de cor preta.

Partindo dessa coleta de dados e da invisibilidade do cativo na sociedade de Acarape e Baturité após a abolição da escravatura, se questiona: cadê o preto que estava aqui? Os pretos da região simplesmente desapareceram? Para onde foram e como foi o processo de sua alforria da escravidão? Tais inquietações serão apresentadas a partir de agora neste capítulo.

4.1 Movimentos abolicionistas na Província do Ceará nos anos anteriores à 1883

Ao se fazer um levantamento de ações que já demonstravam o intuito abolicionista, percebe-se que, desde o início da década anterior, se iniciava um processo que tornava possível se pensar na liberdade de cativos. O Instituto do Ceará disponibiliza⁴⁰ em sua página uma cronologia da abolição cearense, os quais ressaltam-se as principais demandas no quadro abaixo:

Tabela 7: Demandas abolicionistas no Ceará entre 1868 e 1881.

1868	28/12: É sancionada pelo presidente de Província, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, a resolução nº 1254, que autoriza ao presidente da Província a “despender anualmente a quantia de 15 contos de réis com a emancipação de cem escravos que foram nascendo, de preferência os do sexo feminino, os quais serão libertados na pia, cém [sic] mil réis cada” (Art. 1º).
-------------	---

⁴⁰ Disponível em: <<https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1984TE/1984TE-CronologiaAbolicaonoCeara.pdf>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2017.

1870	25/05: Surge na Província a primeira sociedade libertadora – em Baturité. Sua primeira diretoria é constituída por: Presidente: P ^{de} . Raimundo Francisco Ribeiro (vigário); Vice: Dr. Antônio Nogueira Pinto Acioli; 1º secretário: Dr. Pergentino de Castro Lobo; Ajudantes de secretário: Adv. Manuel Raimundo Martins e Dr. Francisco José Matos; Orador: Dr. Virgílio de Moraes; Tesoureiro: João Francisco Sampaio; Adjuntos: Prof. Antônio Nogueira Freitas e João Câmara.
1871	28/09: É aprovada e sancionada pela Princesa Imperial Regente, D. Isabel, a Lei do Ventre Livre, que declarava livre os filhos de mães escravizadas.
1879	28/09: É instalada em Fortaleza a Sociedade Perseverança e Porvir. Os sócios fundadores são: José Correia do Amaral, José Teodorico de Castro, Alfredo R. Salgado, Joaquim José de Oliveira Filho, José Barros da Silva, Antônio Cruz Saldanha, Manuel Albano Filho, Antônio Dias Martins Júnior, Antônio Soares Teixeira Júnior e Francisco Florêncio de Araújo.
1880	08/12: É fundada a Sociedade Cearense Libertadora. Formam sua diretoria: Presidente: João Cordeiro; Vice: José Correia do Amaral; 1º Secretário: Frederico Borges; 2º Secretário: Antônio Bezerra de Menezes; Adv.: Dr. Manuel Ambrósio da Silveira Torres Portugal e Cap. Justino Francisco Xavier; Tesoureiro: Cap. João Crisóstomo da Silva Jatai; Procuradores – José Caetano da Costa, João Carlos da Silva Jataí, João Batista Perdigão de Oliveira e Eugênio Marçal. São libertados três escravos na ocasião.
1881	01/01: Começa a circular o jornal “O Libertador”, órgão da Sociedade Cearense Libertadora. São seus redatores: Antônio Martins, Antônio Bezerra de Menezes e José Teles Marrocos. Seus colaboradores, entre outros, são: Frederico Borges, Justiniano de Serpa, Martins Rodrigues, Almino Álvares Afonso, Abel García e João Lopes Ferreira Filho.
	27/01: O navio Espírito Santo está no porto para zarpar com escravizados, quando Pedro Artur e José Amaral recorrem a Francisco José do Nascimento e o liberto José Luís Napoleão gritam: “No porto do Ceará não se embarca mais escravos!”.
	30/11: José do Patrocínio chega a Fortaleza.
	08/12: Em Acarape forma-se a Sociedade Redentora Acarapense.
	28/12: Chega em Fortaleza a comissão de Acarape para acertar com os libertadores da Capital o programa de libertação que seria o pioneiro do Império.

Fonte: Cronologia da Abolição no Ceará⁴¹.

Estes fatos, como poderá ser visto no decorrer deste tópico, apesar de fundamentais para se dar a abolição da escravidão primeiramente na província cearense, não foram os únicos atos que levaram a resultar a emancipação.

Sancionada no mesmo dia de criação da pioneira no ato abolicionista, vila de Acarape, a resolução nº 1254, de acordo com Silva (2011), beneficiou 337 escravizados nos quatro primeiros anos, sendo em Baturité 23 destes. O maior número de manumissões concedidas se deu no ano seguinte à sua instituição, totalizando 119 cativos libertos.

As manumissões que deram liberdade a cativos em Baturité foram, por diversas vezes, notícias no jornal O cearense, que as publicou no decorrer da década de 1870. Talvez motivados pela criação da sociedade libertadora criada na cidade descrita no quadro acima, só em 1871 foram anunciadas 4 alforrias. Já no final de janeiro daquele ano, foram libertas 6

⁴¹ Disponível em: <<https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1984TE/1984TE-CronologiaAbolicaonoCeara.pdf>>. Acessado em 03/12/2017.

escravinhas⁴², em 1872 foram mais seis escravinhos⁴³, em 1873 foram mais outros⁴⁴ por conta da Província, de um total não identificado.

Entretanto, nem todos se encaixavam no perfil das manumissões, fazendo com que, assim, a liberdade fosse mais difícil a ser conquistada. Um exemplo disso é uma publicação de 1871 e descrito abaixo, o qual um escravizado recorre ao jornal para pedir serviços e, assim, juntar o dinheiro que lhe falta para pagar o seu valor estipulado pelo senhor.

O pardo Hylario, escravo de José Joaquim Vieira Guimarães, de Baturité, é um excelente oficial de sapateiro, casado, com filhos e muito morigerado. Em Baturité, onde trabalha de seu ofício, goza da estima e confiança de todos, pela sua irrepreensível conduta e amor ao trabalho. Com seus esforços e pequenos donativos, conseguiu já levantar a quantia de 400.000 réis; mas seu senhor exige a quantia de 800.000 réis, e o pobre escravo que é um bom artista, um bom pai de família veio de Baturité recorrer a caridade e filantropia dos habitantes desta cidade, que tão grande impulso tem dado a obra de emancipação dos desgraçados cativos. Hylario traz atestados que abonam suas condutas e qualidades; entre esses atestados acha-se um de grande valor do próprio punho do Rvd. vigário Raymundo Francisco Ribeiro (O CEARENSE, ed. 16, 1871. p. 3).

Não houve mais notícias de Hylario, nem mesmo a repetição da publicação no jornal O cearense até 1883, não permitindo, assim, se ter conhecimento sobre este ter conseguido juntar a quantia necessária para a sua emancipação. Quanto a outros escravizados de Baturité, não há mais menções nesse estilo.

Assim como este caso em que se vê a dificuldade para se ter a alforria, em outros, a carta de liberdade fora mais facilmente almejada, com senhores emancipando seus escravizados sem condições quaisquer. Foram encontrados no jornal O cearense os seguintes casos: “Em Baturité o Revd. Francisco Ayres de Miranda Henrique alforriou, sem condição alguma a seus escravos José e João, de 16 e 18 anos de idade” (ed. 46, 1872. p. 1); “Em Baturité o Sr. Ignacio Firmino Baptista conferiu carta de liberdade sem condição alguma a sua escrava Luiza, de 22 anos de idade” (ed. 19, 1873. p. 2); “O Sr. capitão Venancio Castello Branco, morador em Baturité, libertou, sem condição alguma a uma sua escrava, em atenção aos bons serviços que lhe prestou” (ed. 40, 1874. p. 3); e “O Sr. Manoel Joaquim de Moura, residente da Comarca de Baturité, alforriou sua escrava, de nome Felicia, de 32 anos de idade” (ed. 74, 1874. p. 2).

Coincidentemente ou não, estas emancipações “sem condição” foram ocorrendo após a criação da Sociedade Libertadora em Baturité. Nestes casos, nenhum dos senhores a conceder a emancipação de seus escravizados fazia parte desse grupo. O próprio período O

⁴² O CEARENSE, ed. 13, 1871. p. 2.

⁴³ O CEARENSE, ed. 12, 1872. p. 2.

⁴⁴ O CEARENSE, ed. 26, 1873. p. 3.

Cearense não aponta sua criação, o que leva a pensar na possibilidade de que esta podia se tratar de uma pequena sociedade com ações ainda tímidas, uma vez que, até aquele momento, não foram feitas quaisquer publicações quanto a sua existência. De acordo com Silva (2011), esta fora a primeira instituição com tal intuito, e tinha entre os membros o juiz municipal Dr. Antônio Pinto Nogueira Aciolly e Virgílio de Moraes, promotor público.

Um fato que chama atenção quanto a estas emancipações que se deram na década de 1870 na Comarca é que, em 1875, o vice-presidente da Província forneceu um total de 81:539:164 para o fundo de emancipação, o qual deveria se dividir entre todas as regiões. Para vila de Acarape, que possuía 140 escravizados, este fora o número mais baixo de cativos em relação aos demais municípios da província, totalizando 336.980 réis. Enquanto isso, Baturité recebeu um montante de 1.918.379 réis. Este fato se ressalta, aqui, pelo fato de que, se, até 1875, O cearense fazia publicações quanto a alforria de cativos, após o encaminhamento desse fundo não houveram mais propagações a este respeito durante os próximos dois anos.

No mais, não há dados sobre como era a aplicação desse fundo de emancipação nas regiões deste estudo desta data, mas, mais a frente, será apresentada sua efetividade na década de 1880.

Quanto à Lei do Ventre Livre, nº 2.040, apesar de aprovada em 1871, que declarava como livre todos aqueles nascidos de mães escravizadas a partir daquela data, tivera um projeto antecessor, com o mesmo intuito, que fora apresentado pelo deputado Pedro Pereira da Silva Guimarães, barão de Aracati, em 1850:

Art. 1º - Todos os nascidos de ventre escravo no Brasil serão considerados livres da data da presente lei em diante. Art. 2º - Os senhores de escravos ficam obrigados a libertar os mesmos escravos, toda a vez que estes pela sua alforria derem uma quantia igual á aquela por que foram comprados, doados ou havidos por qualquer outro titulo. Art. 3º - Os Srs. de escravos, que forem casados, não poderão vender ou alienar por qualquer forma um dos cônjuges sem o outro sob pena da nulidade da alienação. Ficam revogadas as leis e disposições em contrario.⁴⁵

Entretanto, a proposta não fora deliberada. Uma nova tentativa se deu dois anos depois, o qual houve apenas dois votos a favor – o do próprio autor e de seu colega André Bastos de Oliveira.

Sendo, finalmente, sancionada em 1871, a Lei do Ventre Livre, de acordo com Cortez (2008),

(...) foi recebida com bastante entusiasmo; opiniões favoráveis eram publicadas em jornais (...). Ao iniciar a notícia com uma expressão de desabafo, os autores indicavam

⁴⁵ Retirado de: VASCONCELOS, Rodolfo Smith de. Anexos. In: *Revista do Instituto Histórico*. Fortaleza: Typ. Minerva, tomo XX, pp. 190-219, 1906, p. 194.

a consciência de todas as lutas em prol da liberdade do ventre escravo no Ceará, bem como da necessidade da preservação da família e o comprometimento da propriedade de escravos. Por essa razão, congratulavam-se pela chegada da primeira legislação aprovada, que extinguiu a escravidão desde o ventre materno, ou seja, antes da criança ser maculada com o estigma da servidão no ato do nascimento (p. 165).

Como já foi apresentado anteriormente, a Lei de nº 2.040 não foi respeitada por todos os senhores. Exemplificando pela vila de Acarape, onde houveram casos de nascidos que foram batizados ainda com condição de cativos mesmo após sua promulgação. Os três casos em questão se tratam apenas dos que foram registrados, o que leva à reflexão a respeito de ocorrências em que não houveram qualquer tipo de registro. De acordo com Silva (2011), de qualquer forma, a efetividade da Lei não atrapalharia de forma simbólica os proprietários de mão de obra escravizada, uma vez que, segundo Silva (2011), na economia agropecuarista local, a presença de cativos não se fazia tão necessária.

De qualquer forma, a assinatura da Lei do Ventre Livre trouxe entusiasmo por parte de muitos dos cearenses, especialmente os abolicionistas e cativos, uma vez que eram resguardados, a partir daquele momento, os filhos de escravizadas do sistema escravista em vigor. Com a Lei 2.040 em vigor, além das tendências de muitos senhores em libertar, sem condição alguma, seus cativos, e do alto índice de exportação de mão de obra do Ceará para demais regiões devido a seca que se alastrou entre os anos de 1877 e 1879, logo a Província passa pela criação de sociedades libertadoras, ou seja, aquelas que eram fundadas em favor do fim das atividades escravocratas.

Uma delas, instalada em Fortaleza, foi a entidade Perseverança e Porvir, fundada em exatos oito após a assinatura da Lei do Ventre Livre. Segundo Nascimento (1994),

A entidade se propunha manter um fundo de emancipação, que seria alimentado mediante a contribuição dos seus associados e mais uma percentagem dos lucros obtidos nas operações mercantis (obviamente de cada um). Mas, em termos comparativos, enquanto a Resolução nº 1254, em seu primeiro ano de execução, possibilitava a liberdade de cem crianças (...) (p. 177).

Mas, apesar do tal feito, de acordo com Silva (2011), o número de associados nunca passou de dez, que se tratava de cidadãos de prestígios na sociedade, e que, outrora, foram traficantes de cativos que passaram a lutar pela abolição. Um ano depois, o seu fundador, José Correia do Amaral, entrou em contato com outros membros da comunidade e resolve fundar uma sociedade abolicionista, chamada de Sociedade Cearense Libertadora, que fora fundada em dezembro de 1880, que, junto às demais associações com o mesmo propósito, “se propunham a liberdade, contudo, sem a quebra imediata das relações servis de dependência do elemento servil, conforme a proposta da transição lenta e conservadora” (CORTEZ, 2008. p.

206). E é justamente ela uma das principais responsáveis e apoiadoras para a abolição da escravatura na província cearense.

4.2 Os últimos anos de escravidão em vila de Acarape e Baturité

Uma das primeiras ações da Sociedade Cearense Libertadora foi a criação de um jornal que pudesse vir circular pela província do Ceará transmitindo notícias de emancipações de cativos, além de artigos contra a escravidão, de modo que se espalhasse o movimento abolicionista. O Libertador, nome que lhe fora dado, publicava, ainda, denúncias, que, junto às formações de opinião a respeito da escravidão, acabou por atrair uma fração da população para sua causa (FUNES, 2015). Um exemplo disso é a publicação intitulada “Abaixo a escravidão”, publicada na sua segunda edição, em janeiro de 1881:

Em meio das grandes ideias que nobilitam o nosso século, uma grande vergonha faz ainda corar a nossa querida pátria. É a vergonha da escravidão! (...) Enquanto a liberdade não consagrar-nos no mesmo amplexo, como irmãos que somos perante Deus e a humanidade, perante a civilização e o progresso, seremos um povo sem autonomia, sem consciência do nosso valor, por quanto a mesquinha a nossa grandeza, as instituições liberais que nos governaram, o desequilíbrio de ação, o poderio do forte contra o fraco, do senhor contra o escravo, cuja permanência criminosa, a despeito dos brados de indignação da imprensa livre, atira ainda á face da nação a repetição de cenas de horrores, praticadas a sangue frio em pleno século XIX. Oh! não; a escravidão não tem mais razão de ser; desaparecida de todas as nações que com grandes sacrifícios lavaram-na de seu solo, desaparecerá também do Brasil, que deve orgulhar-se de não ceder-lhes o passo a expansão nos sentimentos generosos. (...) (LIBERTADOR: ÓRGÃO DA SOCIEDADE CEARENSE LIBERTADORA, ed. 2, 1881, p. 1).

Como se percebe, os cidadãos que estavam à frente do jornal eram indivíduos de conhecimento e sabiam a melhor forma de usar as palavras. De acordo com Silva (2011), um dos redatores e fundadores do periódico, Antônio Bezerra de Meneses, esteve à frente da fundação do Instituto do Ceará, da Academia Cearense de Letras e da Sociedade de Ciências Práticas e era considerado um dos poetas oficiais do abolicionismo cearense.

Quanto às publicações acerca de emancipações ocorrendo em vila de Acarape e Baturité, o periódico O Cearense noticia algumas. Na Comarca de Baturité, de acordo com o jornal, em junho de 1881, foram libertados seis cativos, quase todas mulheres, a partir da realização feita pela Sociedade Baturiteense Libertadora com apoio de 100.000 réis do abolicionista João Cordeiro:

111 – Em Baturité o Sr. tenente João da Rocha de Araujo e suas imãs DD. Anna Francisca de Araujo e Izabel Maria da Conceição, em atenção aos relevantes serviços

que lhes tem prestado a sua escrava Perpetua, idade de 38 anos, solteira, lhe conferiram carta de liberdade sem ônus algum.

112 – Rosa, manumitida pela distinta ‘Sociedade Baturiteense Libertadora’ em homenagem ao nosso chefe e digno presidente da ‘Libertadora Cearense’, o Sr. João Cordeiro.

113 – Benedicta, pertencente ao nosso amigo ilustrado Dr. Antonio Pinto de Mendonça, e por ele manumitida em regozijo da presença do nosso chefe o Sr. João Cordeiro em Baturité.

114 – Bernarda, do honrado negociante Bernardino Proença, e por ele manumitida no mesmo motivo de homenagem ao seu preclaro amigo.

115 – Antonia, também de Baturité, e alforriada mui generosamente pelo seu senhor, o capitão Francisco Cordeiro da Cruz.

116 – Joaquim, manumitido na mesma ocasião, pelo caro confrade [sic] Isac Amaral (LIBERTADOR: ÓRGÃO DA SOCIEDADE CEARENSE LIBERTADORA, ed. 11, 1881, p. 2-3).

Enquanto que em vila de Acarape, um dos maiores senhores proprietários de mão de obra escravizada, como já fora apresentado anteriormente, o coronel Simião Telles de Menezes Jurumenha, libertou nove escravizados, sendo sete destes sem condição alguma, conforme o trecho abaixo retirado do periódico:

194 – Manoel, 195 – Delfina, 196 – Jeronymo, 197 – Vicente, 198 – Alexandrino, 199 – João, 200 – Francisco.

Libertados no dia 19 de agosto sem ônus algum pelo respeitável sexagenário tenente-coronel Simião Telles de Menezes Jurumenha, que ainda manumitiu os seguintes:

201 – Joanna, pela quantia de 300\$000 de que era depositado judicial á seu pedido.

202 – Maria, com a condição de servir-lhe de criada em seu resto de velhice e de vida (LIBERTADOR: ÓRGÃO DA SOCIEDADE CEARENSE LIBERTADORA, ed. 18, 1881, p. 4).

Diferente de Baturité, em vila de Acarape as cartas de liberdade concedidas pelo senhor Jurumenha não tinham relação com alguma sociedade libertadora. Entretanto, não se pode deixar de chamar atenção para o fato das duas cativas que foram alforriadas em parte, uma vez que Joanna conquistou a liberdade partir da compra desta, e Maria que, apesar de ser liberta, estaria a servir seu senhor até o resto de sua vida. Em casos como este, Funes (2015) afirma:

Nos atos magnânimos de seus senhores estavam personificados os mecanismos de controle sobre a força de trabalho liberta. Dar liberdade ao cativo, mas mantendo-o como agregado, morador, criado. No campo, deixa-se de ser escravo do ‘coronel’ e passa-se a ser homens do ‘coronel’. São formas sociais de trabalho em que a sujeição ao senhor está implícita. O sentido de posse, o controle a disciplinarização não deixam de existir (p. 131).

Ainda de acordo com o autor, se o ex-escravizado aproveitasse da situação para fugir, teria esta a sua liberdade revogada, assim como, também, se fosse indisciplinado. Ou seja, era uma liberdade precária.

Além das constantes notícias e artigos que falavam sobre a instituição escravista por meio do jornal Libertador, a Sociedade Cearense Libertadora estava constantemente criando ações em prol à emancipação de escravizados, como, por exemplo, a compra de alguns cativos

em reuniões públicas. Também ressalta-se o apoio dessa Sociedade Libertadora ao fechamento de portões que levavam cativos para outras regiões do Império que ocorreu em janeiro de 1881, ação tomada a partir da greve dos jangadeiros.

A proposta de encerrar a saída de mão de obra para demais Províncias fora de Pedro Artur de Vasconcelos, o qual tinha uma certa influência entre os portuários, que teve apoio do vice-presidente da entidade. Estes entraram, então, em contato com Francisco do Nascimento, conhecido como Chico da Matilde, que concordou com as ações e no dia 27 daquele mês

(...) orientados pela liderança da SCL, os trabalhadores do porto, com o apoio de grande massa popular que se juntou na praia, negaram-se a embarcar os catorze escravos que deveriam seguir para o sul no navio 'Pará', ao grito uníssono de toda aquela multidão que bradava 'No porto do Ceará não se embarca mais escravos'. De nada adiantaram os protestos, meios persuasivos, junto aos 'jangadeiros', e recursos policiais para embarcar os cativos. O Pará levantou âncora ao entardecer rumo ao seu destino sem os escravos do Ceará (SILVA, 2011. p. 202).

A ação de impedir o tráfico se repetiu três dias depois, quando o navio Espírito Santo também zarpou sem os cativos a bordo.

Em agosto do mesmo ano, um boletim espalhado pela Capital e assinado pelos jangadeiros dizia, dentre outras palavras, o seguinte:

(...) No porto do Ceará não se embarca mais escravos! Venham os negreiros que, ainda mesmo disfarçados em abolicionistas, não passaram o infame contrabando. Sentinelas, alerta! Libertadores, às armas!
Abolicionistas, à praia: o vapor está no porto. Basta meia palavra para ao bom entendendor. Cumpramos o nosso dever.
Um homem é para outro homem e um abolicionista para cem negreiros. Venha o que vier, dê no que der: o homem é para o outro. Os abolicionistas cearenses são os nihilistas do Brasil. (...) (BALLET, 1981, apud SILVA, 2011, p. 293).

A carta, que era assinada pela data de 21 daquele mês, antecipava a ação que se daria dali a poucos dias.

O navio Espírito Santo, que ia em rumo a Belém, estava fazendo escala em Fortaleza e dali levaria alguns cativos. Ao tomarem conhecimento, os membros da Sociedade Cearense Libertadora buscaram impedir a ação com o apoio dos jangadeiros, liderados por Dragão do Mar. Desse modo, no dia 30 de agosto, com a presença de quase seis mil homens e mulheres que aceitaram a convocação por parte da Sociedade Cearense Libertadora e se encontravam no porto, gritava-se "Não embarcam!". Assim, os cativos que ali seriam despachados não embarcaram, tendo, ainda, o caso de roubo de duas escravizadas domésticas pertencentes ao capitão Camerino. A polícia que ali se encontrava, não fora o suficiente para dar suporte aos escravocratas. Assim sendo,

Do episódio (...) ficaria um dado mais importante que todo o sensacionalismo gerado pelos abolicionistas e do que o rapto das cativas em plena confusão portuária. A referência aos 210 escravos libertados, até aquela data, servia para comprovar os esforços despendidos pelos redencionistas, conseguindo a qualquer custo, conforme diziam, tornar livres mais de duas centenas de escravos. Em termos proporcionais, os 210 excluídos dos 30 mil ainda existentes representava o abate de 0,7%, portanto, menos de 1% do total. Mas, como promoção, valia por uma expressiva tomada de posição na cruzada social e humanitária a que se entregavam (NASCIMENTO, 1994, p. 180).

O jornal *Libertador* àquela altura reproduziu um texto de um folhetim especial o qual consagrava a “Gazeta da Tarde” da Corte a ação dos jangadeiros, o qual dizia:

(...) Os jangadeiros do Ceará estão cheios de razão.
Gritem pouco, ou berrem demasiado os traficantes de carne humana, é preciso dar fim ao hediondo contrabando feito á sombra da bandeira nacional, e com garantia do governo.
As províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo estão livres da escandalosa importação; que as outras províncias se libertem também de tão vergonhoso comércio.
Os jangadeiros do Ceará não querem que naqueles verdes mares de Iracema se faça o degradante tráfico interprovincial.
É ele mais negro que o tráfico em terras africanas, e quando o negreiro jogava a vida, afrontando os cruzadores ingleses.
Dirigimo-nos aos homens livres, e é perante eles que protestamos contra a escravidão. Não querendo que o escravo faça nada por si, cumpre-nos trabalhar por ele.
Os jangadeiros no Ceará fizeram uma boa ação.
Eles pensam bem, quando repelem esse feio negócio chamado a venda do homem (LIBERTADOR: ÓRGÃO DA SOCIEDADE CEARENSE LIBERTADORA, ed. 19, 1881, p. 5).

O feito dos jangadeiros na Capital animou ainda mais os abolicionistas, de modo que continuaram a prosseguir libertando escravizados, convencendo senhores a alforriar cativos por espontânea vontade ou contribuindo na compra da liberdade, seja pelo dinheiro que eles mesmos coletavam ou por meio dos fundos de manumissões.

Esses fundos de emancipação foram de fundamental importância na província cearense no processo abolicionista. Ele não era uma novidade do final dos anos 1870, uma vez que foram encontrados dados desde o início daquela década e permitiu a alforria de homens e mulheres por meio destas verbas estatais que eram oferecidas aos escravocratas na compra de cartas de liberdade.

Nas regiões de interesse deste trabalho, de fato, foram encontrados dados de seis cativos libertos por meio de manumissões em Baturité em 1870⁴⁶ e 1871⁴⁷. Nas duas ocasiões tratavam-se apenas de crianças, sendo, entre eles, o mais velho com oito anos e tendo a alforria o valor de 150\$000 cada. Em 1870, foram libertos: Raimunda, de 3 anos, cabra, filha de

⁴⁶ Disponível em: Mapa demonstrativo dos escravinhos que passarão por conta do Governo pela comissão emancipadora. Arquivo Público do Ceará. Baturité, 2 de dezembro de 1870.

⁴⁷ Disponível em: Mapa demonstrativo das manumissões feitas em dezembro de 1871 por conta do governo da Província em Baturité. Arquivo Público do Ceará.

Bernardina; Maria, de dois meses, cabra, filha de Maria; Porfírio, de dois meses, cabra, filho de Raimunda; Benedicta, de seis meses, mulata, filha de Maria; Maria, de dois meses, mulata, filha de Jovita; e Maria, de um mês, cabra, filha de Joanna.

Destes, exceto Maria, filha de Maria, nascida em Canindé, todos são naturais de Baturité. E todos pertencem a senhores diferentes. Em 1871, todos nasceram naquela cidade. Eram eles: Maria, de três meses, mulata, filha de Joaquina; Maria, de dois meses, mulata, filha de Raimunda; Agostinho, de oito anos, cabra, filho de Albina; Maria, de oito meses, cabra, *nome da mãe ilegível*; Rosa, cinco anos, mulata, filha de Maria; e Marciano, de três anos, mulato, filho de Maria. Nestes casos, exceto os dois últimos, os demais eram pertencentes a senhores diferentes.

Os fundos utilizados nestas e outras emancipações que ocorreram na Província

(...) provinham de taxas relativas aos negócios escravocratas, como impostos sobre propriedade, compra e venda de escravos, multas onerosas aos que não procedessem à regular classificação ou matrícula de seus cativos, e também de loterias, quotas do orçamento estatal e mesmo de subscrições, doações e legados. Para a distribuição dos recursos dos fundos de emancipação eram constituídas em cada município juntas classificadoras, obrigatoriamente compostas por um coletor (agente fiscal) e um juiz de órfãos, que mapeavam os escravos levados por seus donos a audiências convocadas especialmente para essa finalidade (CÂNDIDO, RODRIGUES, 2005, p. 162).

Entretanto, estes fundos não eram suficientes para atender toda a população escrava. Apesar de muitos terem se usufruído desta no processo de liberdade, outros tantos não tiveram a oportunidade de usá-la devido à falta deste na região. Um caso assim ocorreu em vila de Acarape em 1872, quando uma mãe não pôde contar com a cota para poder comprar a alforria de seus dois filhos. A liberta tinha um total de sessenta mil réis que não se aproximava do valor dado às crianças, que foram avaliadas pelo coletor das rendas gerais em cento e noventa e seis mil e quinhentos e vinte réis. Partes da ata⁴⁸ da reunião que definia o destino do pedido está apresentado abaixo:

Aos dezoito dias do mês de julho, do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos oitenta e dois nesta vila do Acarape, na casa da Câmara Municipal, as três horas da tarde do mesmo dia, reunida a Junta Classificadora pelo fundo de emancipação em consequência de ordens do Excelentíssimo Senhor Presidente da Província (...) a fim de comparecer algum interessado que mais vantagens oferecesse, e não havendo quem mais requeresse, estando esgotado a verba de emancipação destinada a esse Município, nem reclamações apresentadas, deu-se por concluída os trabalhos da mesma Junta, ordenando o Presidente que a quantia apresentada na sessão de ontem pela liberta Damásia, em favor de filhos Francisco e Joanna, de propriedade de Joaquim Ferreira Nobre (sessenta mil réis) fosse remetida ao Juiz Municipal de Órfãos do Termo, conjuntamente com a matrícula dos ditos escravos para o conveniente destino em vista da Lei e igualmente remetida as cópias da atas ao

⁴⁸ Descrição disponível em: <<http://museumemorialdaliberdade.blogspot.com.br/2011/07/fundo-de-emancipacao-de-escravos-lei-do.html>>. Acesso em: 21 de dezembro de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Província bem como ao Juiz de Órfãos do Termo (...).

O caso de Damásia não era tão incomum. Como fora visto anteriormente, muitos senhores tinham posse de crianças como escravizadas, podendo, as mães, nestes casos, estarem libertas em busca de arrecadar a quantia pedida para comprar a liberdade de seus filhos. Nestes casos, estas mulheres – ou homens – por vezes divulgavam em anúncios serviços que poderiam vir a prestar.

Enquanto os dados de 1870 e 1871 mostram liberdades concedidas por meio do fundo de emancipação a escravizados abaixo dos dez anos, o documento de acesso a esta pesquisa já apresenta a liberdade de adultos, entre 16 e 48 que, apesar de ter assinado em janeiro de 1883, está intitulado como “Escravos libertos por conta do fundo de emancipação em audiência do dia 4 de outubro de 1882”. Na ocasião foram libertos:

Quadro 8: Escravizados libertos em Baturité pelo fundo de emancipação em audiência do dia 4 de outubro de 1882 em Baturité.

Nome	Idade	Estado	Razões das preferências	Senhores	Valor	Pecúlio
Luiza	42	Casada	Casada com homem livre	Ant ^o Furtado de Mend ^a	130:000	-
Ivo	26	Casado	Casado com mulher livre	José Paulino de Menezes	200:000	30:000
Antonio	26	Casado	Cônjuges com filhos menores de 8 anos	Raimd ^o José de Araujo	200:000	-
Manuela	21	Casada	Cônjuges com filhos menores de 8 anos	Raimd ^o José de Araujo	160:000	-
Catharina	34	Solteira	Com filhos livres	Fco. Serafim de Assis	50:000	50:000
Joanna	27	Solteira	<i>não há informação</i>	Bernardo Perez Barroca	100:000	50:000
Paulina	16	Solteira	Escravos acima de 12 anos	Jeronimo Ferr ^a Lima	150:000	50:000
Raimunda	23	Solteira	Escravos acima de 12 anos	Mel. Cabral F. Vieira	100:000	-
Justina	26	Solteira	Escravos acima de 12 anos	Ant ^o . Sab ^o . Ferr ^a Lima	100:000	55:000
Maria	38	Solteira	Escravos acima de 12 anos	Marthildes A. Saraiva Bezerra	147:762	40:000
Maria	15	Solteira	Escravos acima de 12 anos	Marthildes A. Saraiva Bezerra	150:000	100:000
Raimunda	47	Solteira	Escravos acima de 12 anos	João Baptista de Menezes	154:000	100:000
Domingas	48	Solteira	Escravos acima de 12 anos	Thereza A. de Castello Branco	105:000	40:000

Fonte: Arquivo Público do Ceará.

Neste documento ainda há o registro do pecúlio que contribuíram os escravizados, que variam entre 30:000 e 100:000. Esta quantia era somada, portanto, com o valor da

indenização dos cativos – apresentado acima – que era paga com o fundo de emancipação que tinha cada região. No caso, Baturité somava um valor de 1:371:762 para distribuir na libertação destes indivíduos. Contém ainda neste mapa: o número de ordem de classificação – que no caso era de 1 a 13; número de matrícula; quota distribuída ao município; total de indenização compreendida os pecúlios; saldo da quota distribuída; e observações.

No caso dos pecúlios, que era uma quantia que os cativos haviam juntado para comprar sua liberdade, nem todos os escravos a tinham. Dos treze escravizados, Luiza, Antonio, Manuela e Raimundo dependiam apenas do fundo de emancipação, enquanto os demais tinham saldo. Maria, de 15 anos, e Raimunda, de 47 anos, que tinham o valor de indenização entre os mais baixos, de 50:000 e 54:000, foram as que mais contribuíram com pecúlio, sendo 100:000 cada.

A partir do quadro, traça-se o perfil destes que foram abolidos por meio do fundo de emancipação, o qual mostra que a grande maioria se trata de mulheres – sendo os dois homens os com o maior valor de indenização –, solteiras, que foram preferência por serem “escravas acima de 12 anos”. Ainda quanto a este grupo, por meio do “Quadro de classificação de escravos do município de Baturité” são levantadas novas informações destes indivíduos, como se destaca abaixo:

Quadro 9: Classificação dos escravizados em 1882 em Baturité

Nome	Cor	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas de família	Moradia
Luiza	Parda	Cozinheira	Boa	2 filhos livres	Cidade
Ivo	Pardo	Lavrador	Boa	Não consta ter filhos	Christos
Antonio	Pardo	Sem ofício	Boa	2 filhos livres	Mulungú
Manuela	Parda	Sem ofício	Boa	Mulher de Antonio, 2 filhos livres	Mulungú
Catharina	Criola	Cozinheira	Boa	5 filhos livres	Pendência
Joanna	Mulata	Cozinheira	Boa	2 filhos livres	Conceição
Paulina	Parda	Cozinheira	Boa	Não tem	Serra
Raimunda	Parda	Cozinheira	Boa	Não tem	Cidade
Justina	Mulata	Lavradora	Boa	Não tem	Pernambuquinho
Maria	Mulata	Cozinheira	Boa	1 filha cativa	Pendência
Maria	Mulata	Costureira	Boa	Filha de Maria	Pendência
Raimunda	Mulata	Engomadeira	Boa	Não tem	Christos
Domingas	Preta	Cozinheira	Boa	Não tem	<i>Ilegível</i>

Fonte: Arquivo Público do Ceará.

A partir do quadro pode se cogitar que o valor da indenização dos cativos, por vezes, poderia se relacionar à sua profissão, uma vez que a menores quantias foram pedidas para Justina, Maria e Raimunda, que são, respectivamente, lavradora, costureira e engomadeira. Catharina, que também possui um valor abaixo dos demais, poderia ser referente ao fato desta

ter cinco filhos livres, uma vez que ela se encaixa no mesmo perfil de trabalho das demais escravizadas, como cozinheira, e possui boa aptidão para o serviço. Além disso, nota-se que, em sua maioria, essa mão de obra que fora liberta do fundo de emancipação residia na região serrana, principalmente Mulungú e Pendência, esta última que hoje corresponde a cidade de Pacoti.

Quanto à vila de Acarape, não foram de conhecimento deste estudo quadros de classificação ou de libertos por meio do fundo de emancipação, entretanto, isso não afirma que ali não ocorriam estes processos.

4.3 O processo abolicionista em vila de Acarape e Baturité

Motivados pelo baixo índice de cativos na região, vila de Acarape é escolhida para ser a pioneira da abolição da escravatura pela Sociedade Cearense Libertadora. Entretanto, apesar de ali existirem casos de alforrias sem condições, como já apresentado anteriormente, a partir da década de 1880, em comparação, Baturité já se mostrava um passo à frente, quando fora a primeira cidade a ter uma Sociedade Libertadora e estar desde o início da década de 1870 noticiando emancipações locais de proprietários de escravizados.

Em uma entrevista dada para “O Estado” por Joaquim Agostinho Fraga, um dos membros da Sociedade Libertadora Acarapense e testemunha do ato de pioneiro na abolição de escravizados no Brasil, que se deu em vila de Acarape em 1º de janeiro de 1883, é possível conhecer o que teria ocorrido nos últimos meses de 1882 para que se desse o fim da escravidão no ano seguinte em vila de Acarape.

Na entrevista dada a Rubens de Azevedo e Tago Otacílio de Alfeu para o jornal, Joaquim Agostinho, coletor da região, afirma que vila de Acarape estava em atraso com a campanha abolicionista, de modo que fora despertar para ações após a ida de Manuel Fernandes de Araújo, coletor das rendas gerais, à Capital, que de lá trazia notícias sobre o andamento do processo emancipatório que ocorria em Fortaleza. Ao passar a notícia para o Cel. Antonio da Silva Matos, se deram, então, início a propaganda em vila de Acarape que levou a criação da Sociedade Libertadora Acarapense, fundada em 8 de dezembro de 1882⁴⁹, composta por Cel. Gil Ferreira Gomes de Maria (presidente), Cel. Antonio Silva Matos (vice-presidente); Padre Luis Bezerra da Rocha (tesoureiro); Tenente Henrique Pinheiro Texeira (1º Secretário);

⁴⁹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/ceara/redencao.pdf>. Acesso em 07 de janeiro de 2018.

Francisco Hermano Gomes Carneiro (2º Secretário); e Diocleciano Ribeiro de Menezes (orador).

O início das ações da Sociedade se deu quando o Cel. Antonio Silva Matos, vice-presidente da Sociedade Libertadora Acarapense, deu carta de alforria aos três cativos que possuía. Em seguida,

O edificante exemplo do Cel. Matos foi seguido por outros conterrâneos de fibra e caráter, figurando entre eles os Srs. Semeão Teles Menezes Jurumenha, que de bom grado alforriou todos os escravos de sua senzala, inclusive, um que há pouco havia comprado por um conto de réis. O segundo abordado no assunto foi José Antonio Oliveira, que exigiu dinheiro para poder libertar seus escravos. Então, os integrantes da Comissão se reuniram e se cotizaram, efetuando o respectivo pagamento, conseguindo libertar os escravos do supracitado escravocrata. Seguiram-se diversos atos de filantropia praticados pelo Srs. Gil Ferreira de Maria, Cel. Francisco Bemvindo de Vasconcelos, João Duarte Franco, Lúcio José Bonfim e outros. Deram-se ainda várias indenizações como a de José Antonio de Oliveira que nós pobres operários e artistas tivemos que comprar, uma linda e jovem escrava de Francisco José de Souza (Chico Batista), que sendo pobre e adepto de nossa sagrada causa se satisfizesse com a quantia de quatrocentos mil réis (Fraga, 2011, s/p).

De acordo com Joaquim, as atividades continuaram com o mesmo entusiasmo, levando a outros senhores a também libertarem seus cativos. Àquela altura, a Sociedade Cearense Libertadora já havia tomado conhecimento dos fatos em vila de Acarape, uma vez que, segundo Silva (2011), na edição de 12 de dezembro de 1882, o jornal Libertador publicou os nomes dos proprietários que ainda possuíam escravizados como forma de pressioná-los a dar a carta de alforria a estes. Naquelas circunstâncias, já se encontrava em Fortaleza o jornalista José do Patrocínio, uma das principais figuras do movimento abolicionista no Império, que, junto ao general Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa, uma das personalidades cearenses da Guerra do Paraguai, desenvolveu atividades a favor da campanha abolicionista que possibilitou a arrecadação de recursos que se fora destinada a alforria de cativos.

Segundo Joaquim Agostinho Fraga, até o final de dezembro daquele ano, 1882, fora realizada uma reunião da Sociedade Libertadora Acarapense que contou com a presença de representantes da Sociedade Libertadora Cearense, a qual fora encerrada com a entrega de duas cartas de alforria às cativas Luiza e Tereza e com gritos que diziam “No Acarape não haverá mais escravos!”.

Naquele momento, “Acarape havia sido escolhido pela SCL para ser o primeiro município do Ceará a extinguir a escravidão porque possuía, então, a menor população escrava.” (SILVA, 2011, p. 224).

Assim sendo, em 1º de janeiro de 1883 foram libertados os cativos da vila, de forma que fora a primeira a emancipar todos os seus escravizados. Sobre a ocasião, não se sabe ao

certo a quantidade de alforrias que foram dadas, mas, de acordo com Nascimento (1994), não chegavam a 300 homens e mulheres no total.

De fato, não se foram encontrados registros que apontem a totalidade de cativos libertos ou o número exato antes do que se deu em 1º de janeiro, uma vez que os dados se mostram controversos sobre a última menção à quantidade de escravizados. De acordo com o jornal *Libertador*, em 1881 o total era de 115 cativos, enquanto Sobrinho (2011) aponta a presença de 80 indivíduos nessas condições. O próprio ofício ⁵⁰enviado do Paço da Câmara Municipal de Acarape na data de 23 de janeiro de 1883, que comunicava a libertação de toda a mão de obra ao Presidente da Província não anunciava os números exatos, apenas informava:

Prestando juramento e tomando posse do lugar de camaristas eleitos ultimamente para o exercício de 1883 a 1887, a nova Câmara, tem a honra de comunicar a Vossa Excelência este acontecimento que soleniza com a comunicação de haverem sido libertos todos os escravos do município á esforços particulares.
A nova Câmara gloria-se em apresentar a Vossa Excelência seus votos de adesão e profundo respeito (CÂMARA MUNICIPAL DE ACARAPE, 1883).

Os jornais *O cearense* e *Libertador*, que foram de acesso a esta pesquisa, não continham edições próximas ao período que se deu a libertação dos cativos em vila de Acarape, o que dificulta, também, entender como se deram as reações quanto ao feito local.

O acontecimento de emancipação em Baturité também ocorreu de forma tímida, de modo que não houve publicações específicas a seu respeito nos periódicos supracitados. O feito que se deu em 25 de março tem sua data estampada apenas nas listas cronológicas que mostravam os andamentos da prática abolicionista. Nos espaços que foram realizados buscas de documentos a este respeito, também não foram encontradas fontes primárias que pudesse auxiliar nos resultados desta pesquisa. E, assim como em vila de Acarape, não se tem uma quantidade exata do número de cativos libertos na ocasião e nem como fora, uma vez que, comparado ao primeiro espaço, essa tinha uma elevada totalidade de escravizados.

4.4 O processo pós abolição para os ex-escravizados

Na edição de 14 de março de 1884, onze dias que antecederiam a abolição da escravatura na província cearense, o jornal *Libertador* publica um quadro intitulado “Quadro de luz” com o nome de todos os municípios em que a escravidão já não existia. Foram

⁵⁰ Disponível em: <<http://museumemorialdaliberdade.blogspot.com.br/2011/04/correspondencia-ao-presidente-da.html>>. Visualizado em 15 de novembro de 2017.

apresentados um total de 51 locais, em ordem cronológica, sendo que em 1883 tinham libertados seus cativos 21 deles. A cidade que mais continha escravizados em 1881, um total de 2.309, Sobral, só viera a emancipar no ano seguinte, em 2 de janeiro de 1884.

De fato, a vila de Acarape serviu como um pontapé para as demais seguirem seu exemplo, já que, de forma tão rápida, tantas outras libertaram seus cativos, fazendo com que, um pouco mais de um ano depois, em 25 de março de 1884, fosse abolida a escravidão no Ceará. Na edição de Libertador daquele dia, Joaquim, bispo do Ceará, publicava no periódico:

Já não é uma utopia, é uma realidade a redenção dos cativos na Província do Ceará!
E nem uma só gota de sangue se derramou, e nem a ordem social se perturbou!
Muito bem, caros diocesanos!
A religião e a pátria não podem ser indiferentes a este fato; esta reservará uma página de sua história nela registrá-lo, aquela, por intermédio de seus Ministros, entoará cânticos ao Senhor por tão boa nova.
E o vosso Bispo, mais cedo que pensava, terá a inexprimível alegria de entoar o TE-DEUM LADAMUS em ação de graças ao Todo Poderoso, por tão grande benefício (LIBERTADOR, 25 de março de 1884).

Na mesma edição continham outros artigos parabenizando os abolicionistas e comemorando a vitória de tornar livre a Província da escravidão. Continham, ainda, poemas e hino referente a redenção de cativos.

A partir daquela conjuntura, todos aqueles que foram escravizados passaram a ser inseridos na sociedade como indivíduos livres, trabalhadores e livres. Longe de correntes, castigos e obediências ao senhor, homens e mulheres agora tinham liberdade, a qual muitos desconheciam. Entretanto, a luta ainda não estava ganha. O ex-cativo passava agora a enfrentar a exclusão da sociedade, como afirma Funes (2015):

(...) o processo abolicionista, não só no Ceará, permite ao cativo recuperar sua liberdade, ser homem livre; mas vem acompanhado de uma série de medidas controladoras, que colocam esse indivíduo no seu (in)devido lugar, fecha-lhe todas as possibilidades de uma ascensão social e direito à cidadania. É colocado à margem da sociedade, reforçando o distanciamento social, político e econômico entre a população negra (morena) e branca (galega). Termos que nos fazem refletir sobre a construção de uma ideologia racista, que faz desaparecer de nosso processo histórico outras etnias, negros e indígenas, e outras histórias (p. 132).

Nesse momento, o negro, que acabara de conquistar a alforria, se vê excluído nos mais diversos âmbitos sociais, lhe tendo o direito de ser um cidadão comum negado.

Considerando a afirmação de Funes (2015), percebe-se, portanto, que a principal função da Sociedade Cearense Libertadora era, de fato, alforriar escravizados e dar início ao processo abolicionista em toda a Província. Entretanto, ao notar-se dados de exclusão social de ex cativos, constata-se que não houve uma preocupação em criar condições para integração destes homens e mulheres. Esta falta de atenção por parte da SCL, assim como do Império, de

forma geral, após a abolição da escravatura no Brasil, reflete na sociedade atual, como afirma Domingos (2012):

O Processo da inserção e inclusão da população negra que desde a sua vinda para o Brasil, passou por grandes negações de direitos, quando algumas pessoas afirmavam que “não tinham a legitimidade para adquirirem direitos”, tais afirmações relatam o que de fato se passava na mentes de muitas pessoas, sobretudo da classe dominante da época e infelizmente ainda se perpetuam esta ideia até os dias atuais com outras práticas. (...) A discriminação racial tornou-se algo recorrente em nossa história e ainda está presente na realidade do País (p. 4).

Em vila de Acarape e Baturité, não há dados, até 1884, sobre a nova alocação dessa mão de obra escravizada. Não se sabe, ainda, como estes se estabeleceram, tanto quanto ao trabalho quanto a vida em sociedade, ou seja, se passaram a viver em pequenas comunidades distante da “população branca”.

A historiografia cearense, como citado anteriormente, passou a realizar diversos trabalhos com a temática pós abolição e a inserção do negro na sociedade, agora como livre. Alguns trabalhos situam casos em que os, agora, libertos, voltavam para as casas de seus antigos senhores para servirem na nova condição, já que não encontravam serviços em outros espaços. Falando nas regiões que são de interesse desse estudo, não se acredita que tenha sido tão diferente, especialmente em vila de Acarape que possuía, desde os primeiros resultados, um baixo número de cativos. Entretanto, até o presente momento não foram encontrados resultados para afirmar tal hipótese.

Não se pode negar, ainda, a ida de muitos libertos para comunidades quilombolas, onde a presença de outros como estes facilitaria o processo de socialização de indivíduos. Nestes espaços, onde a expressão à sua ancestralidade era aceita, os libertos se sentiam mais próximos daqueles que os antecederam. E é partindo destes encontros que os grupos se formam e passam a repensar sua posição no mundo, sua identidade. Vistos e vivendo por longos anos como escravizados, é necessária uma reconstrução do seu “eu”, como afirma Domingos:

Esta memória da escravidão e o constante apelo ao um passado e mágoa e de degradação nos exige uma maturidade humana. Pois, passar de escravatura a liberdade, não basta um subtil tratamento da memória. Requer-se ainda uma reparação de predisposições e de gostos. Quando se sai da escravidão, a reconstrução do eu implica, assim, um enorme trabalho sobre eu. Este trabalho consiste em inventar uma nova interioridade (2017, p. 192).

Esta nova interioridade, além de reparar traumas vividos durante os anos em condição de escravizado, prepara estes grupos, ainda, para o convívio em sociedade, uma vez que a partir deste novo contexto as relações de cor se intensificam.

Ainda de acordo com Domingos (2017),

a identidade de cor, infelizmente, tem causado estragos, traumas e estigmas nas relações humanas, sobretudo quando as pessoas se reencontram, geralmente provoca a fricção. É uma história longa... as pessoas vos dão uma identidade a partir de fenótipos, a cor da pele. A cor da pele foi e é ainda usada como instrumento que define as relações de poderes, enfim, trata-se de uma crise do ser humano. Esse mecanismo se construiu e solidificou, de certa maneira, na dinâmica da ideologia de dominação (p. 199).

E essa dominação passou a fazer parte do dia a dia dessa nova sociedade que se configurava, levando antigos proprietários de cativos a não querer viver em ambientes em que também se encontram os ex-cativos. Ou, os agora livres passam a voltar a viver com seus antigos senhores, trabalhando nas mesmas condições de quando ainda era cativo e sendo visto de forma inferior como outrora sempre foi.

Considerando esta conjuntura, não se pode, portanto, descartar a possibilidade destes terem criado outras vilas mais afastadas dos centros das cidades e muitas vezes compostas por outros que se compartilharam dos mesmos senhores em outro momento. Um estudo antropológico, em pequenas comunidades mais isoladas, baseado na construção da árvore genealógica de seus habitantes, poderia vir a responder estas questões, uma vez que em outros tempos as vozes destes foram silenciadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho buscou-se apresentar uma parte da história de vila de Acarape e Baturité há muito tempo silenciada. De forma a repensar estes espaços a partir de seu significado histórico, se desafiou, aqui, preencher as lacunas quanto ao processo escravocrata nestes espaços, de forma, primeiramente, a reconhecer a presença desses indivíduos nessa região, e, em seguida, compreender as alocações dadas a estes, que permite o conhecimento da economia local de uma década.

A antiga vila de Acarape, atual Redenção, possui alguns monumentos e museus que servem como referencial de memória sobre o período da escravidão. Entretanto, estes espaços são apenas simbólicos, de forma que representam apenas o ato da abolição da escravidão, mas não sobre a sociedade que estava presente nesse espaço. Baturité, por sua vez, não tem um espaço no centro da cidade que traga essa representação, fazendo, dessa forma, que a presença de escravizados naquele local seja esquecida. A única forma de se compreender essa presença é a ida até a Serra do Evaristo, local mais afastado do centro, onde se encontra uma comunidade quilombola que reafirma que, sim, haviam cativos em Baturité, pois, onde há quilombo, há escravizados.

Para a surpresa no decorrer da pesquisa, fica entendido, então, que vila de Acarape, que fora pioneira no ato da abolição da escravatura, nem sempre se mostrou tão favorável a ações emancipatórias, uma vez que foram encontrados casos de senhores negando o direito da Lei do Ventre Livre aos filhos de cativas, como foi visto a partir dos livros de batismo de crianças filhos de escravizadas. O direito negado é perceptível ao se encontrar crianças sendo batizadas como “escravinho de”, fazendo referência ao senhor proprietário que era o mesmo da figura materna.

Além disso, a partir do que foi apresentado, percebeu-se não houve manifestações ao longo de anos para que viesse a ocorrer a abolição da escravatura na região, por mais que fosse um dos locais com menor porcentagem de escravos, ficando atrás apenas de Caririaçu, outra região da Província do Ceará. Diferente do que se espera para um local onde se realiza, com pioneirismo, um fato tão grandioso, os dados mostram que tudo ocorreu de forma rápida, em menos de um ano.

Quanto a Baturité, os ingênuos, como eram chamados os filhos de escravizadas, já nasciam condicionados à lei de 1871, o que se mostra como empenho em respeitar às leis em abolicionistas. Estes dados de nascidos mostraram, ainda, que o contexto escravocrata tivera a

configuração de seus indivíduos mudados, uma vez que, se em outro momento prevalecera mão de obra preta, a partir da metade da década de 1870 as crianças do ventre cativo passaram, em sua grande maioria, a nascerem como pardas. A partir desses dados que notou-se que os pretos na região foram desaparecendo das estatísticas e dando lugar aos pardos, o que levou para a construção do título deste trabalho. Nestes espaços, percebeu-se, também, que não haviam prioridades quanto ao sexo de escravizados para o trabalho cativo, já que o número na diferença de posse entre mulheres e homens são de mínima diferença ou inexistente, como no caso de vila de Acarape.

Apesar desta pesquisa ser de cunho interdisciplinar, foi-se optado durante a pesquisa o uso, como prioridade, de fontes primárias, um dos principais instrumentos de historiadores, uma vez que na primeira leitura de textos complementares foram encontrados diversos dados que não se complementavam. Isso faz com que seja repensado a elaboração de materiais de pesquisa, que, por vezes, não tem culpa o pesquisador, mas as próprias condições em que se encontram estes papéis nas instituições públicas. No decorrer da pesquisa, notou-se a precariedade no que diz respeito a estes materiais, muitos dos que foram utilizados estavam em péssimo estado e tantos outros não foram encontrados, o que leva ao questionamento: que fim foi dado? Teriam sido famílias em busca de apagar este passado? A prefeitura – neste caso, de Redenção –, que tanto se preocupou em construir monumentos como forma de comemoração, também não pensou que os documentos auxiliariam na construção da história da cidade? E Baturité, não reconhece a presença escravizada no local a ponto de elaborar espaços para se falar sobre o tema?

Com essa ausência de material, o trabalho prosseguiu por periódicos, que tanto serviram para coleta de informações. Por meio deles foi possível identificar um alto índice de emancipações ocorrendo em Baturité na década de 1870, anos antes da abolição da escravatura. A cidade, que além deste fato, também foi a primeira a organizar na Província do Ceará – de acordo com os dados coletados – um grupo abolicionista local, fato esquecido pela comunidade e pelos jornais da época, que não apresentaram informações sobre sua criação. Com isso, levantou-se o questionamento: se Baturité contém várias notícias que informam um avanço da abolição da escravidão, por que não fora a Comarca a pioneira em abolir seus escravizados? Pela ausência de mais notícias apontando emancipações ocorrendo naquele espaço após a triagem da seca que se deu de 1877 a 1879, acredita-se que os ânimos dessa população foram diminuindo, talvez atrelado pela construção da via férrea que ligaria a cidade à Capital do Ceará.

Em relação a produção, os dados mostraram que em Baturité o número de mão de obra livre era superior aos de cativos, especialmente na produção econômica local, que era o

café. Provavelmente o aumento da safra na segunda metade da década fez necessária o reforço dessa presença, o que é justificado, ainda, pelo aumento dessa população local e a falta de publicações quanto à alforrias a partir de 1877.

Com relação a alocação de escravizados, notou-se que a inserção destes era definida, principalmente, pelo sexo, fazendo com que os homens, em sua maioria, passassem a trabalhar como lavradores, e as mulheres distribuídas em espaços domésticos. Nos dois espaços, assim como atualmente, as atividades desenvolvidas eram, principalmente, de cunho agrícola, sendo vila de Acarape com a produção canavieira e Baturité com o café. Isso permitiu a construção da linha férrea de Baturité, que, até o período de recorte deste estudo, não trouxe grandes considerações a respeito desta temática.

A questão deste título, “Cadê o preto que estava aqui?”, surgiu como forma de indagar sobre a presença de pretos em vila de Acarape e Baturité que foi, até os anos finais da escravidão, se dizimando e sendo substituída por pessoas declaradas como pardas por meio do processo de miscigenação da comunidade.

Apesar do alto índice de pessoas que se identificam como pardas na região, percebe-se, a partir de traços físicos, algumas características de antepassados que supostamente foram negros. Estes homens e mulheres são encontrados nos mais diversos espaços das duas cidades, no entanto, sua maior concentração é nas regiões serranas, mais afastadas do centro, o que pode ser o resultado do processo de ocupação de novos espaços dos ex escravizados logo após a abolição da escravidão na região e estes se tratariam de seus descendentes.

Um estudo antropológico aplicado, especialmente, àqueles que se reconhecem como negros, pode ser estratégico para identificar os locais para onde foram os novos libertos do início da década de 1880 e, ainda, naqueles que por gerações seguem trabalhando em um mesmo ambiente, o que significaria a permanência de ex-escravizados com seus senhores mesmo após a carta de alforria. Um trabalho partindo da árvore genealógica de cada um desses indivíduos e entrevistas poderia apontar locais para onde foram se estabelecendo esses sujeitos. A serra do Evaristo, localizada em Baturité, é um espaço em potencial para se dar início a essa pesquisa.

Por fim, intencionou-se neste trabalho a produção de um material que pudesse apresentar para a sociedade de Redenção e Baturité que a presença de escravizados nestes espaços no período da escravatura não se limita ao que é apresentado em monumentos e museus espalhados pelas cidades, quando se tem. Pelo contrário, estes espaços desempenham apenas uma função simbólica que representa apenas um lado da história, que é a do dominador, senhor de cativos. Portanto, ainda mais que isso, pretende-se que este estudo possa atuar na construção

de uma nova memória coletiva sobre a escravidão nas duas cidades, dando visibilidade sobre a face de proprietários e cativos acarapenses e baturiteenses.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Selma Maria Peixoto. **Sol e sombra: o café do Maciço de Baturité numa perspectiva ecológica e socioeconômica.** 2009. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente., Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

ARAGÃO, Ivan Rêgo. Devoção negra aos santos católicos: identidade, hibridização religiosa e cultural nas celebrações. In: IV ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES, 2013, Maringá. **Anais do IV ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES.** Maringá: Anpuh, 2013. v. 5, p. 1 - 14. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/anais4/6.pdf>>. Acesso em: 6 dez. 2017.

BARBATHO, Renata Regina Gouvêa; AGUIAR, Leandro Coelho de. Os arquivos e a História: a importância dos documentos arquivísticos e das Instituições de custódia na pesquisa histórica. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Natal. **Anais.** Natal: Anpuh, 2013. p. 1 - 15. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364781066_ARQUIVO_apresetacao_anpuh_2013.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2017.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. **A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884).** 2013. 255 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

BASEGGIO, Julia Knapp; SILVA, Lisa Fernanda Meyer da. AS CONDIÇÕES FEMININAS NO BRASIL COLONIAL. **Maiêutica**, Santa Catarina, v. 3, n. 1, p.19-30, Não é um mês valido! 2015. Disponível em: <https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/HID_EaD/article/view/1379/528>. Acesso em: 22 dez. 2017.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou O ofício de historiador.** Prefácio de Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira de Lilia Moritz Schwarcz. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX. **LOCUS: revista de história, Juiz de Fora**, v. 3, n. 1, p.108-115, 1997. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/locus/files/2010/01/92.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2017.

BRASIL. Constituição. **Lei do Ventre Livre.** Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871.

_____. Constituição (1869). Decreto nº 1.695, de 15 de agosto de 1869. **Prohibe As Vendas de Escravos Debaixo de Pregão e em Exposição Publica.** Brasil, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1695-15-setembro-1869-552474-publicacaooriginal-69771-pl.html>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**, 1863. 839 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=vmouAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 15 nov. 2018.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes; RODRIGUES, Eylo Fagner Silva. Os últimos cativos: Documentos das comissões de emancipação de escravos do Ceará. In: PÚBLICO, Arquivo. **DOCUMENTOS REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO CEARÁ: ÍNDIOS E NEGROS**. 3. ed. Fortaleza: Arquivo Público do Ceará, 2005. p. 157-180.

CARONE, Edgard. Coronelismo: Definição histórica e bibliográfica. **ERA – Revista de Administração de Empresas**. V. 11, nº 3, jul-set, 1971.

CAVALCANTI, José Pompeu de A.. **Chorographia da província do Ceará**. 1888. Disponível em: <<http://bmol.lencoispaulista.sp.gov.br/xmlui/handle/1/72>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; Revisão técnica de Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CONRAD, Robert. **Os últimos dias da escravatura no Brasil**. Civilização brasileira, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. **Cabras, Caboclos, Negros e Mulatos: A Família Escrava no Cariri Cearense (1850 - 1884)**. 2008. 245 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

CUNHA, Maísa Faleiros. Casamentos mistos: entre a escravidão e a liberdade Franca-São Paulo/Brasil, século XIX. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [s.l.], v. 34, n. 2, p.223-242, 13 set. 2017. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. <http://dx.doi.org/10.20947/s0102-3098a0022>.

DOMINGOS, Luís Tomás. A INCLUSÃO DO NEGRO NO PROCESSO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL: Uma breve perspectiva histórica. In: II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, 2012, Florianópolis. **Anais do II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica**. Florianópolis: Unesco, 2012. p. 1 - 10.

_____, Luís Tomás. Entre estigmas e traumas de violência de colonização e escravidão: afirmação de identidade afro descendência. **Identidade!**, São Leopoldo, v. 22, n. 2, p.190-208, Jul/Dez 2017.

FEITOSA, Valéria. Centenário da Abolição é comemorado no Ceará. **Diário do Nordeste**. Fortaleza. 15 maio 1988.

FILHO, Aurelino José Ferreira. Escravidão e documentação: registros cartoriais e eclesiásticos como fontes para as pesquisas em escravidão no Brasil. Inventários Post mortem, famílias escravas e posse de terras. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, 16, 2014, Rio de Janeiro. **Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas**. Rio de Janeiro: Anpuh, 2014. p. 1 - 13. Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400527087_ARQUIVO_ArtigoANPUH-RJ-2014-INVENTARIOSPOSTMORTEM,FAMILIASEPOSSEDETERRAS.SAOJOSEDOTIJUCOMG,1850-1890.pdf>. Acesso em: 31 nov. 2017.

FLAUSINO, Camila Carolina. **NEGÓCIOS DA ESCRAVIDÃO: TRÆFICO INTERNO DE ESCRAVOS EM MARIANA, 1850-1886**. 2006. 203 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006. Disponível

em: <<http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2009/12/Camila-Carolina-Flausino.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2017.

FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará In: SOUSA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. 4. ed. rev. e atual. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007. p. 103-130.

FUNES, Eurípedes Antônio; GONÇALVES, Adelaide. Abolição: Uma visão crítica. **D.O. Letras**. Fortaleza, p. 2-3. out. 1988.

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. In. **Afro-Ásia**, n. 27, 2002. p. 121-160. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21034/13633>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

GORENDER, Jacob. **O escravismo Colonial**. São Paulo: Ática, 1988.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, E.; SANTOS, A. R. Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade. In: Simpósio Nacional, 3, Simpósio Internacional Discurso, Identidade e Sociedade, 1, 2012, Campinas. Dilemas e desafios na contemporaneidade. **Anais do II Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional Discurso, Identidade e Cultura**. Campinas: UNICAMP, 2012. v. 1.

IBGE. **RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL: CEARÁ**. 1872. Disponível em: <<https://archive.org/stream/recenseamento1872ce/ProvinciaDoCeara#page/n0/mode/2up>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

IPECE. **Ceará em Mapas: Limites Municipais e Distritais Região de Planejamento Maciço de Baturité** - 2016. Disponível em: <<http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/141x.htm>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

_____. **Ceará em Mapas: Tipos Climáticos**. Disponível em: <<http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/12/126x.htm>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade: conflito de hegemonias**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

LIBERDADE, **Museu Histórico Memorial da. Redenção**. Disponível em: <CE, Museu Histórico Memorial da Liberdade/redenção -. Redenção. Disponível em: . Acesso em: 08 ago. 2018.>. Acesso em: 08 ago. 2018.

LIMA, Adriano Morais. **Trajatórias de crioulos: um estudo das relações comunitárias de escravos e forros no termo da Vila de Curitiba (c. 1760 – c. 1830)**. Dissertação de mestrado, Curitiba: PPGHIS-UFPR, 2001.

MACHADO, Cacilda. **Cor e hierarquia social no Brasil escravista: o caso do Paraná, passagem do século XVIII para o XIX**. Topoi, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p.45-66, jul/dez, 2008. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi17/topoi_17_-_artigo4_-_cor_e_hierarquia_soc.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2017.

MARTINS, Paulo Henrique de Souza. **Escravidão, Abolição e Pós-Abolição no Ceará**: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no sertão cearense. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

MELLO JÚNIOR, Antônio de Oliveira. **O significado e o uso do conceito de autenticidade na preservação do patrimônio edificado**: Os paradigmas de Brasília e Ouro Preto. 2016. 176 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MENEZES, Luiz Barba Alardo de. **Memórias sobre a Capitania Ceará**. Rio de Janeiro, RIHGB, t. XXXIV, Parte Primeira, 1871, p. 255.

MILLER, Joseph C. O Atlântico escravista: açúcar, escravos e engenhos. In: **Afro-Ásia**, n.19/20, 1997. p. 9-36. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20946/13549>>. Acesso em 10 out. 2017.

MORAIS, Christianni Cardoso. Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850. **Revista Brasileira de Educação**, [s.l.], v. 12, n. 36, p.493-504, dez. 2007. FapUNIFESP (SciELO).

MOREL, Edmar. **Dragão do Mar**: o Jangadeiro da Abolição. Edições do Povo Ltda. Rio de Janeiro, 1949.

NASCIMENTO, F, S. Síntese Histórica da Escravidão Negra. SOUZA, IN: Simone (Org.), **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994. p. 167-184.

NORDESTE, Diário do. **Estação Ferroviária da Baturité: uma festa no Interior**. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/doc/estacao-ferroviaria-da-baturite-uma-festa-no-interior-1.1909425>>. Acesso em: 08 ago. 2018

OLIVEIRA, Almir Leal de. **O INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ANTROPOLÓGICO DO CEARÁ - MEMÓRIA, REPRESENTAÇÕES E PENSAMENTO SOCIAL (1887-1914)**. 2001. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001. Cap. 2.

OLIVEIRA, João Hipólito C. de. **Cronologia da Abolição no Ceará**. Disponível em: <<https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1984TE/1984TE-CronologiadAbolicaonoCeara.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricas**, vol. 2, n.3. Rio de Janeiro, 1989, pp. 3 – 15.

REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. Trabalhadores no eito: Escravos negros no Crato oitocentista. In: CEARÁ, Arquivo Público do. **DOCUMENTOS REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO CEARÁ: ÍNDIOS E NEGROS**. 3. ed. Fortaleza: Arquivo Público do Ceará, 2005. p. 121-136.

RIEDEL, Oswaldo de Oliveira. **Perspectiva antropológica do escravo no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 1988.

RIBEIRO, Fabrício Américo. **Políticas educacionais e as transformações do espaço urbano em Redenção-Ceará-Brasil** / Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia, Fortaleza, 2012. 120 f.

SILVA, Antonio de Moraes. Dicionario bibliographico brasileiro. Rio de Janeiro: Empr. Litteraria Fluminense, 1890. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242523>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **História da escravidão no Ceará: das origens à extinção**. 2º ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2011.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. 2º ed. corríg. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SOBRINHO, José Hilário Ferreira. **Catarina, minha nêga, tão querendo te vender: escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850 – 1881)**. Fortaleza: SECULT/CE, 2011.

SOUZA, M. S. de. **Ceará: bases de fixação do povoamento e o crescimento das cidades**. In: SILVA, J. B. Et al. Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2005.

STUDART, Guilherme Barão de. **Geographia do Ceará**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010.

TEÓFILO, Rodolfo. **A fome: cenas da seca do Ceará**. Organização e notas de Waldemar Rodrigues Pereira Filho; posfácio de Lira Neto – São Paulo: Tordesilhas, 2011.

TOLEDO, Cesar de Alencar Arnaut de.; GIMENEZ, José Carlos. **Educação e pesquisa: Fontes e documentos**. In: CASIMIRO, A. P. B. S.; LOMBARDI, J.C; MAGALHÃES, L. D. R. (Orgs.) A pesquisa e a preservação de fontes para a educação, cultura e memória. Campinas: Alínea, 2009, p. 109-125.

TRIPADVISOR. **Entrada Museu Senzala Negro Liberto**. Disponível em: <https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g2344076-d4377146-i99183359-Senzala_Negro_Liberto_Museum-Redencao_State_of_Ceara.html>. Acesso em: 08 ago. 2018.

VASCONCELOS, Rodolfo Smith de. Anexos. In: **Revista do Instituto Histórico**. Fortaleza: Typ. Minerva, tomo XX, pp. 190-219, 1906, p. 194.

VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. São Paulo): Tip. 2 de Dezembro, 1853.

VIEIRA, Jofre Teófilo. **ENTRE A ESCRAVIDÃO E A LIBERDADE: OS AFRICANOS LIVRES NO CEARÁ (1835-1865)**. 2014. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/2014/jofre_teofilo_vieira_trab_revisado_0.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2018.

XAVIER, Patrícia Pereira. **O Dragão do Mar na “Terra da Luz”**: a construção do herói jangadeiro (1934-1958). Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC-SP, 2010.

JORNAIS CITADOS

O Cearense. Fortaleza.

Libertador: Órgão da Sociedade Cearense Libertadora. Fortaleza.

MANUSCRITOS

Livro de Batismo de filhos de escravas de Baturité. Ano: 1871. Fonte: Arquidiocese de Fortaleza. Fundo: Cúria.

Livro de Batismo de vila de Acarape. Ano: 1870. Fonte: Arquidiocese de Fortaleza. Fundo: Cúria.

Livro de compra e venda de escravos do termo de Acarape. Ano: 1874. Fonte: Museu Memorial da Liberdade.

Ofício ao presidente da Província comunicando a libertação de todos os escravos de Acarape. Ano: 1883. Fonte: Arquivo Público do Ceará.

Correspondência encaminhada ao Presidente da Província para informar a presença do farmacêutico e a relação de medicações a serem encaminhadas para aplicação na população local. Ano: 1877. Fonte: Arquivo Público do Ceará. Fundo: Secretaria de Saúde Pública. Fundo: Secretaria de Saúde Pública.

Mapa demonstrativo dos escravinhos que passarão por conta do Governo pela comissão emancipadora. Ano: 1870. Fonte: Arquivo Público do Ceará.

Mapa demonstrativo das manumissões feitas em dezembro de 1871 por conta do governo da Província em Baturité. Ano: 1871. Fonte: Arquivo Público do Ceará.

Junta de classificação de escravos do município de Acarape. Ano: 1882. Fonte: Arquivo Público do Ceará.

Inventário post-mortem do capitão Antônio Ribeiro de Lima. Fonte: Arquivo Público do Ceará. Fundo: Registros cartoriais do interior.

Inventário post-mortem do capitão Antônio Ribeiro de Lima. Fonte: Arquivo Público do Ceará. Fundo: Registros cartoriais do interior.

Inventário post-mortem de Marçal Gomes da Silveira. Fonte: Arquivo Público do Ceará. Fundo: Registros cartoriais do interior.

Inventário de Antonio Alves de Carvalho. Fonte: Arquivo Público do Ceará. Fundo: Registros cartoriais do interior.

Inventário de Maria de Castro Sampaio. Fontes: Arquivo Público do Ceará. Fundo: Registros cartoriais do interior.